



Banco Santander Consumer Portugal, S.A.

Relatório e Contas

Demonstrações Financeiras Consolidadas

2016



Relatório do Conselho de Administração

Demonstrações Financeiras Consolidado

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidado

Relatório e Certificação Legal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Disciplina de Mercado

Transparência da Informação e Valorização dos Ativos

Relatório de Estrutura e Práticas de Governo Societário

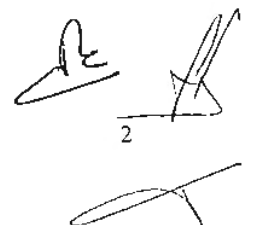


RELATÓRIO E CONTAS
Conselho de Administração
Exercício de 2016

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2017

ÍNDICE

ÍNDICE	2
PRINCIPAIS INDICADORES	3
ORGÃOS SOCIAIS	4
MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA.....	5
1. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7
1.1 SÍNTESE DA ACTIVIDADE DO EXERCÍCIO	8
1.2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	10
1.3 O MODELO DE NEGÓCIO	15
1.4 MERCADOS AUTOMÓVEL E DE FINANCIAMENTO.....	16
1.5 NEGÓCIO E MERCADO CRÉDITO AO CONSUMO	19
1.6 NEGÓCIO E MERCADO DE CARTÕES DE CRÉDITO.....	20
1.7 EVOLUÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	21
1.8 GESTÃO FINANCEIRA.....	26
1.9 GESTÃO DE RISCO DE CRÉDITO.....	31
1.10 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	32
1.11 TECNOLOGIA & OPERAÇÕES.....	33
1.12 LEGAL E COMPLIANCE.....	35
1.13 CONTROLO INTERNO	36
1.14 RECURSOS HUMANOS.....	37
1.15 CORPORATE E SUCURSAIS	41
1.16 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	42
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	43
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	47



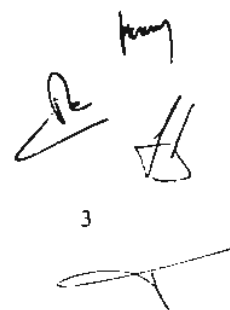
2

PRINCIPAIS INDICADORES

Milhares de Euros	2016	2015	Variação
Activo líquido	1 398 093	1 280 784	9,2%
Crédito sobre Clientes (bruto)	1 429 997	1 323 096	8,1%
Crédito sobre Clientes (líquido)	1 335 146	1 215 489	9,8%
Situação Líquida	161.195	152.744	5,5%
Capital Financiado no ano	415 322	336 981	23,2%
Margem Financeira	45 931	42 720	7,5%
Produto Bancário	66 777	60 456	10,5%
Custos de transformação	26 190	25 184	4,0%
Resultado líquido	24 451	18 425	32,7%
Resultado líquido por acção (em cêntimos)	36,7	27,7	32,7%
(Custos de funcionamento + Amortizações) / Produto Bancário (1)	39,2%	41,7%	-2,4 p p
Custos com pessoal / Produto Bancário (1)	16,1%	15,5%	0,6 p p
Rácio de Solvabilidade Individual (1)	11,3%	9,8%	1,4 p p
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (1)	11,3%	9,8%	1,4 p p
Rácio de Solvabilidade Consolidado (1)	11,5%	12,0%	-0,5 p p
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (1)	11,5%	12,0%	-0,5 p p
Produto bancário/ Activo líquido médio (1)	5,0%	5,6%	-0,7 p p
ROA (médio)	1,8%	1,7%	0,1 p p
Resultado antes de impostos e interesses minoritários/ Activo líquido médio (1)	2,8%	2,7%	0,1 p p
ROE (médio)	15,6%	12,5%	3,1 p p
Resultado antes de impostos e interesses minoritários/ Capitais próprios médios (1)	23,9%	19,4%	4,5 p p
Crédito com Incumprimento / Crédito Total (2)	5,6%	6,9%	-1,3 p p
Crédito com Incumprimento, líquido / Crédito Total, líquido (2)	-1,1%	-0,3%	-0,9 p p
Imparidade de Crédito/Crédito vencido a cliente final	122,0%	128,4%	-6,4 p p
Número de efectivos	195	197	-1,0%

(1) - Calculado de acordo com a Instrução nº 23/2007 do Banco de Portugal

(2) - Calculado de acordo com a Circular 02/2014 do Banco de Portugal



ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Henrique Reynaud Campos Trocado

Secretário: Sara Larcher

Conselho de Administração

Presidente: David Turiel Lopez

Vogal: Henrique Carvalho e Silva

Vogal: Gonzalo Basagoiti Pastor

Vogal: Luis Filipe Pires Ferreira

Comissão Executiva

Presidente: Henrique Carvalho e Silva

Vogal: Gonzalo Basagoiti Pastor

Vogal: Luís Filipe Pires Ferreira

Conselho Fiscal

Presidente: Diogo José Paredes Leite de Campos

Membro efectivo: Susana Teresa Baptista Nunes Cirera Soutelinho

Membro efectivo: Manuel António Amaral Franco Preto

Membro suplente: Patrícia Carvalhal

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas:

Pricewaterhousecoopers, SROC, SA, representada por Aurélio Amado, SROC nº 1074;

Secretário da Sociedade

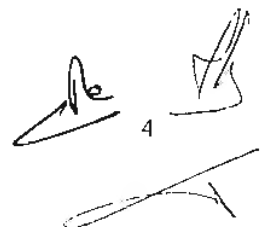
Efectivo: Sara Larcher

Suplente: Teresa Maria Leite Brito da Silva Vasconcelos Mota

Comissão de Remunerações

David Turiel Lopez

Sandra Faustino Sevinate Pinto



Handwritten signatures and a number 4.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

De acordo com o último Outlook do IMF (Jan 2017), a Economia Mundial terá crescido 3,1% em 2016, ligeiramente menos que no ano anterior, em concreto com um ligeiro abrandamento (de 2,1% para 1,6%) nas Economias mais desenvolvidas: EUA, Euro, RU e Japão. Apesar dos preços ainda deprimidos nas matérias-primas, concretamente do preço do petróleo, que afeta em particular a África Subsariana, Médio Oriente, Rússia e Brasil, os Mercados Emergentes mantiveram a dinâmica com um crescimento de 4,1%.

Portugal, á semelhança da média Europeia, regrediu ligeiramente no seu caminho de recuperação económica e terminou 2016 com um crescimento do PIB na ordem dos 1.3%, que compara com 1,5% no ano transato. O crescimento foi alavancado ainda na dinâmica das Exportações e no Consumo Privado Interno, mas sofreu uma regressão no ainda tímido investimento, variável crítica para o crescimento sustentado do País, que não evitou mais um ano de divergência face aos níveis de crescimento e riqueza médias da Europa Comunitária.

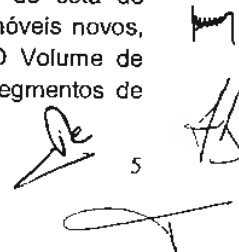
O Grupo Santander voltou a crescer de forma sustentada (2% em Crédito e 5% em depósitos e fundos de clientes) em quase todas as geografias onde está presente, tendo ainda crescido em 10% em nº de Clientes vinculados e 26% em Clientes Digitais. Os Resultados Líquidos voltaram a crescer 4% para 6.204 Milhões de Euros, ou 12% excluindo efeitos cambiais, com uma diversificação geográfica significativa e equilibrada, entre mercado desenvolvidos e emergentes, que ajuda a dar sustentabilidade aos mesmos, sendo o maior contributo do Brasil, com 21%, seguido de RU, com 20%, Santander Consumer com 13%, Espanha 12%, México 8%, Chile com 6% e EUA e Portugal, cada um com 5%, Argentina 4% e Polónia e Outros com 3% cada.

O Grupo Santander possui a maior rede de balcões do Mundo e caracteriza-se por possuir um modelo de riscos e de negócios muito conservador, o que lhe tem permitido ter um performance anti cíclico, mantendo de forma sustentada indicadores muito melhores do que as médias de mercado, em praticamente todos o mercados onde está presente, associado a uma grande eficiência na operação, comparando muito favoravelmente com a concorrência e com as médias de mercado no que respeita a produtividade e "Cost to Income" (47%).

Por seu turno, a Divisão de Crédito ao Consumo opera em 15 Países, é líder de mercado, representando esta Divisão um peso de 13% nos resultados do Grupo. É de realçar ainda que a Divisão de Crédito ao Consumo do Grupo tem uma gestão autónoma e especializada e apresenta rentabilidades muito acima da média do conjunto, associado a um prémio de risco abaixo da média e a uma melhor eficiência em custos.

No que respeita a Portugal, os mercados em que o Banco opera mantiveram um comportamento francamente expansivo, atingindo a dimensão dos diferentes segmentos de mercado já níveis semelhantes aos anos anteriores á recessão, mas distinto de segmento para segmento (+23% no Segmento de financiamento de Auto Novos, +51% em Auto Usados e +18% em Não Auto). Por seu turno, o mercado automóvel de viaturas novas foi de 242 mil viaturas, o que representa uma evolução positiva de cerca de 15.7%, face ao ano anterior.

O BSCP voltou a crescer o seu Volume de Negócios (consolidado) em mais de 40% face ao ano anterior, ano em que havia já crescido 43%, duplicando assim o nível de atividade em apenas 2 anos. O Banco assume-se como líder no mercado de financiamento Automóvel (16,8% de cota de Mercado), no seu conjunto e indiscutível líder no mercado de financiamento de automóveis novos, com 25,4% de cota de mercado (e cerca de 30% no segmento de particulares). O Volume de produção de novo negócio foi de 477ME, alavancado no crescimento de todos os segmentos de



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature and several smaller initials.

negócio, mas em particular no crescimento do financiamento de automóveis novos e nos Acordos de Marca que possui.

Gostaria de realçar ainda os seguintes indicadores, que marcaram a muito favorável progressão do Banco em 2016:

- O Crédito líquido a Clientes e o Ativo cresceram cerca de 10%, enquanto o novo crédito concedido no ano cresceu 40% quando comparado com o ano anterior;
- A Margem Financeira cresceu quase 7.5% e o Produto Bancário 10.5%;
- Enquanto os Custos de Transformação cresceram apenas 4%, permitindo que a eficiência se tenha situado abaixo dos 39%;
- Ao nível dos indicadores de Risco, o crédito em vencido total variou -6.055me, o que justifica que o prémio de risco da atividade do Banco se tenha situado em terreno negativo, pelo terceiro ano consecutivo, uma performance histórico para o Banco e claramente o melhor indicador do sector e do mercado; Ao mesmo tempo mantivemos o grau de cobertura dos valores em morosidade de gestão por provisões em mais de 118%;
- Tudo isto permitiu que o Resultado Líquido tenha atingido o valor de histórico de 24,5 Milhões de euros, um crescimento na ordem dos 33% face a 2015, situando-se o ROE (médio) em 15.6%;
- Por último, de realçar que apesar do forte crescimento, o Banco manteve o seu nível de capitalização em níveis muito acima dos mínimos exigidos regulamentarmente (9.75%), tendo agora um Rácio de Core Tier I (BIS II) de 11,5%, em termos Consolidados.

2016 foi um ano de grande crescimento, mas também um ano importante ao nível da consolidação da atividade da PSA, depois da sua incorporação no ano anterior. Foi um ano marcado pela consolidação de processos, praticas e estruturas. O Banco inicia agora um novo ciclo, com uma posição de mercado muito reforçada, com indicadores de enorme qualidade e robustez, mas um período onde os crescimentos de mercado e da atividade serão menos acentuados, obrigando o banco á inovação, ao crescimento orgânico por cota de mercado e á diversificação para novos segmentos de negócio.

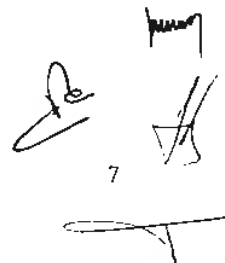
Outro compromisso que o banco assume com os seus **Stakeholders (Colaboradores, Clientes, Parceiros e Accionistas)** e que constitui um desafio ainda com muito caminho por percorrer é o de ser um **Banco cada vez mais Simples, Pessoal e Justo** para todos. Este é um desafio que passa por uma transformação cultural da organização, na forma de fazer as coisas e que obriga também á revolução tecnológica que agora iniciamos, no sentido da digitalização e da automatização. A nossa Visão de Futuro e o contexto de exigência Regulamentar e do Consumidor que se tornou imensamente mais complexo, requerem ambição e mudanças profundas porque a combinação de produtos e soluções **Simples, a personalização e uma oferta justa e equilibrada ao cliente**, são na nossa Visão a melhor resposta para essa complexidade e exigência.

Em nome do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos pelo esforço e empenho de todos os **Parceiros e Colaboradores** e de felicitar todos pelos resultados conseguidos.

Por último, uma nota de grande entusiasmo e otimismo relativamente ao futuro. Os resultados alcançados em 2016 enchem-nos de orgulho e a robustez do nosso balanço e dos nossos indicadores económicos e financeiros devem oferecer a todos, **Clientes, Parceiros, Colaboradores e Accionistas** a confiança num futuro promissor e cada vez melhor em conjunto. É na força conjunta e no trabalho em equipa que tanto potencia o sucesso e a produtividade de todos que temos agora de construir um banco cada vez mais **Simples, Próximo e Justo**.

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page.

1. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page. There are three distinct marks: a cursive signature on the left, a set of initials 'M' and 'A' on the right, and a horizontal line with a small vertical tick at the end below them.

1.1 SÍNTESE DA ACTIVIDADE DO EXERCÍCIO

O ano 2016 voltou a significar crescimento da atividade económica em Portugal, agora mais significativo, tendo em conta o crescimento singelo registado no último ano. Esta expansão é consequência das reformas estruturais decorrentes do programa de assistência (2011-2014) e do padrão de crescimento que dele resultou. Foram alcançados importantes objetivos na vertente económica e financeira, acentuaram-se os efeitos positivos do ajustamento, de que resultaram a expansão moderada da economia portuguesa e a contração do desemprego que contribuiu para a expansão do consumo privado. Ao nível externo, as exportações mantiveram um nível crescimento sustentado ao longo do ano e, do lado das importações, o ano 2016 registou uma expansão ligeira, quando comparada com o ano anterior, impulsionadas pelo crescimento dos salários.

O Banco registou, em 2016, um volume de financiamento a cliente final de 415 milhões de euros, que representa um crescimento de 23,2% face a 2015. Este resultado reflete o acréscimo de atividade na sequência do crescimento do consumo e do investimento, resultante da nova fase do ciclo económico e a expansão do perímetro de atividade resultante da plena integração da PSA.

As vendas a retalho no mercado automóvel – das quais depende parte muito significativa da atividade comercial do Banco – cresceram 15,7% em relação ao ano anterior, refletindo a recuperação mais significativa da economia portuguesa, já anteriormente referida. Não obstante, é de salientar a manutenção da política de concessão de crédito rigorosa que permite equilibrar o perfil de risco e o retorno esperado das operações de crédito.

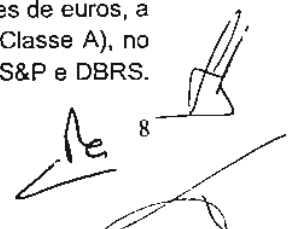
Para o crescimento registado em 2016, a incorporação da atividade da sucursal do Banque PSA Finance em Portugal, em 1 de Agosto de 2015, teve um impacto importante na medida em que este foi o primeiro exercício completo. Assistiu-se à consolidação da posição do Banco como a entidade de referência no mercado de financiamento automóvel português. Esta incorporação vem relevar a capacidade do Banco neste segmento de mercado, com soluções inovadoras "end-to-end" por um lado, e por outro lado, diversificar e incorporar economias de escala que possibilitarão um crescimento sustentado nos próximos anos.

O Banco encerrou o ano com uma quota de mercado de 10,61%, valor que evoluiu favoravelmente de 9,67% registado no ano transato. Em termos do financiamento a viaturas novas, a quota de mercado registada em Dezembro de 2016 foi 25,39%, bastante acima do registado em 2015 (18,43%) em consequência do 1º ano completo de atividade do acordo PSA. Nas viaturas usadas, a quota de mercado fixou-se em 9,52%, neste caso muito abaixo do período homólogo (13,19%). Nos restantes segmentos de negócio (Crédito ao Consumo e Cartão de Crédito), a quota de mercado foi de 1,97%, registando um ligeiro decréscimo face a 2015 (2,28%).

O Banco mantém a estratégia de desenvolvimento da linha de financiamento ao consumo por constituir uma oportunidade de angariação de clientes e diversificação do negócio. No segmento de crédito ao consumo, face a 2015 assistimos a um decréscimo de 8% do volume, enquanto no segmento de financiamento com cartão de crédito o crescimento verificado foi de apenas 1,1%. No total, estes dois segmentos atingiram um volume de 32 milhões de euros, menos 3,7% do que ano transato.

Perante um enquadramento macro bastante menos difícil, o Banco manteve a estratégia de prevenção na admissão de risco e de reforço da capacidade de recuperação. Assim, foi possível manter os níveis de incumprimento em parâmetros bastante inferiores aos do mercado e com um contributo importante para a conta de resultados.

Para sustentar a margem financeira o Banco manteve a gestão rigorosa das suas fontes de financiamento. A operação de titularização de créditos Silk Finance Nº4, concluída a 16 de Novembro de 2015, representou, no final de 2016, um montante de créditos elegíveis de 611 milhões de euros, a que correspondeu uma emissão de obrigações titularizadas, na qual a *tranche* sénior (Classe A), no valor de 509,4 milhões de euros, conservou a qualificação de rating "A" pelas agências S&P e DBRS.



Handwritten signature and initials, possibly indicating approval or completion of the document.

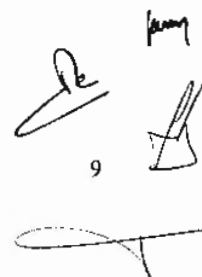
As obrigações emitidas de Classe A, a 31 de Dezembro de 2016, foram utilizadas como colateral nas operações de intervenção de absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu.

Na atividade de mediação de seguros o Banco reduziu o volume de comissões em 2016 para 7,7 milhões euros (-6,7% face a 2015). Ainda assim, este resultado valoriza a aposta nesta atividade complementar de mediação, centrada na angariação direta e na diversificação dos produtos em comercialização, onde se incluem o seguro proteção ao crédito, o seguro automóvel, os seguros de acidentes pessoais, o seguro "Finance GAP" (ramo de perdas pecuniárias diversas) e a extensão de garantia automóvel.

No que diz respeito aos processos de otimização operacional, o rácio de eficiência do Banco situou-se em 38,1%, melhorando os seus níveis em 3,5 pp num enquadramento de mercado mais favorável.

O exercício de 2016 encerrou com um resultado líquido consolidado de 26,4 milhões de euros, um crescimento acima de 43,2% face aos 18,4 milhões de euros alcançados no ano anterior.

Beneficiando do novo enquadramento económico, o Banco Santander Consumer Portugal manteve a aposta na captação de novo negócio em mercados complementares. Neste sentido, reforçou-se a aposta na linha de cartões de crédito, a orientação para o mercado de automóvel com a plena integração do universo PSA e o envolvimento crescente no financiamento de grandes frotas.



Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left, a smaller signature on the right, and a large signature at the bottom.

1.2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Enquadramento Internacional

Na maioria das economias desenvolvidas a atividade económica melhorou em 2016. A recuperação na Europa surgiu finalmente, também com menores tensões na área do Euro, onde a estabilidade financeira parece querer regressar, apesar do risco de fraco crescimento potencial permanecer em algumas das economias do Sul, em particular Portugal.

A Economia Mundial registará em 2016 um crescimento de 3,1%, ou seja um desempenho igual ao alcançado do ano anterior.

PIB	2015	2016
Economia mundial	3,1	3,1
EUA	2,1	2,6
Japão	1,6	1,1
Área do Euro	1,4	1,7
Alemanha	1,7	1,7
França	1,1	1,3
Itália	0,8	1,3
Espanha	3,4	3,1
Portugal	1,6	1,2
Reino Unido	2,1	2,0
China	6,9	6,7

Fonte: FMI (2016 previsões)

A economia dos EUA deverá crescer 2,6% em 2016, um desempenho melhor do que o verificado em 2015. O crescimento da maior economia do planeta é sempre importante para a economia mundial. Para este desempenho contribuem razões externas (o melhor desempenho económico da Zona Euro) e internas, relacionadas com o processo de consolidação orçamental que ainda se mantém. A taxa de desemprego prosseguiu a sua trajetória descendente em 2016 e atingiu 4,7% (5% em 2015).

A manutenção desta tendência é um sinal importante para o futuro de médio prazo da economia mundial, ao qual se deve juntar, a linha de rumo da nova Administração Americana que certamente não deixará de impactar neste e noutros indicadores económicos da máxima relevância.

A China deverá fechar 2016 com indicadores menos pujantes, mas, ainda assim, com sólido crescimento de 6,7%. Contudo, os riscos relativos à evolução do seu modelo económico permanecem, nomeadamente no que toca à sustentabilidade desse desenvolvimento a médio prazo. O PIB do Japão espera-se cresça também em 2016 e atinga 1,1%, ou seja, um pior desempenho face a 2015 (1,6%). Este resultado é preocupante numa economia que é um dos motores da Economia Mundial.

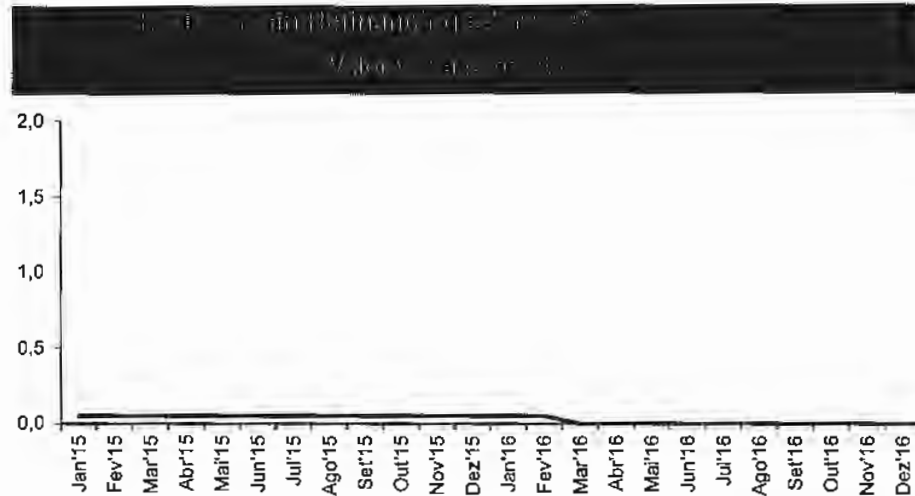
A Europa também irá melhorar o seu crescimento económico, consequência, entre outros fatores, do relançar do investimento, da prossecução das reformas estruturais e da aplicação de políticas orçamentais progressivamente mais responsáveis, conforme constava da lista de prioridades da Comissão para 2016. O PIB da Zona Euro deverá crescer 1,7%, o que compara com favoravelmente

10

com 1,4% alcançados em 2015. A economia Alemã crescerá também 1,7% e, portanto, é expectável um desempenho igual ao do ano passado.

A Espanha, indiferente à crise governativa e apesar de ainda manter a 2ª maior taxa de desemprego (20%) da UE, alcançará também a maior taxa de crescimento do PIB da Zona Euro, com 3,1% previstos para 2016 (compara 3,4% em 2015). As perspetivas são bem melhores para o futuro deste importante parceiro económico, como é disso prova o crescimento do emprego no setor privado da economia.

As economias europeias têm vindo a beneficiar da conjugação em simultâneo de inúmeros fatores favoráveis. Os preços do petróleo mantêm-se a níveis relativamente baixos, o crescimento mundial é estável, o euro continua a desvalorizar-se e prosseguem as políticas económicas de apoio na UE.



Fonte: Banco Central Europeu (BCE)

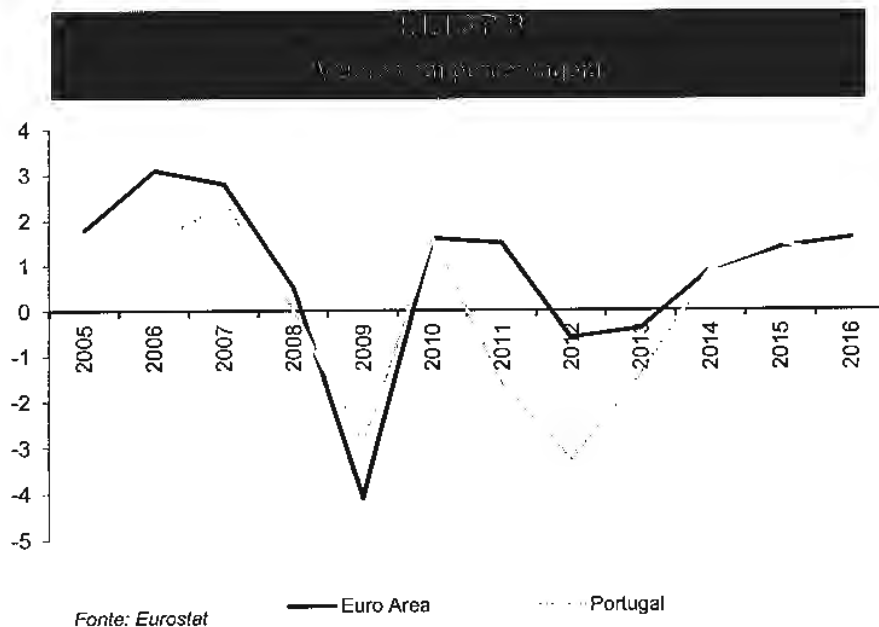
Na vertente monetária, as medidas de flexibilização quantitativa adotadas pelo Banco Central Europeu têm tido um impacto significativo nos mercados, tendo contribuído para a descida das taxas de juro e a criação de expectativas quanto à melhoria das condições de concessão de crédito. Dada a neutralidade geral da orientação orçamental da UE no seu conjunto - nem restritiva, nem expansionista - a política orçamental apoia igualmente o crescimento. A prossecução das reformas estruturais e o Plano de Investimento para a Europa deverão igualmente surtir efeito ao longo do tempo.

Em 2016, o BCE manteve a taxa de juro de referência da Zona Euro estável em 0,0% praticamente desde o início do ano. Este nível da REFI, ajudou a recuperar os níveis de inflação que chegaram a representar novos mínimos históricos. Ao reduzir a taxa de juro e aumentar a cedência de liquidez ao sistema financeiro, o BCE conduziu uma política monetária expansionista, para aumentar o financiamento e reativar o investimento na Zona Euro.

A Economia Portuguesa

De acordo com o Boletim Económico de dezembro do Banco de Portugal, o PIB espera-se que cresça 1,2% em 2016, um crescimento mais moderado face a 2015 (1,6%) e após os três anos da recessão económica. O detalhe do PIB mostra os fatores que contribuíram positivamente e evidencia também as principais razões para um menor crescimento em Portugal face ao ano anterior.

[Handwritten signatures and marks]



O menor crescimento previsto para as exportações (apenas 3,7%), a par do crescimento da despesa pública (1,0%), contribuíram para um desempenho da economia que, no seu todo, acabará por ser inferior a 2015 (1,6%) mas, ainda assim, superior ao que chegou a prever-se ao longo do ano.

No entanto, a Formação Bruta de Capital Fixo, ou seja o investimento, registará, de acordo com o BE de dezembro do BdP, uma contração de 1,7% invertendo a tendência de expansão que vinha de 2014, no que se espera não seja uma inversão definitiva dessa tendência da economia portuguesa. Sem investimento dificilmente existe crescimento económico saudável e sustentável e, sem ele, é impossível manter a tendência de redução do desemprego e alcançar a desejada sustentabilidade da dívida pública.

Conforme já referido, apesar do menor crescimento previsto para as exportações, importa relevar que esse comportamento positivo continuou a resultar do novo direcionamento da oferta de bens transacionáveis para o mercado externo, a par da maior diversificação geográfica, traduzida também no aumento do peso em mercados fora da UE.

PIB
Variação em percentagem

	2014	2015	2016 (*)
PIB	0,9	1,6	1,2
Consumo Privado	2,3	2,6	2,1
Consumo Público	-0,5	0,8	1,0
FBCF	5,1	4,6	-1,7
Exportações	4,3	6,1	3,7
Importações	7,8	8,2	3,5
Procura Interna	2,2	2,6	1,2
Procura Externa	-1,4	-1,0	0,1

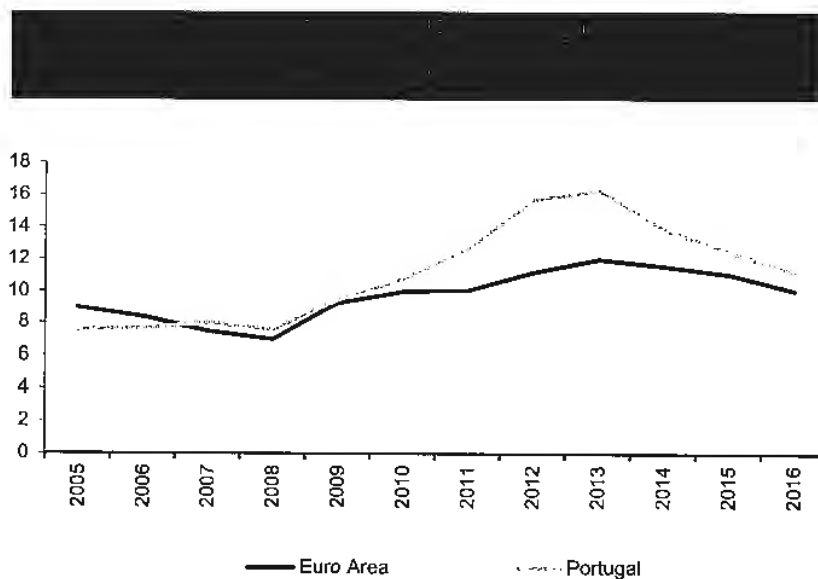
12

Contributo para a variação do PIB (p.p.)			
Procura Interna	0,3	1,1	0,4
Exportações Líquidas	0,6	0,5	0,8
IHPC	-0,2	0,5	0,6
Taxa Desemprego (% da população activa)	13,9	12,4	11,0
Desemprego longa duração (% desemprego total)	65,9	36,4	n.d
Saldo Orçamental (% PIB)	-4,5	-3,8	-2,3
Dívida Pública (% PIB)	130,2	128,9	133,1

Fontes: INE e Banco de Portugal

(*) Estimativas Bolalim Económico Dezembro BdP

Os dados sobre o emprego em Portugal demonstram que se mantem a tendência de redução da taxa de desemprego que atingirá 11% em 2016, um valor já muito inferior ao máximo registado em 2013 (17,5%). Apesar disso, são cerca de 550 mil os portugueses sem trabalho e, neste quadro, o desemprego jovem continua também a baixar (28,6%).



Fonte: Eurostat

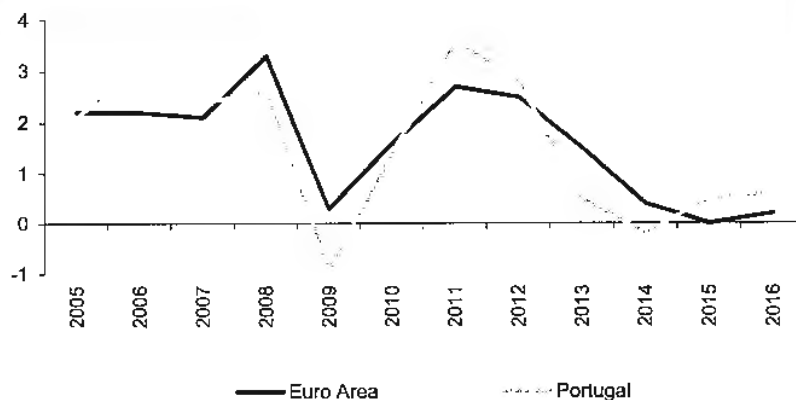
De acordo com dados disponíveis, os custos unitários do trabalho poderão ter evoluído negativamente em 2016, sendo que o seu crescimento, acima do da produtividade, pode ter prejudicado a competitividade das exportações dos bens transacionáveis.

As famílias portuguesas continuaram a disciplinar as suas despesas mantendo a poupança, apesar do aumento do rendimento disponível, resultante do aumento dos salários, da supressão de cortes e da redução da carga fiscal. Digamos que o alívio do ajustamento, que foi significativo para particulares e empresas, não teve o indesejável impacto sobre a expansão do consumo que se temia pudesse acontecer. Algo os agentes económicos aprenderam nos anos da crise.

A taxa de inflação em Portugal será positiva situando-se próximo de 0,6%. O indicador que mede a evolução dos preços mostrou-se já pouco condicionado pelo ajustamento, tendência que é boa para a evolução do consumo e do investimento. Contudo, o cenário de evolução da inflação

continuará a condicionar a Economia Portuguesa e Europeia, nomeadamente pelas suas implicações na política monetária do Banco Central Europeu.

Fig. 2. Déficit Harmonizado da Pragas no Consórcio
Valores em percentagem






Fonte: Banco de Portugal (BdP)

A meta do défice orçamental em 2016 foi superada, com recurso a receitas (não recorrentes) que resultaram de iniciativas governamentais no final do ano. Ou seja, a meta orçamental foi alcançada, pela primeira vez note-se, graças ao desempenho da receita fiscal extraordinária e ao adiamento de despesa pública. Em resultado, o défice orçamental (ótica contas nacionais) em 2016, poderá atingir 2,3% do PIB o que retira Portugal do procedimento de deficit excessivo da EU.

Contudo, no que diz respeito à dívida pública, a evolução foi bastante negativa, acentuando um principais problemas da economia portuguesa. Assim, ela terá crescido para cerca de 133% do PIB e, portanto, para níveis bastante superiores aos 129% observados em 2015.

O sistema financeiro continuou em 2016 o seu processo de regeneração e as condições de financiamento continuaram a melhorar, embora mantendo-se o recurso (e até o reforço) ao financiamento junto do Euro-sistema no âmbito do programa TLTROs. No entanto, o sistema bancário enfrenta desafios extraordinários, nomeadamente os relacionados com a limpeza dos seus balanços, o emagrecimento das suas estruturas e correção de desequilíbrios diversos, capazes de permitir o financiamento da atividade produtiva, a expansão do crédito concedido, às famílias e às empresas, permitindo que a banca volte a ser o sector dinâmico que já foi no passado.

A Economia Portuguesa deverá manter a rota de ajustamento dos seus desequilíbrios estruturais, o que inclui a manutenção da consolidação orçamental, face aos níveis muito elevados de endividamento dos diferentes setores da economia. Este ajustamento continuará a implicar um risco adicional de crédito e de mercado, previsivelmente com maior pressão sobre os rácios de capital dos bancos e sobre as condições de acesso ao financiamento deste sector.

 
14


1.3 O MODELO DE NEGÓCIO

O negócio do Banco Santander Consumer Portugal consiste no financiamento ao consumo através de produtos de crédito colocados à disposição de parceiros nos mercados automóvel e de grande consumo. O Banco está presente no mercado de financiamento de viaturas novas, viaturas usadas e financiamento ao grande consumo (não auto). No negócio de financiamento automóvel disponibiliza produtos de Crédito e Leasing / ALD, com taxas indexadas ou fixas. No segmento de grande consumo dispõe de produtos de crédito clássico e cartão de crédito, disponibilizando modalidades com e sem juros.

O Banco, o Parceiro e o Cliente. Essencialmente, o nosso modelo de negócio assenta na disponibilização de soluções financeiras pelo parceiro ao cliente final. Facilitamos o acesso ao crédito no processo de venda de viaturas novas ou usadas ao cliente final, em grandes grupos empresariais dedicados ao negócio automóvel ou concessionários independentes. O mesmo se passa em relação às parcerias de bens de grande consumo.

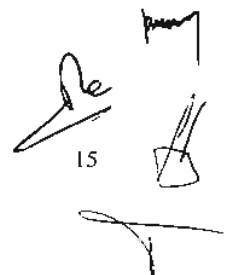
É de relevar que, relativamente aos valores de financiamento especializado comunicado à ASFAC, o financiamento global, em 2016, situou-se nos 4.431 M€, um aumento significativo comparado com 2015, +26%. Este aumento de volume situou-se, principalmente, no negócio automóvel com +17% em auto novos e +51% em auto usados.

Para o Banco, o segmento de financiamento automóvel continuou a ser em 2016 o segmento dominante, representando 91% do volume de nova produção.

A personalização de soluções aderentes às necessidades específicas de cada um dos parceiros sempre constituiu e continua a constituir uma vantagem competitiva muito importante face à concorrência. O ano foi marcado pela renovação dos acordos com todos os grandes grupos parceiros, reflexo do rigor e consistência de práticas e políticas do Banco. Hoje o Banco representa 9 marcas no segmento do financiamento Automóvel abarcando toda a gama de produtos, dirigindo-se a targets distintos desde o importador/ distribuidor, à concessão e por fim ao cliente final.

O mercado de venda de viaturas novas no ano de 2016 registou um aumento de 16% face ao ano de 2015, fechando o ano com 242.219 viaturas vendidas.

No segmento de viaturas usadas, onde as estatísticas das transações reais a cliente final são muito débeis ou inexistentes, constatou-se que no mercado de financiamento de viaturas desta natureza se observou um crescimento, em euros, de 51% que contrasta com o crescimento de 17% do mercado de financiamento de viaturas novas.



Handwritten signature and initials, including the number 15.

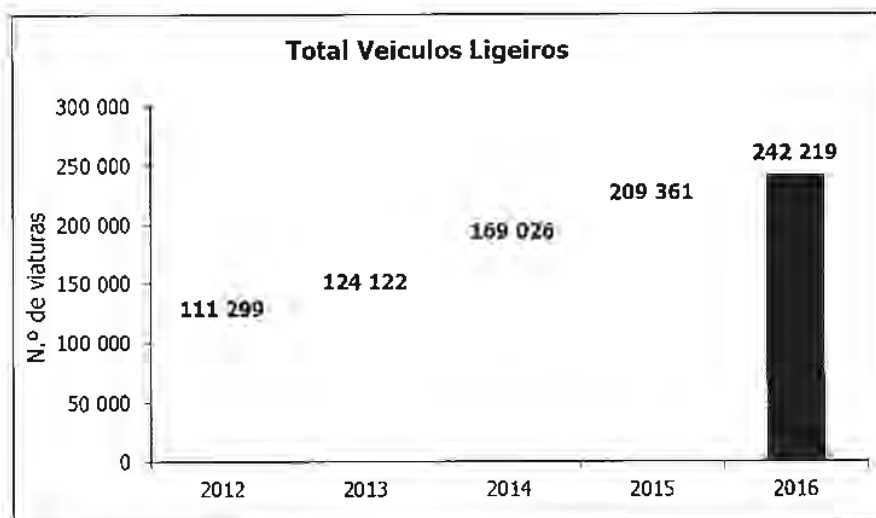
1.4 MERCADOS AUTOMÓVEL E DE FINANCIAMENTO

Consolidação do crescimento verificado já em 2015. O ano de 2016 representou um aumento de cerca de 16% face a 2015 com um registo final de 242.219 unidades vendidas.

A evolução favorável verificada em 2016 assume ainda maior importância se atendermos ao facto que já em 2015 se tinha registado um crescimento de 24% face a 2014.




O aumento das vendas verificado em 2016, entre outros fatores, deve-se em larga escala a:

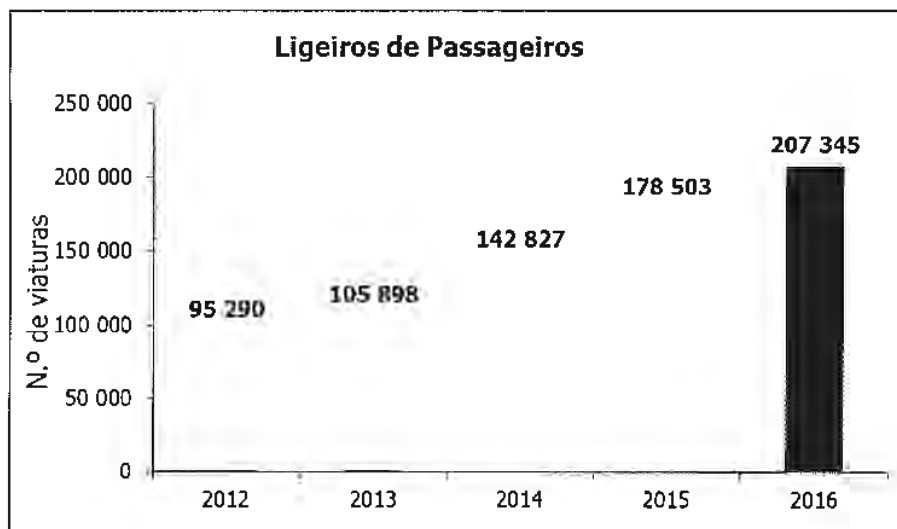
- Consolidação do nível de confiança do consumidor, intrinsecamente ligado à contenção da taxa de desemprego e perspectivas de futuro;
- Reversão parcial das medidas de austeridade impostas pelo programa de assistência económica e financeira;
- Dinamismo da rede empresarial portuguesa com especial destaque para as PME's;
- Políticas comerciais (campanhas contínuas) de desconto por "todas" as principais marcas de automóveis.



Por segmento, verificaram-se os seguintes comportamentos:

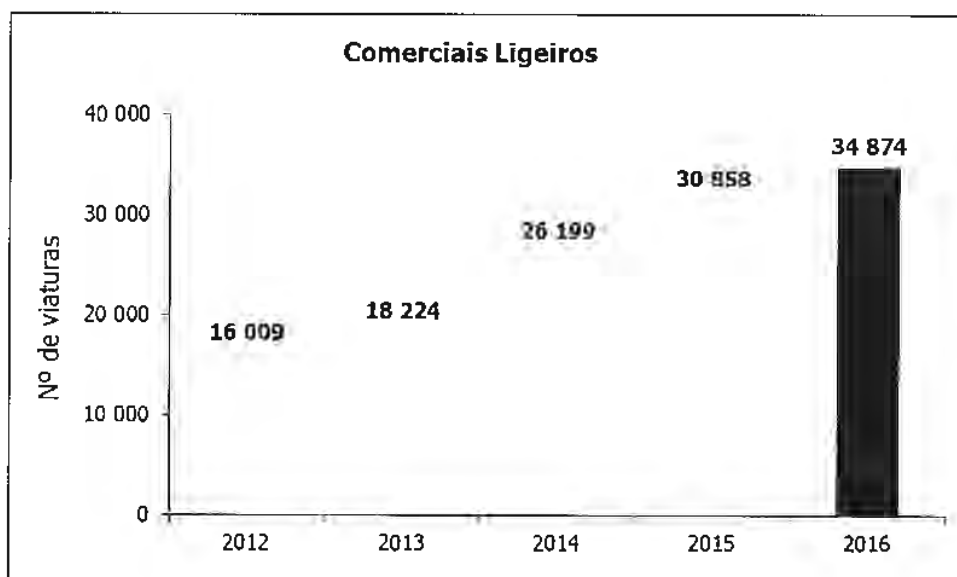
Ligeiros Passageiros: O segmento de Ligeiros de Passageiros, que inclui os veículos todo-o-terreno, registou um aumento de 16,16% com 207.345 unidades vendidas em 2016 (compara com 178.503 unidades vendidas em 2015).

 
16




Comerciais Ligeiros: O aumento verificado neste segmento foi de 13,01%.

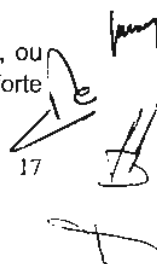
A maior recuperação neste segmento deve-se em muito à renovação de frotas que ocorreu em 2016 bem como à expansão do número de PME's que se verificou.



Financiamento à Aquisição de Veículos Automóveis

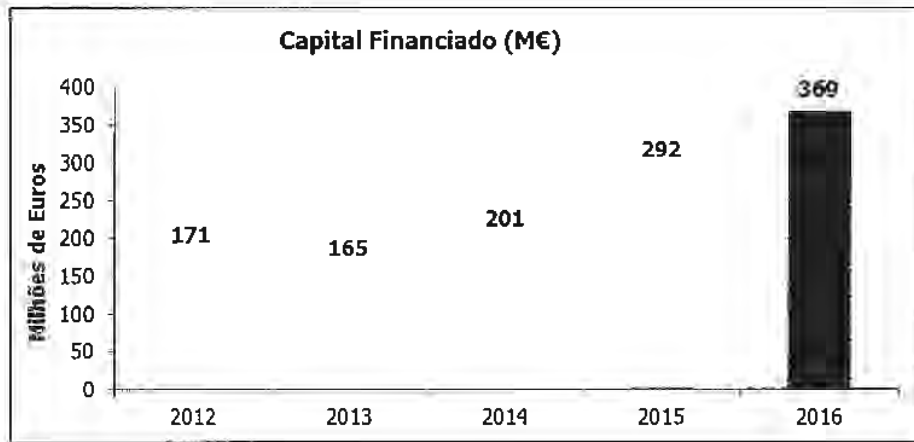
O comportamento do mercado de financiamento de automóveis não só acompanha o crescimento das vendas como o supera. Quando comparado com o ano de 2015, o valor financiado em negócio automóvel teve um incremento de 34%.

Tudo o que já foi referido nos pontos anteriores mantém-se válido também para este mercado, ou seja, inversão da tendência de quebra, aumento da confiança e vendas acompanhadas por forte esforço ao nível do preço e produtos de ciclo de troca.


 17

Em termos de capital financiado, o banco apresentou um volume de 369 Mithões de Euros, com uma variação positiva de 26% face ao registado em 2015.

Relativamente ao número de contratos realizados verificou-se um aumento de 20.500 em 2015 para 25.323 em 2016, traduzindo-se num aumento de 24%.



[Handwritten signatures]
18

1.5 NEGÓCIO E MERCADO CRÉDITO AO CONSUMO

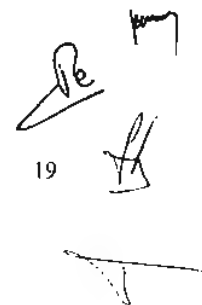
As principais orientações do Banco neste mercado focaram-se na consolidação das parcerias existentes e na prospeção e angariação de novas parcerias, diversificando esta área de negócio para segmentos do valor médio de financiamento superior à média do mercado, dentro de mercados previamente identificados como de menor exposição de risco e de maior rentabilidade para o Banco.

Durante 2016 o negócio de crédito ao consumo manteve a sua estrutura de produto no que diz respeito à distribuição de produtos financeiros, a cliente final, por manutenção de um portfólio de opções diversificado:

- Clientes de financiamento (utilizadores do bem adquirido):
 - Crédito Tradicional com Juros;
 - Crédito Tradicional sem Juros;
 - Crédito Misto (com e sem Juros);
 - Seguros de proteção ao crédito.

A atividade desenvolvida nesta área de negócio proporcionou uma realização de 21,2 Milhões de Euros em 2016 a que corresponderam 13.229 contratos.

19



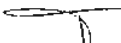


1.6 NEGÓCIO E MERCADO DE CARTÕES DE CRÉDITO

Em 2016, o Santander Consumer deu continuidade à aposta estratégica na atividade de Cartões de Crédito, nomeadamente através da migração do negócio de Consumo para Cartão. De acordo com as necessidades identificadas, procedeu-se à redefinição do produto e respetivas práticas de angariação e captação de clientes. As plataformas de sustentação do negócio foram igualmente adaptadas, com vista a suportar funcionalidades inovadoras.

Segundo informação divulgada pela ASFAC, o volume global de produção do mercado de Cartões de Crédito foi de 1.615 Milhões de euros em 2016, o que se traduziu num crescimento de 17,72% face a 2015.

A produção global do Santander Consumer neste segmento de negócio situou-se nos 15.756 milhares de euros em 2016.

 
20


1.7 EVOLUÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, as instituições financeiras têm de preparar as suas contas consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) para os exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2005.

Em consequência, as contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. aqui apresentadas, foram elaboradas de acordo com as normas IAS/IFRS, enquanto as suas Demonstrações Financeiras estatutárias foram preparadas de acordo com as NIC, conforme estabelecido pelo Banco de Portugal.

Introdução

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. encerrou o exercício de 2016 com um resultado líquido consolidado de 24,5 milhões de euros, representando um acréscimo de 32,7% em relação aos 18,4 milhões de euros registados no ano anterior.

O resultado consolidado antes de impostos cifrou-se em 37,5 milhões de euros, aumentando o seu valor em 30,8% quando comparado com o valor registado em 2015 de 28,7 milhões de euros.

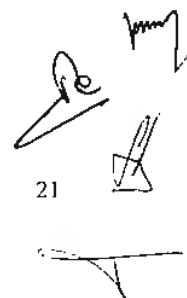
O exercício de 2016 foi marcado por um crescimento da atividade impulsionada, por um lado, pelo desempenho positivo nos mercados onde o Banco atua (mercado de financiamento automóvel, financiamento ao consumo e cartão de crédito, e por outro e de forma marcante, pela incorporação da atividade da sucursal do Banque BPF (PSA) no balanço no 2º semestre do ano de 2015 (em 2015 foram incorporados apenas 5 meses de atividade).

Balanço Consolidado

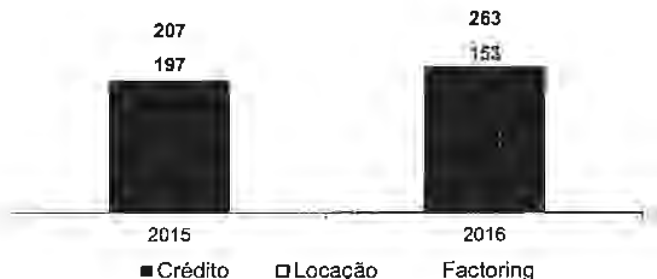
O valor de balanço do crédito consolidado concedido a clientes, no final de 2016, líquido de provisões, ascendia a 1 335 milhões de euros, o que significou um aumento de 9,8% face ao registado no valor final do ano anterior. Este acréscimo no valor de balanço está diretamente relacionado com aumento nos volumes de financiamento.

Na estrutura de composição do crédito concedido, a componente de financiamento a cliente final, representa o core business do Banco Santander Consumer Portugal. No que se refere ao financiamento de stock a concessionários automóveis, o saldo da componente de Factoring totalizou 263 milhões de euros em 2016.

21

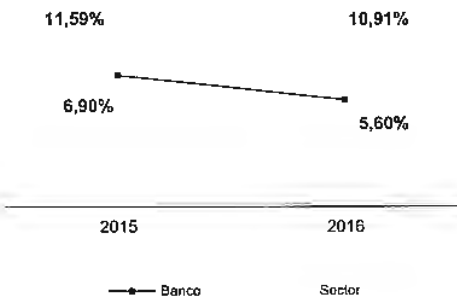


Evolução do Crédito Vincendo (milhões de euros)





O crédito com incumprimento, nos termos da Circular 02/14 do Banco de Portugal, representou 5,6% do crédito total concedido, o que significou uma redução face ao valor do rácio de 1,3% registado em 2015. Esta evolução da sinistralidade do crédito reflete essencialmente uma alteração da política de passagem a Incobrável, que sem esse efeito o rácio de crédito com incumprimento situar-se-ia em 6,4%. Num enquadramento adverso da conjuntura económica, o Banco conseguiu melhorar a qualidade de crédito, e quando comparado com o restante sector bancário de crédito ao consumo, este apesar de reduzir os rácios de incumprimento, permanecem ainda elevados. O desempenho consistente do crédito em incumprimento registado no ano de 2016 é fruto da abordagem tática do Banco, implementada na segunda metade do ano de 2009, para os processos de admissão e formalização de forma a conter o acréscimo na sinistralidade do crédito, antevendo uma deterioração nas capacidades de cumprimento e ajustando o perfil de risco das solicitações de crédito às perspectivas, do prazo, da conjuntura económica e solvabilidade dos clientes. Adicionalmente, as melhorias operativas implantadas nos processos de recuperação de crédito, nomeadamente com incorporação das metodologias do modelo corporativo do Grupo Santander nesta área, possibilitou melhorarem a sua eficácia e o seu contributo para a conta de exploração do ano de 2016 face ao cenário atual.

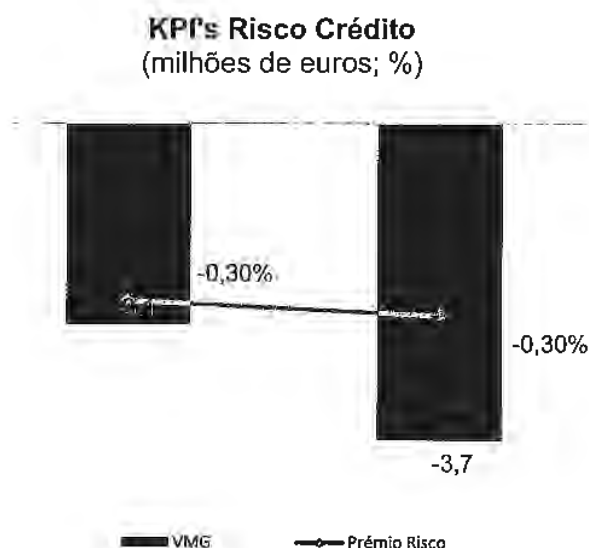
Crédito com Incumprimento (%)



O montante de imparidade de crédito acumulada em balanço apresentou uma cobertura de 122,0% do valor dos créditos em mora, valor que se situou abaixo do registado em 2015 de 128,4%, um resultado confortável considerando o contexto particularmente adverso que caracterizaram o exercício, sublinhando a escrupulosa e conservadora abordagem na gestão e mitigação do risco de crédito.



 22

Constata-se que, desde o início da atual crise financeira, a estratégia seguida pelo Banco, dá ênfase à minimização da exposição ao risco de crédito, pelo que tem vindo continuamente a adotar critérios cada vez mais exigentes ao nível da concessão de crédito evitando igualmente concentrações excessivas a uma determinada contraparte ou a contrapartes relacionadas. Este caminho tem-se revelado bastante acertado, na medida em que o crédito com incumprimento apresenta uma evolução bastante mais favorável que a tendência do sector.






No seu modelo de gestão, o Banco utiliza para efeitos de gestão e acompanhamento da sinistralidade no crédito outros indicadores qualitativos, como sejam a Variação da Mora de Gestão (VMG) e o Prémio de Risco, que considera mais assertivos do que o crédito com incumprimento em percentagem do crédito total, na medida em que aqueles são líquidos das entradas e saídas em estado de incobrável, refletindo assim o verdadeiro acréscimo de risco de crédito em gestão.

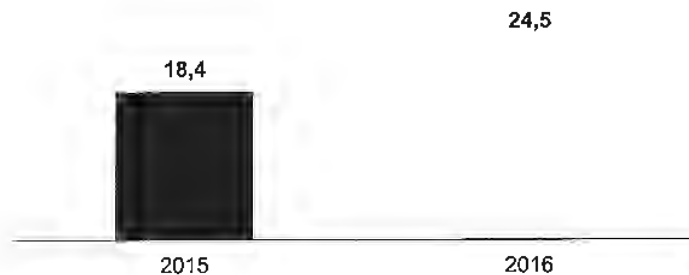
O indicador de Variação da Mora de Gestão (VMG) registou um forte decréscimo em relação a 2015, apresentando em 2016 -3,7 milhões de euros, como resultado de uma rigorosa política e monitorização continua nos mecanismos de admissão e de recuperação de crédito. Por consequência, o Prémio de Risco fixou-se em -0,30% em Dezembro de 2016.

Conta de Resultados Consolidada

O resultado líquido consolidado (IAS) cifrou-se em 24,5 milhões de euros no final de 2016, resultando numa subida de 32,7% face ao indicador homólogo de 2015. Este crescimento é particularmente assinalável num ano ainda com contexto adverso, onde em particular o sector financeiro foi penalizado com desempenhos desfavoráveis dado o enquadramento adverso registado em muitos setores da economia portuguesa.

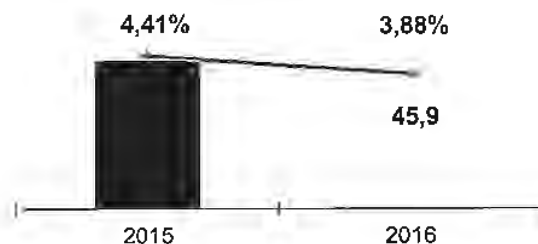

23 


Resultado Líquido (milhões de euros)



A ligeira erosão da Margem Financeira ao longo do exercício de 2016 deveu-se essencialmente à alteração do mix da carteira sob gestão, com a maior preponderância do segmento de Financiamento aos Stocks a qual foi substancialmente compensada pela diminuição nos custos de financiamento, resultado da gestão criteriosa desta rubrica, nomeadamente pela redução da duração média de financiamento e da redução das taxas de juro de referência de mercado.

Margem Financeira (milhões de euros; %)



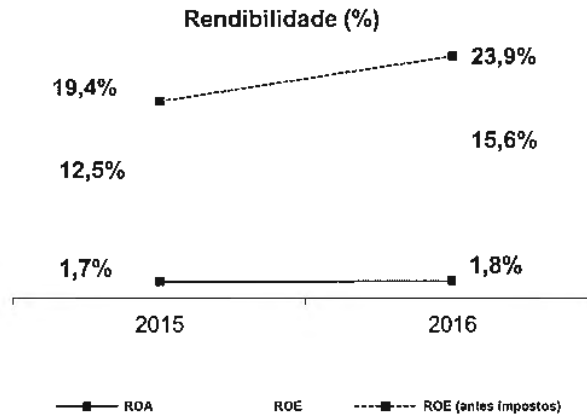
Ao nível do Produto Bancário há ainda a destacar o acréscimo nas rubricas de comissões líquidas, que totalizaram 14,3 milhões de euros e que comparam com 13,5 milhões de euros em 2015, o que significou um aumento de 5,7%, acompanhando o crescimento de 23,2% de novos volumes de financiamento. O Produto Bancário totalizou 66,8 milhões de euros, crescendo 10,5% face ao registado no ano de 2015.

Em contrapartida, os Custos de Transformação aumentaram o seu valor em 4,0% face a 2015, fixando-se em 26,2 milhões de euros. O rácio de eficiência situou-se em 39,2% no final do exercício registando um decréscimo de 2,4 p.p. de 2014 para 2015.

O valor contabilizado para perdas em imparidade líquidas de recuperações e para outras provisões atingiu 3,1 milhões de euros, o que representou um decréscimo de -53,6% relativamente a 2015, refletindo a política do Banco de prudência na avaliação dos riscos e de manutenção de uma cobertura adequada para fazer face à deterioração do contexto macroeconómico.




O resultado antes de impostos em 2016 atingiu 37,5 milhões de euros o que significou um acréscimo de 30,8% face aos 28,7 milhões de euros registados no ano transato. A rubrica de impostos cresceu 27,4% face ao valor verificado no exercício anterior.

Os indicadores de rentabilidade do exercício do ano 2016 encontram-se positivamente afetados pela evolução, de um modo geral, favorável dado o contexto em que foi desenvolvida a atividade do Banco, nomeadamente quando comparados com os valores obtidos no exercício de 2015.



Com um resultado líquido de 24,5 milhões de euros no final de 2016, equivalente a 0,367 euros por ação (0,277 euros em 2015), a rendibilidade média dos capitais próprios (ROE) situou-se nos 15,6%, quando este valor em 2015 ascendeu a 12,5%, o que representa um acréscimo de 310 b.p. No que se refere à rendibilidade média do ativo (ROA), esta situou-se em 1,8% em 2016, acima do valor registado no ano transato em 10 b.p.

O indicador de rendibilidade dos capitais próprios está naturalmente afetado pela postura conservadora do Banco nesta matéria, no qual o rácio de solvabilidade atingiu os 11,5%, superando simultaneamente os valores mínimos pelo regulador para o *Core Equity Tier 1* de 9,75% e de 10,25% para o total de requisitos de capitais próprios regulamentares.



 25


1.8 GESTÃO FINANCEIRA

No ano de 2016, a economia portuguesa esteve muito marcada pelo processo de reversão de algumas medidas de correção estrutural do período da *troika*, em resultado da mudança de ciclo político e da reformulação das políticas, sobretudo as económicas, com maior ênfase no crescimento de componentes da despesa, como a recuperação de salários na função pública, a reposição dos horários de trabalho, com consequências ligeiramente positivas no consumo privado, mas muito nefastas ao nível do investimento. Portugal continua, porém, sujeito ao rigoroso acompanhamento das autoridades europeias, por forma a garantir o cumprimento do equilíbrio orçamental e a assegurar a sustentabilidade da sua gigantesca dívida pública, devendo, para esse efeito, corrigir desequilíbrios macroeconómicos que caracterizaram a sua história económica mais recente e que ainda se mantêm.

O sector bancário, um dos mais afetados pela crise, a económica e a das dívidas soberanas, encetou o inadiável processo de limpeza dos seus balanços, de reconhecimento de enormes imparidades que, a par de mais apertados requerimentos de capital e de uma nova supervisão, mais presente e atuante, levam a enormes necessidades de capital, para cumprir rácios de capital progressivamente mais exigentes. O sector está a mudar radicalmente o seu modelo comercial, a sua metodologia de análise de crédito, com o objetivo de aumentar a eficiência e a rendibilidade, mantendo abertura para processos de concentração, sempre com foco na produtividade e captação de sinergias.

Para ajudar a retoma da economia europeia e controlar a inflação, o Banco Central Europeu (BCE) lançou em 2014 um conjunto de estímulos para conter a descida dos preços e aumentar o financiamento à economia. Essas medidas e outras de natureza menos convencional (como são as operações TLTRO), levaram, em 2015 e 2016, à descida das taxas de juro e à colocação da taxa de depósito dos bancos num valor negativo. Em março de 2016 o BCE reduziu a REFI para 0% (o nível mais baixo de sempre) o que também afetou diretamente as taxas de juro da dívida e, indiretamente, as taxas de juro que os bancos à economia real. Este é um cenário que pode mudar radicalmente em 2017, na exata medida em que o BCE sentir que a inflação regressa a níveis mais desejáveis.

O facto de estar integrado num Grupo financeiro global acarreta evidentes benefícios à área de gestão financeira corrente do Banco, e à melhor adequação de procedimentos, políticas e estratégias para essa gestão, contribuindo para a mitigação dos riscos financeiros inerentes à atividade *core* do Banco.

Neste contexto, a Gestão Financeira do Banco Santander Consumer Portugal, desenvolvida pela Direção Financeira de acordo com as orientações do Conselho de Administração, regeu-se pelos seguintes objetivos fundamentais ao longo do ano:

- Assegurar a liquidez necessária ao correto desenvolvimento do negócio, mantendo uma relação equilibrada entre capitais próprios e alheios para maximizar a rentabilidade dos acionistas, sem prejudicar a solidez financeira da instituição;
- Adotar as melhores práticas em termos de gestão de riscos financeiros, quer por via das políticas preconizadas de assunção e mitigação da exposição ao risco de liquidez e taxa de juro, quer por via das economias de escala proporcionadas pela pertença ao Grupo Santander, com reflexos na sua capacidade competitiva;
- Diversificar as fontes de financiamento, por um lado, diminuindo a dependência da Tesouraria do Grupo Santander, e por outro, encontrar canais alternativos à exposição ao Mercado de Operações de Intervenção do Banco Central Europeu, utilizando para o efeito os ativos titularizados e potenciando a sua colocação junto a investidores privados, assegurando o financiamento do balanço a prazos mais alargados;

- o Manter, com o apoio da tesouraria do Grupo Santander, uma política ativa e dinâmica de cobertura da exposição aos riscos financeiros (liquidez e taxa de juro) inerentes ao seu negócio.

a) Financiamento do negócio

Os novos contratos de Crédito, Leasing e ALD têm, no momento da sua origemação, prazos que em média se situam acima dos 6 anos, pelo que o financiamento do negócio deve ter em conta este facto, tendo igualmente em conta que esses mesmos prazos se continuam a dilatar por força dos requisitos de mercado.

As diferentes necessidades financeiras, subjacentes ao financiamento destes ativos, foram satisfeitas através de um conjunto equilibrado de capitais de curto e médio prazo. Na sequência das medidas adotadas pelo Banco Central Europeu alusivas a operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (ORPA direcionadas), o Banco, no ano de 2016, seguiu uma estratégia de redução do prazo médio das novas operações de liquidez, dado que também dispõe de uma operativa de mitigação do risco de taxa de juro, através da contratação de instrumentos derivados, nomeadamente swaps de taxa de juro.

Assim, mantendo as linhas de orientação de anos anteriores, assentes na garantia da solvabilidade da instituição, na estabilidade da respetiva tesouraria e na obtenção de custos de financiamento competitivos, negociaram-se os passivos adequados, em termos de duração, aos ativos do banco, observando-se simultaneamente os requisitos prudenciais impostos pelo Banco de Portugal, pelo BCE, bem como os limites impostos corporativamente pelo acionista.

Empréstimos Obrigacionistas e de Médio e Longo Prazo

O Banco assenta a sua estrutura de financiamento em operações de mercado monetário e operações contratadas, quer, junto da Tesouraria do Banco Santander Consumer Finance, em Espanha, quer, junto de outras instituições de crédito. Estas operações têm uma duração média de sensivelmente 2 anos, para adequação à correspondente duração do ativo.

O acesso permanente a linhas de liquidez de elevada estabilidade permite ao Banco, dentro de uma gestão de elevado rigor, dirigir parte desse esforço e sinergias para o seu *core business*, beneficiando assim de uma importante vantagem competitiva no mercado.

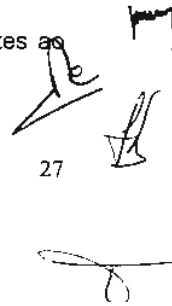
Ao longo de 2016 e devidamente enquadrado na política de liquidez prosseguida pelo Grupo Santander, o Banco continuou a aceder às operações de cedência e absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu por via do desconto de ativos titularizados considerados elegíveis para aquele efeito.

Financiamento dos ativos de curto prazo

Tal como em anos anteriores, e uma vez que este tipo de crédito se destina sobretudo a apoiar as aquisições de existências por parte dos Concessionários com os quais o Banco tem acordos de colaboração, o financiamento desta atividade foi efetuado, quase exclusivamente, com base nas contas correntes bancárias de que o Banco dispõe ou através de operações de tomada de fundos de curto prazo.

b) Estratégia de Gestão de Riscos Financeiros

No ano de 2016 o Banco prosseguiu uma gestão conservadora dos riscos financeiros inerentes ao seu negócio, nomeadamente no que se refere aos riscos de taxa de juro e liquidez.



27

O acompanhamento, monitorização dos riscos de mercado e as decorrentes coberturas, negociadas para garantir a adequação das maturidades e o perfil de taxa de juro dos ativos e passivos do Banco Santander Consumer Portugal, foram implementados em estreita coordenação com a tesouraria do Grupo Santander, ficando naturalmente sujeitas às regras e políticas de supervisão nacionais e do BCE por via da sua pertença ao Grupo Santander que representa risco sistémico.

Risco de Taxa de Juro

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. mede, em base mensal (ou pontualmente, quando necessário), a sensibilidade do valor atualizado do somatório dos cash-flows futuros da carteira de negócio (ativos de natureza comercial e financeira), com os cash-flows do respetivo passivo associado a uma subida paralela de 1% na curva de taxas de juro do mercado interbancário.

Para mitigar o risco de subida das taxas de juro, o Banco Santander Consumer Portugal privilegia a utilização de instrumentos financeiros derivados – *swaps* de taxa de juro – por montantes e prazos que possibilitam a imunização dos cash-flows da carteira de taxa fixa (ativo), a movimentos adversos na estrutura temporal de taxas de juro no mercado interbancário. A utilização dos instrumentos derivados permitiu otimizar a liquidez, uma vez que o financiamento da atividade pode ser feito a prazos mais reduzidos, facto especialmente relevante atendendo às condições do nível do custo dos fundos nos mercados financeiros.

Com referência a 31 de Dezembro de 2016, o risco de taxa de juro do balanço do Banco, medido de acordo com a Instrução 19/2005 do Banco de Portugal, que assume, entre outros fatores, um movimento de 200 pontos básicos paralelo na estrutura de taxas de juro, era de 4.943 milhares de euros de impacto negativo nos capitais próprios, representando apenas cerca de 4% dos seus fundos próprios elegíveis.




Risco de Liquidez

Em virtude da pertença do Banco Santander Consumer Portugal ao Grupo Santander, maior grupo financeiro Europeu e um dos dez maiores a nível mundial (por capitalização bolsista), o risco de liquidez encontrava-se completamente mitigado, com linhas de crédito aprovadas de 1.050 milhões de euros, limites que perfazem a quase totalidade do valor do ativo, assegurando a plenitude da atividade desenvolvida ao longo exercício.

No decorrer do exercício de 2016, e independentemente da sua privilegiada situação em termos de liquidez, o Banco manteve, entre as suas fontes de financiamento, a operação de titularização de créditos, onde atua como cedente e gestor dos créditos concedidos, denominada Silk Finance N°4.

Com a manutenção desta operação de titularização de créditos, o Banco continuou a deter ativos elegíveis pelo Banco Central Europeu possibilitando, dessa forma, a sua continua participação nas operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (ORPA direcionadas).

No final de 2016, o valor nominal das obrigações correspondentes à operação de titularização de créditos totalizavam 614,6 milhões de euros. Esta operação é constituída por créditos do segmento automóvel (novos e usados) e cuja estrutura de passivo pode ser analisada da seguinte forma:

 
28


Denominação da posição titularizada	Ratings		Original	Current	Remuneração
	DBRS	S&P			
Classe					
A	A	A	509,4	509,4	1,20%
B	-	-	101,5	101,5	2,40%
C	-	-	3,7	3,7	
VFN	-	-	0,0	0,0	
TOTAL			614,6	614,6	

(milhões de euros)

Para efeitos prudenciais, a operação de titularização Silk Finance n.º4 não configura uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente ao nível do risco de crédito, estando os créditos objeto da operação registados na rubrica de Ativos Titularizados não Desreconhecidos e os fundos recebidos registados na rubrica Passivos por Ativos não Desreconhecidos em Operações de Titularização.

c) Gestão dos Recursos Próprios

Para desenvolvimento da sua estratégia de crescimento e expansão, o Banco avalia de forma permanente a sua política de adequação de capital por forma a:

- i) Garantir o crescimento sustentado da atividade creditícia pela gestão prudente da sua solvabilidade, decorrente do exercício dos objetivos estratégicos;
- ii) Cumprir os requisitos impostos pelas entidades de supervisão;
- iii) Assegurar uma gestão criteriosa dos capitais alheios, com o objetivo último da maximização do valor do Banco para os seus acionistas;

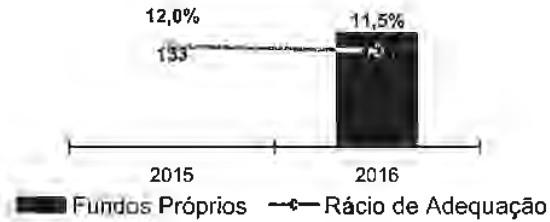
Em termos prudenciais e nesta matéria, o Banco encontra-se sujeito ao Regulamento (UE) n.º 575/2013.

O Banco as abordagens definidas no passado para a determinação da alocação de fundos próprios, a metodologia do Método Padrão na componente de Risco de Crédito e, na componente de Risco Operacional, continua a guiar-se pelo Método do Indicador Básico.

No final de 2016, os requisitos de fundos próprios consolidados ascendiam a 93 milhões de euros, o que significou um crescimento de 5% sobre o valor registado no final do ano de 2015 de 88 milhões de euros. Em Fevereiro de 2016, os fundos próprios foram incrementados em cerca de 2 milhões de euros pela aprovação dos resultados do exercício de 2015 deduzida da distribuição de dividendos ao acionista. No final de 2016 os fundos próprios ascendiam a 133,6 milhões de euros, comparando com 132,7 milhões de euros no final de 2015.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

Adequação de Capitais Próprios (milhões de euros; %)



Em matéria de solvabilidade, no final de 2016, o rácio de adequação de fundos próprios e o rácio de adequação dos fundos próprios de base (core Tier I) calculados em base consolidada, cifravam-se ambos em 11,47%. No final de 2015, os mesmos rácios cifravam-se ambos em 12,00%.

Relativamente ao rácio de fundos próprios principais de nível 1 (CET1) em base consolidada, conforme definido no Regulamento (UE) n.º 575/2013 (Basileia III), o Banco atingiu os 11,47%, acima dos patamares mínimos (9,75% em 2016) impostos pela European Banking Authority (EBA).

[Assinaturas manuscritas]

30

1.9 GESTÃO DE RISCO DE CRÉDITO

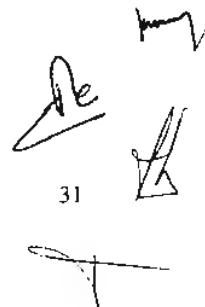
No decorrer do ano de 2016 não se registaram significativas alterações no modelo de negócio do BSCP, antes uma consolidação do negócio originado nas redes das marcas PSA, dando continuidade ao sucedido no decorrer do segundo semestre do ano anterior. Apesar de tudo, a perda da parceria Media Markt não deixou de causar algum impacto ao nível dos volumes de negócio não auto.

Em termos das políticas de admissão, as mesmas foram mantidas, confirmando-se a tendência, que se vem registando nos últimos anos, de aumento da taxa de aprovação global, com manutenção do perfil de risco médio-baixo.

Após a migração da carteira do Banque PSA, com impacto no incremento dos níveis de risco de crédito do Banco em 2015, o presente ano fica igualmente marcado pelo decréscimo da percentagem de delinquência, alcançando-se níveis inclusivamente inferiores aos verificados em fase anterior à da referida migração de carteira.

Os níveis de risco de crédito são permanentemente medidos e acompanhados, de acordo com metodologias corporativas, das quais se destacam a monitorização da Variação da Mora sob Gestão (VMG), os níveis de delinquência simples (%NPL – Non Performing Loans), a análise de carteiras com igual período de originação (vintages), a monitorização permanente dos modelos de decisão automáticos e a monitorização da perda esperada do novo negócio angariado.

Em relação ao negócio de não retalho, caracterizado por risco individual por empresa com valor superior a 150 mil Euros, mantiveram-se as visitas a concessionários, por parte do binómio gestor / analista. Esta atuação permite um maior conhecimento e abrangência na informação obtida, gerando uma melhor qualidade na elaboração do rating da empresa.



Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left, a smaller signature on the right, and a checkmark below it.

1.10 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Em 2016, foram mantidas globalmente as políticas e estratégias de recuperação, com principal enfoque na eficiência do processo, apesar da instabilidade ainda vivida, reflexo da migração da carteira PSA.

Em setembro foi assegurada a migração da restante carteira em contencioso, que correspondeu no seu total ao valor de 20ME; 15ME em WO + 5,0ME no estado de Contencioso.

Em termos de Recuperação Telefónica, registou-se um crescimento de 13,9% da carteira sob gestão, com um crescimento dos rácios de recuperação, quando comparado com o período homólogo:

"cobrado / entradas" + 6,9%;

"cobrado / total da carteira" de + 3,4%;

Em termos absolutos houve um crescimento de 18% dos "valores cobrados"; 25,6ME (2016) vs 21,7 ME (2015).

No que se refere ao processo de Recuperação Presencial, vulgo Recuperação Externa em regime outsourcing, releva-se um crescimento de 21,7% da carteira sob gestão (só valor em mora), com um crescimento do rácio de recuperação quando comparado com o período homólogo:

"cobrado / total da carteira" de + 2,3%;

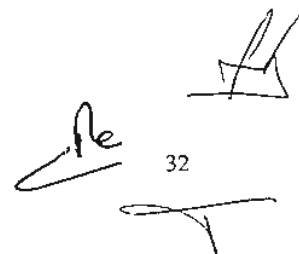
Em termos absolutos houve um crescimento de 25% dos "valores cobrados"; 5,5ME (2016) vs 4,4 ME (2015)

A carteira de sob gestão de Contencioso - muito impactada pela 2º migração de contratos com origem PSA ocorrida em 25Set'16, a que correspondeu a integração de responsabilidades no valor de 20ME -apresenta um crescimento de 23,5%.

Quanto ao rácio de recuperação, sofre uma redução de 1,6% quando comparado com período homólogo de 2015, apesar do crescimento de 22% em termos absolutos; 2016 com um valor cobrado de 14,4ME e 2015 com 11,8ME de valor cobrado.

As vendas de carteira de WO previstas para 2016, foram adiadas para o 1ºTrimestre de 2017 e 4ºTrimestre de 2017, respetivamente 15ME + 10ME.

De relevar ainda, o facto de ter sido retomado o processo de constituição mensal de WO's, ao abrigo do novo entendimento fiscal em conformidade com a ficha doutrinária de 12/05/2016, emanada pela AT.



32

1.11 TECNOLOGIA & OPERAÇÕES

- **Operações**

No que se refere às áreas de Operações, mais concretamente a de processamento e a de gestão de clientes, mantivemos em 2016 como desígnio estratégico, a procura sistemática da eficiência e da eficácia, tanto na estrutura interna como na estrutura subcontratada em regime de outsourcing .

A influência da integração da carteira e atividades do banco PSA, ocorrida em 2015, manteve-se mas com níveis de serviço e de processos claramente mais controlados.

Visando a análise e otimização de processos considerados críticos no nosso workflow global, foi solicitado o apoio de uma consultora externa para análise a identificação de potenciais melhorias aos processos de captação de propostas, validação de contratos e de reclamações.

Para cada um destes processos foram identificados pontos de melhoria, que T&O tem vindo a implementar com alteração de circuitos e mais concretamente no que se refere á gestão de reclamações, com a criação da área de provedoria do cliente.

- **Tecnologia**

A área de Tecnologia e Controlo Operacional manteve em 2016 o seguimento do Plano de Sistemas concordado com as diferentes direções, assegurando o acompanhamento de todas as atividades e a gestão dos projetos do banco de forma eficiente e eficaz.

Ainda no decurso de 2016, foi elaborado o Plano Estratégico de Sistemas de Informação, com o apoio de uma consultora externa, tendo sido identificada uma arquitetura de referência e um roadmap possível para a respetiva implementação.

- **Controlo Operacional**

Em matéria de Controlo Operacional, para além de termos participado na implementação do conceito das 3 linhas de defesa de risco operacional, mantivemos a nossa estratégia sustentada num modelo que visa a obtenção da maior eficiência possível, com processos controlados.

Modelo de Controlo de Headcount

Em parceria permanente com a Direção de Recursos Humanos, foi garantido o acompanhamento da evolução do headcount da direção e a sua adequação ao orçamentado.

Modelo de Gestão de Custos

Neste modelo enquadrámos todos os controlos que visam a gestão integrada de todos os custos da direção, visando a garantia do cumprimento do orçamento em todas as suas linhas.

O acompanhamento minucioso e regular das diversas rubricas de custos, motivou alertas permanentes com respetiva justificação, para inesperados incrementos de custos, mas com apresentação simultânea de soluções de poupança responsáveis.

Modelo de Risco Operacional e Tecnológico

Na sequência de um novo modelo de gestão assumido pelo Grupo Santander, T&O passou a garantir a 1ª linha de defesa dos riscos operacionais nesta direção.

Com um conjunto diversificado e exaustivo de controlos, esta área garante que as operações são executadas na forma adequada e dentro dos níveis de serviço estabelecidos.

Modelo de Acompanhamento Quantitativo

A medição constante de todas as atividades da direção, em diferentes perspetivas e com periodicidades adequadas, tem permitido uma intervenção imediata dos gestores de equipas para qualquer ajustamento de estruturas e uma afetação adequada dos recursos, tendo em conta as respetivas competências.

Modelo de Acompanhamento Qualitativo

Este modelo incorpora um conjunto de atividades de controlo dos níveis de serviço e de ocorrências excecionais (positivas e negativas), e a análise da sua adequabilidade aos princípios definidos para os produtos e processos que visam o suporte ao negócio.

1.12 LEGAL E COMPLIANCE

A Direção de Legal e Compliance é composta pela área de Legal e Compliance que apresentam importantes sinergias.

O Legal assessoria as diferentes Direções e áreas nos diferentes projetos, processos e atividades diárias ou *ad-hoc*.

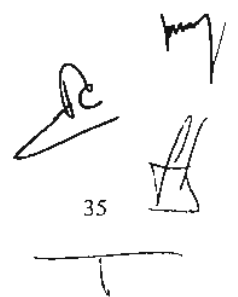
O Compliance promove a aderência à regulamentação, requisitos dos supervisores, princípios de boa conduta e aos valores corporativos, Simples, Próximo e Justo. O seu objetivo é gerir e mitigar o risco do Banco incorrer em coimas ou danos reputacionais, aumentando a confiança dos seus colaboradores, clientes, acionista e de toda a comunidade.

A função de Compliance abrange todas as matérias regulamentares incluindo, prevenção de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, aplicação do regime de sanções internacionais, produtos, serviços, conduta perante os clientes e sua proteção, risco reputacional, bem como qualquer outra que coloque o Banco em risco de cumprimento.

Compliance enquanto segunda linha de defesa trabalha as diferentes matérias em estreita articulação com as demais áreas funcionais, aliás de acordo com o modelo corporativo estas constituem a primeira linha de defesa, procurando assegurar a conformidade das estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos com a legislação e regulamentação em vigor.

Em 2016 foi consolidada a metodologia de Auto- Avaliação que contribui para o maior controlo, monitorização e mensuração do risco de Compliance e sua manutenção em níveis de tolerância adequados.

De facto, e com base nos referidos Projetos, o Banco consolidou a sua abordagem preventiva na gestão do risco de compliance em 2016.



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature on the left and several smaller initials on the right.

1.13 CONTROLO INTERNO



O Banco tem vindo a orientar o desenvolvimento da sua atividade numa ótica de contínuo acompanhamento e avaliação da eficácia das políticas e procedimentos internos, com vista a garantir um desempenho eficiente e rentável da atividade a médio e longo prazo, em linha com as orientações estratégicas e com os objetivos estabelecidos.

A nível organizacional, desde 2016, o Controlo Interno encontra-se integrado na Direção de Risco e Recuperação de Crédito do Banco, em consonância e na sequência reestruturação organizativa da Dirección General de Riesgos do Grupo Santander, que viu ampliado o seu perímetro de responsabilidades em matéria de controlo de riscos. De facto, o ambiente de controlo, cuja avaliação está sob a responsabilidade do Controlo Interno, constitui um elemento essencial para a adequada mitigação de todos os riscos.


No que respeita à estratégia de controlo, foi dada continuidade à até então conduzida, de fortalecer o Sistema de Controlo Interno do Banco, assegurando a sua permanente adequação e eficácia, bem como a apropriada gestão dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas.

Tendo presente os desafios inerentes a um contexto de reforço das práticas a adotar pelo sector financeiro, a linha de atuação do Controlo Interno tem vindo a privilegiar o aperfeiçoamento dos mecanismos que garantem a prossecução de uma estratégia de negócio sustentável, assegurando a sua robustez e permitindo que se alcance um retorno dos capitais, em linha com expectativas dos seus acionistas, numa ótica de médio e longo prazo.

Assim, no decorrer de 2016, o Controlo Interno conduziu a sua atividade de forma a monitorizar de forma integrada a adequação e eficácia dos processos, políticas e procedimentos, das diferentes componentes do Sistema de Gestão de Riscos, e a assegurar, de forma autónoma e independente, a sua aderência e efetividade, tendo por referência as boas práticas internacionais, bem como as orientações estratégicas definidas a nível corporativo.



36



1.14 RECURSOS HUMANOS

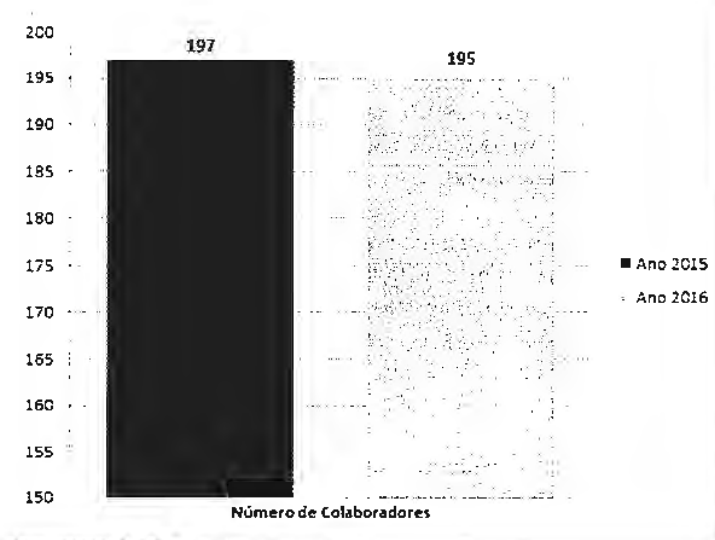
A Direção de Recursos Humanos (DRH) assume uma intervenção transversal e multidisciplinar, em concreto junto das várias direções e áreas do Banco Santander Consumer Portugal (BSCP). A DRH manteve em 2016 uma abordagem global às iniciativas e ações de Recursos Humanos e de Património e Serviços Gerais.

O ano de 2016 foi um ano particularmente desafiante em processos de gestão de mudança, com especial destaque para o novo drive cultural com o lançamento em Portugal do **Santander Way**. Assente na **Missão do Grupo Santander em contribuir para o progresso das pessoas e das empresas e no objetivo de sermos o melhor Banco para os nossos Colaboradores, Clientes, Acionista e Comunidade onde nos integramos (o nosso Círculo Virtuoso)**, foram definidos **8 novos comportamentos** críticos a seguir por todos os colaboradores enquanto motor para esta transformação cultural e para sermos cada vez mais **num banco Simples, Próximo e Justo**.

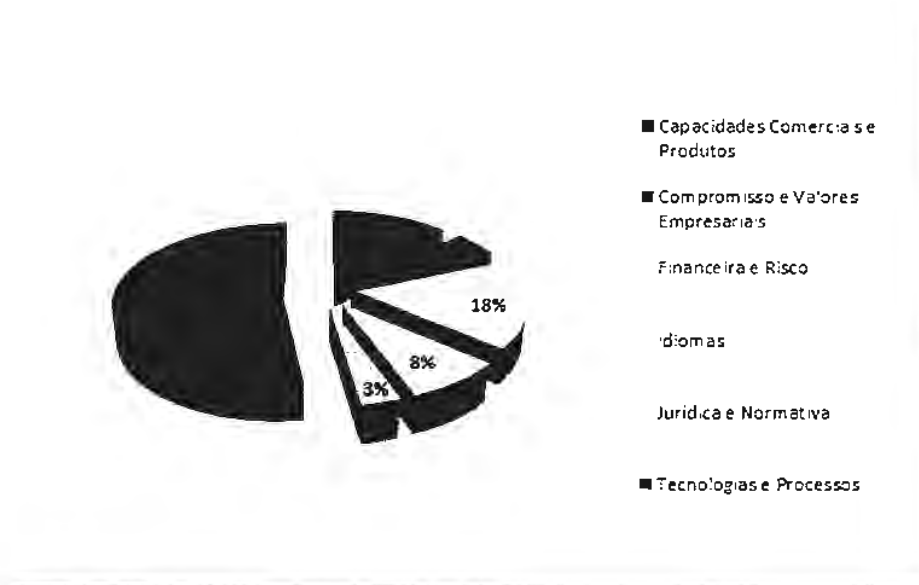
Outro aspeto a salientar deste ano, prende-se com a renovação do quadro de pessoal da empresa, com o objetivo de tornar o BSCP um Banco mais ágil, dinâmico e preparado para o futuro. Não obstante o peso deste eixo central de atuação, a Direção de Recursos Humanos não deixou de intervir ativamente noutros eixos estratégicos para a organização, nomeadamente ao nível da formação e desenvolvimento dos colaboradores, da preocupação com equilíbrio da vida pessoal e profissional, bem como da comunicação interna.

Gestão de Pessoas

No sentido de reforçar competências críticas do negócio, e por forma a posicionarmo-nos de forma competitiva no mercado, o BSCP procedeu a algumas alterações ao seu quadro de pessoal, através de um processo de rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo e da admissão de 15 novos colaboradores. Deste modo, a 31 de Dezembro de 2016 o Banco apresentava o seguinte quadro de colaboradores:



Ao nível da **Política de Formação e Desenvolvimento**, o Banco continuou a promover ações no sentido de contribuir para o crescimento e evolução dos seus colaboradores. Tendo como referência a identificação das necessidades de aprendizagem junto das suas equipas, em 2016 a formação ministrada, num total de 3 600 horas, assumiu a seguinte caracterização:



O BSCP obteve um crescimento de 116% de horas de formação comparativamente a 2015.

Face ao atual contexto do setor financeiro português e europeu, destaque para as ações de formação em Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo (PBC/FT), enquanto pilares ao desenvolvimento sustentável do negócio. Igualmente no âmbito do RiskPro foram desenvolvidas formações em Cultura de Riscos e em Risco e Operacional, ambas disponibilizadas pelo Grupo, sensibilizando para a responsabilidade de todos os colaboradores na identificação e compreensão dos riscos com cada um se depara no dia a dia.

Como aposta no desenvolvimento continuado dos seus profissionais, e igualmente como forma de reconhecimento, foi atribuída uma Bolsa Universitária na área de Gestão de Projetos.

Em 2016 realizou-se mais uma edição do programa corporativo Mundo Santander, que consiste no intercâmbio de profissionais do Grupo entre os vários países, por um período de 3 meses. Desta forma, permitiu-se que mais colaboradores do Grupo, incluindo do Santander Consumer Portugal, tivessem a oportunidade de desenvolver os seus conhecimentos e ampliar o seu nível de experiência em contexto internacional e multicultural.

A Gestão de Desempenho é um dos pilares da política de recursos humanos que visa, por um lado o alinhamento dos colaboradores com a estratégia e objetivos do Grupo e do Banco, por outro o reconhecimento da performance e contributos individuais para o sucesso dos resultados obtidos. A evidência da gestão por mérito está no recebimento de remuneração variável por parte da generalidade dos colaboradores. Este é um instrumento que permite igualmente a obtenção de informação essencial às políticas de formação, gestão de carreiras, entre outras.

Neste âmbito e como aposta no desenvolvimento das competências do banco, 10 colaboradores tiveram a oportunidade de mudar de função tendo sido assim um efetivo reconhecimento do seu desempenho e trabalho desenvolvido.

Enquadrado nos objetivos de Conciliação Familiar, foi lançado o **Programa de Flexiworking**, com o objetivo de potenciar uma forma de trabalho mais Simples, Próxima e Justa e que favoreça a conciliação trabalho-vida pessoal. Nesse sentido, foram lançadas uma série de medidas como o Horário Flex ou a Flex Friday, sendo que cerca de 40% dos colaboradores já usufruem destas medidas.

Com o objetivo de reforçar a importância das famílias no equilíbrio da vida profissional, a Direção de Recursos Humanos continuou a desenvolver iniciativas que promovam um maior envolvimento com a organização. Desta forma, em 2016 manteve-se a realização da "Semana Santander Júnior", uma semana de ocupação de tempos livres, composta por iniciativas lúdico - pedagógicas para os filhos dos colaboradores.

E porque as crianças são o Futuro do Mundo e sabendo a importância dos laços familiares para o bem estar dos seus colaboradores, o Banco realizou a 2ª edição do concurso infantil "Santander Pinta" destinado aos filhos de colaboradores. Assim, as crianças entre os 4 e os 12 anos foram desafiadas para, através da sua criatividade e espírito natalício, fazer um desenho que representasse o Natal. Um evento cheio de cor e alegria, bem ao estilo dos mais pequenos.

Ainda na esfera da Conciliação Familiar e Benefícios Santander Consumer Portugal, foi possível manter a atribuição da Comparticipação do Passe Social aos seus colaboradores, tendo esta iniciativa uma adesão de 60% dos colaboradores elegíveis.

Conforme referido no início o ano de 2016 foi fortemente marcado pela **transformação da cultura do Grupo, através da divulgação e dinamização do Santander Way**, assente em 8 Comportamentos Corporativos: Demonstro Respeito, Escuto com Atenção, Falo Claramente, Cumpro as Promessas, Trabalho com Paixão, Promovo a Colaboração, Apoio as Pessoas e Promovo a Mudança. Foram lançados vários desafios aos colaboradores, por forma a melhor enraizar estes comportamentos nas ações e atitudes do dia-a-dia.

A cultura reflete-se na atuação diária de cada um dos profissionais, com impacto nos resultados obtidos. Com vista a medir o alinhamento da cultura organizacional com a missão e visão do Grupo Santander, o Banco disponibilizou de novo junto de cada colaborador a possibilidade de responder ao "Questionário Global de Compromisso 2016". Uma ferramenta corporativa, lançada em todas as Unidades do Grupo, que pretende aferir a evolução das várias temáticas consideradas críticas nesta transformação cultural, que vão desde os Processos, Foco no Cliente, Liderança, entre outros. Localmente, a iniciativa contou com uma taxa de participação de 93% e todas as Direções estão empenhadas em desenvolver planos de ação concretos para, em conjunto, conseguirmos ser um cada vez mais Banco Simples, Próximo e Justo.

Promover uma cultura de maior **comunicação e reconhecimento** foi igualmente uma das preocupações de 2016, visível através do lançamento da nova newsletter do banco, a INSide. Pretende-se partilhar entre todos os colaboradores os acontecimentos e informação de maior relevo, saber mais sobre os nossos colaboradores e dar as boas vindas aos que de novo se juntam à equipa do banco, entre outras. Foi uma iniciativa de sucesso e muito valorizada! Quisemos igualmente assinalar os 10 anos da marca Santander Consumer em Portugal, fato que aconteceu no final do ano no evento de Natal que reuniu todos os colaboradores num ambiente de festa. Foram também reconhecidos os colaboradores com mais de 25 anos de antiguidade.

Em termos de **Responsabilidade Social**, o Banco associou-se à Associação Boa Vizinhança, uma associação da Junta de Freguesia de Santo António, à qual o Banco pertence, promovendo junto dos Colaboradores do BSCP uma ação de divulgação e sensibilização para a mesma. Paralelamente, o BSCP patrocinou o evento anual da associação que tem como objetivo angariar fundos para apoio aos residentes e associações da junta de freguesia que se encontrem em dificuldades financeiras.

Património e Serviços Gerais

A área de Património e Serviços Gerais (PSG) manteve a sua atuação focada nas diferentes áreas de intervenção, em concreto:

- Gestão e manutenção das instalações;
- Segurança de pessoas e bens;



39

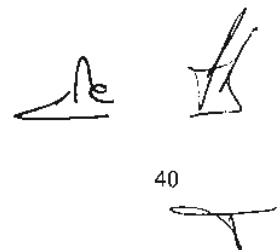
- Serviços gerais, no que se refere à condução e acompanhamento de vários serviços de suporte ao negócio e atividade do Banco, como seja arquivo, correio, economato, limpeza e a frota de viaturas do Banco.

Destaca-se o desenvolvimento de uma plataforma de suporte à gestão da atividade de PSG, em concreto na gestão da frota automóvel e a gestão de serviços móveis e telecomunicações, possibilitando uma gestão mais célere e eficiente destes serviços.

Em relação aos serviços de arquivo de digitalização, e com o objetivo de integrar a gestão documental do BSCP e do ex-BPSA, foi realizado um concurso para prestação de serviços de arquivo e digitalização. Foi possível integrar toda a operação num único prestador de serviços, com maior eficiência ao nível dos custos e mais valias logísticas significativas.

Juntos Somos Santander!

Contamos com uma Equipa de Profissionais de excelência que contribuem cada dia para um Banco mais Simples, Próximo e Justo.

The image shows three handwritten signatures in black ink. Two are positioned side-by-side at the top, and a third is centered below them. The signatures are stylized and cursive.

1.15 CORPORATE E SUCURSAIS

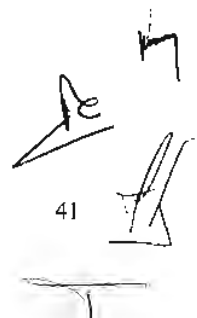
Em 2015, com a entrada das marcas do grupo PSA verificou-se um crescimento bastante acentuado, do financiamento automóvel a empresas, pela importância que este segmento de negócio tem para estas marcas.

A Direção de Corporate e Sucursais foi criada com o objetivo de efetuar o seguimento das operações retalho das Sucursais PSA (Lisboa e Setúbal) e dinamizar o negócio empresas.

Esta direção efetua o seguimento, acompanhamento e gestão dos processos, envolvendo entidades relacionadas com o negócio empresas (B2B), desde o momento inicial da negociação, preparação de documentação para análise e decisão do processo ao nível do risco e a posterior gestão e seguimento do cliente. Em complemento, analisa e propõe novos produtos a implementar para esta tipologia de clientes.

O objetivo de 2017 é de crescimento nesta área, com a criação de novos serviços e metodologias, que nos permitirão um crescimento sustentado, na vertente de negócio num segmento tão importante do mercado automóvel nacional.

41

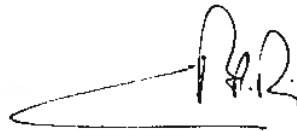
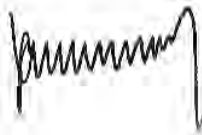
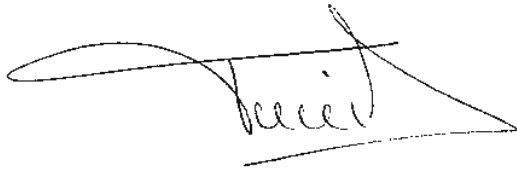


1.16 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Banco Santander Consumer Portugal encerrou o exercício de 2016 com um Resultado Líquido positivo (individual) de Euros 24 388 242, sendo o Resultado Líquido apurado em base consolidada positivo de Euros 24 450 944.

Considerando as disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que seja feita a seguinte Aplicação dos Resultados:

Reserva Legal (10% do Resultado líquido individual);	Euros 2 438 824;
Distribuição de Dividendos;	Euros 9 750 000;
Resultados a transitar em base individual:	Euros 12 199 418;
Resultados a transitar em base consolidada:	Euros 12 262 120.



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS


BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

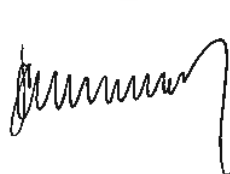
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2016			2015	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2016	2015
		Ativo Bruto	Amortizações, provisões e imparidade	Ativo líquido					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5	10 023 200	-	10 023 200	15 071 920	Recursos de Bancos Centrais	14	405 000 000	405 000 000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	15 637 244	-	15 637 244	23 632 207	Recursos de outras instituições de crédito	14	739 765 387	632 705 490
Ativos financeiros detidos para negociação	7	-	-	-	-	Recursos de clientes e outros empréstimos	15	7 623 456	3 623 791
Crédito a clientes	8	1 429 995 952	(94 650 663)	1 335 146 289	2 115 488 508	Passivos financeiros detidos para negociação	7	-	-
Ativos não correntes detidos para venda	9	808 494	(303 156)	505 338	402 382	Debitados de cobertura	7	33 010	249 138
Investimentos em filiais, associadas e empr. conj.	10	353 388	-	353 388	2 187 884	Provisões	16	(5 560 128)	1 634 723
Outros ativos tangíveis	11	12 544 297	(5 623 659)	6 920 637	7 057 737	Passivos por impostos correntes	12	-	14 209 673
Ativos intangíveis	11	12 410 036	(9 348 277)	3 061 759	1 563 280	Passivos por impostos diferidos	12	28 528	81 567
Ativos por impostos correntes	12	8 213 506	-	8 213 506	-	Outros passivos	17	81 423 934	70 913 090
Ativos por impostos diferidos	12	7 324 125	-	7 324 125	10 669 023	Total do Passivo		1 239 432 444	1 128 596 472
Outros ativos	13	20 577 989	(7 635 753)	12 942 236	5 067 884	Capital	18	66 592 947	66 592 947
						Outras reservas	19	52 146 464	48 392 668
						Resultados transferidos	19	18 004 943	19 333 416
						Resultado consolidado do exercício		24 490 944	18 425 329
						Total do Capital Próprio		161 195 298	152 744 354
Total do Ativo		1 518 399 251	(117 761 509)	1 400 627 742	1 281 340 826	Total do Passivo e do Capital Próprio		1 400 627 742	1 281 340 826

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.






BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Juros e rendimentos similares	22	54 487 896	54 939 118
Juros e encargos similares	22	(8 556 713)	(12 218 889)
MARGEM FINANCEIRA		<u>45 931 183</u>	<u>42 720 229</u>
Rendimentos de serviços e comissões	23	20 534 292	18 875 778
Encargos com serviços e comissões	23	(6 226 014)	(3 541 609)
Rendimentos de instrumentos de capital	24	1 788 761	-
Resultados em operações financeiras	25	(18 849)	(43 008)
Outros resultados de exploração	26	5 990 019	4 143 630
Resultados de empresas associadas	27	(1 222 325)	99 182
PRODUTO BANCÁRIO		<u>66 777 067</u>	<u>62 254 202</u>
Custos com pessoal	28	(10 742 850)	(9 390 758)
Gastos gerais administrativos	29	(14 459 129)	(14 738 560)
Depreciações e amortizações	11	(988 174)	(1 054 457)
Provisões líquidas de reversões e recuperações	16	(3 187 537)	(1 958 592)
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	16	1 135 618	(3 469 786)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	16	(1 002 068)	(2 947 201)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		<u>37 532 928</u>	<u>28 694 847</u>
Impostos correntes	12	(9 792 124)	(20 230 299)
Impostos diferidos	12	(3 289 860)	9 960 781
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>24 450 944</u>	<u>18 425 329</u>
RENDIMENTO RECONHECIDO DIRECTAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO		-	-
RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		<u>24 450 944</u>	<u>18 425 329</u>
Número de acções em circulação no exercício	18	66 592 947	66 592 947
Resultados por acção	34	0,37	0,28

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

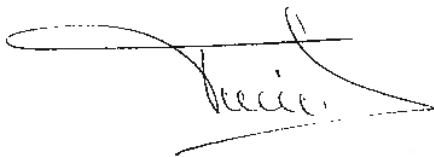
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

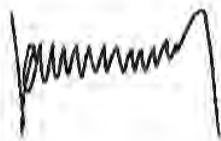
PARA OS EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital	Outras reservas e resultados transitados				Total	Resultado líquido do exercício	
		Prémio de Emissão	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados		do exercício	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	66 592 947	12 790 664	13 631 404	21 970 594	18 381 840	66 774 502	9 515 776	142 883 225
Aplicação do resultado:								
- Transferência para reservas e resultados transitados	18/19	-	-	-	951 576	951 576	(951 576)	-
Distribuição de resultados transitados	18/19	-	-	-	-	-	(8 564 200)	(8 564 200)
Resultado consolidado do exercício	18/19	-	-	-	-	-	18 425 329	18 425 329
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	66 592 947	12 790 664	13 631 404	21 970 594	19 333 416	67 728 078	18 425 329	152 744 354
Aplicação do resultado:								
- Transferência para reservas e resultados transitados	18/19	-	9 758 802	-	14 671 527	18 425 329	(18 425 329)	-
Distribuição de resultados transitados	18/19	-	-	-	(16 000 000)	(16 000 000)	-	(16 000 000)
Resultado consolidado do exercício	18/19	-	-	-	-	-	24 450 944	24 450 944
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	66 592 947	12 790 664	17 385 206	21 970 594	18 004 943	70 161 407	24 450 944	161 195 296

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.






BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

	Nota	2016	2015
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		63 919 795	74 052 127
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos		(14 690 047)	(17 558 403)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos		5 011 435	7 289 721
Pagamentos a fornecedores e empregados		(26 209 098)	(24 129 317)
Outros resultados		417 671	4 100 622
		<u>28 449 756</u>	<u>43 754 750</u>
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:			
Crédito a clientes		(103 115 402)	645 781 115
Aquisição Ativos Banque PSA - Sucursal em Portugal		(8 315 800)	(253 226 944)
Outros activos e passivos		(8 580 431)	(26 683 617)
Aquisição de participação no Santander Consumer Services		-	2 088 702
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:			
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito		108 201 372	(384 573 775)
Recursos de clientes e outros empréstimos		3 999 665	(2 123 703)
		<u>(7 810 596)</u>	<u>(18 738 222)</u>
Impostos sobre os lucros		(17 323 707)	(10 667 732)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		<u>3 315 453</u>	<u>14 348 796</u>
Pagamentos relativos a imobilizações		(2 347 897)	(2 707 034)
Dividendos recebidos do Santander Consumer Services		1 788 761	
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		<u>(559 136)</u>	<u>(2 707 034)</u>
Dividendos pagos		(16 000 000)	(8 564 200)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		<u>(16 000 000)</u>	<u>(8 564 200)</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes		<u>(13 243 683)</u>	<u>3 077 562</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período		38 904 127	35 826 565
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5,6	25 660 444	38 904 127

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Vide Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2016

1. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (adiante designado por “BSCP” ou “Banco”), anteriormente denominado Interbanco, S.A., é uma sociedade anónima com sede social em Lisboa, tendo iniciado a sua atividade em 31 de dezembro de 1996 e sendo detido na sua totalidade pelo Santander Consumer.

O Banco desenvolve as suas atividades em conformidade com o legalmente consentido às instituições de crédito. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a atividade do BSCP encontra-se segmentada, essencialmente, nas vertentes de Crédito ao Consumo, Locação Financeira Mobiliária, Aluguer de Longa Duração (ALD) e “Factoring”.

A operação de titularização Silk Finance No.3 Limited, iniciada em 2009, teve o seu término ao ser sujeita a uma amortização antecipada a 15 de julho de 2015.

Em 16 de novembro de 2015, o Banco realizou uma nova operação de titularização de créditos denominada Silk Finance No.4. Esta operação é consolidada pelo Banco pelo método integral, uma vez que o Banco detém a totalidade dos riscos e benefícios das suas atividades pelo facto de deter a totalidade dos títulos emitidos pela Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.. Por outro lado, as referidas operações de crédito foram alienadas ao seu valor nominal a esta sociedade de titularização de créditos.

Aquisição da atividade da sucursal do Banque PSA em Portugal

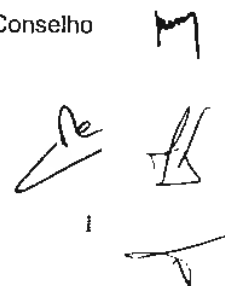
Em 1 de agosto de 2015, o Banco adquiriu, no âmbito do acordo de parceria pan-europeu estabelecido entre o Grupo Banco Santander e o Grupo PSA Peugeot-Citroen em 10 de julho de 2014, os ativos da sucursal do Banco BPF, S.A. em Portugal. Este acordo de parceria tem um prazo inicial de 10 anos, podendo ser renovado por acordo entre os contraentes. A transmissão dos ativos entre o Banco e a sucursal do BPF foi formalizado através de um contrato de “transmissão de estabelecimento”.

Ainda no âmbito do acordo de parceria entre o Grupo Banco Santander e o Grupo PSA, o Banco adquiriu 20% da empresa Santander Consumer Services, S.A. (anteriormente designada “PSA Gestão S.A.”) (Nota 10), que desenvolve a sua atividade no Aluguer Operacional de Viaturas (“Renting”) e na consignação e venda de viaturas. Os restantes 80% foram adquiridos pelo Santander Consumer Finance, S.A..

O Banco pagou, em 3 de agosto de 2015, 253.226.944 euros e em 23 de setembro de 2016 depois de realizada a “due diligence”, o valor de 8.315.800 euros relativos ao valor dos ativos e passivos da sucursal do Banco BPF em Portugal.

A parceria em Portugal está assente e num acordo de “Marca Branca – White Label Agreement”, onde o Banco assegura o financiamento da atividade de distribuição das viaturas das marcas Peugeot, Citroen e DS, bem como o apoio de financiamento de stock aos concessionários de peças e automóveis abrangidos pelo protocolo de cooperação. Este acordo prevê a distribuição igualitária dos riscos e benefícios associados à atividade de financiamento a concessionários e a cliente final, relativos às marcas do Grupo PSA, em Portugal.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2017.

Handwritten signatures and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. There are three distinct marks: a large signature on the left, a smaller signature in the middle, and a set of initials on the right.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco e das suas filiais, mantidos em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia (IAS/IFRS), efetivas à data de 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estão pendentes de aprovação pela correspondente Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2 Informação comparativa

– Provisões

O Banco procedeu à alteração de comparativos de 2015 do balanço e da demonstração dos resultados e de outro rendimento integral, em consequência da decisão do Conselho de Administração do Banco de reclassificar provisões constituídas e registadas em Outros ativos e Outros passivos para provisões no Passivo. Esta reclassificação não teve qualquer impacto no resultado líquido e capital próprio do exercício de 2015 e é imaterial, pelo que o Banco não teve que reexpressar comparativos.

As notas anexas alteradas pela reclassificação referida acima encontram-se devidamente identificadas. As alterações efetuadas nos comparativos encontram-se detalhadas nos mapas abaixo:

Balanço

	Notas	Saldo divulgado 31/12/2015	Impacto de reclassificação provisões	Saldo corrigido 31/12/2015
Ativo				
Outros ativos	13	4 510 832	557 052	5 067 884
Passivo				
Provisões	16	-	(1 804 723)	(1 804 723)
Outros passivos	17	(72 160 761)	1 247 671	(70 913 090)




Demonstração dos resultados e de outro rendimento integral

	Notas	Saldo divulgado 31/12/2015	Impacto de reclassificação provisões	Saldo corrigido 31/12/2015
Encargos com serviços e comissões	23	5 339 514	(1 797 905)	3 541 609
Provisões líquidas de reversões e recuperações	16	-	1 958 592	1 958 592
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	16	3 107 889	(160 688)	2 947 201

2.3 Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretation Committee" (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas ("endorsed") pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

 2 


- Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras – “Disclosure Iniciativa” - Esta emenda vem clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem:
 - uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas;
 - uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção;
 - informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e
 - outra informação na quarta secção.

- Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis – Métodos de depreciação aceitáveis - Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um ativo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de ativos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de ativos intangíveis só poderá ser refutada quanto o ativo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.





- Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 – Agricultura – Plantas de produção – Esta emenda vem excluir as plantas que produzem frutos ou outros componentes destinados a colheita e/ou remoção do âmbito de aplicação da IAS 41, passando as mesmas a estar abrangidas pela IAS 16.

- Emenda à IAS 19 – Benefícios dos empregados – Contribuições de empregados – Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.

- Emenda à IAS 27 – Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas – Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente.

- Emenda à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 - Divulgações sobre participações noutras entidades e IAS 28 – Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas – Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento. Adicionalmente, vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.




- Emenda à IFRS 11 – Acordos conjuntos – Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos – Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma atividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma atividade empresarial, deverá a transação ser registada como uma aquisição de ativos. Esta alteração tem aplicação prospetiva para novas aquisições de interesses.




 3


- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012) – Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 2 – Pagamentos com base em ações: definição de *vesting condition*; IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; IFRS 8 – Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de ativos por segmento com o valor de ativos nas demonstrações financeiras; IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos; e IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 – Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo.

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014) – Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de ativos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de ativos desconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de ativos e passivos financeiros; IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e IAS 34 – Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, decorrente da adoção das normas e interpretações acima referidas.

 4 


Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	1-Jan-17	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	1-Jan-17	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;

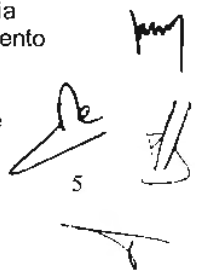
No âmbito da implementação da IFRS9, encontra-se em curso um projeto para a implementação da mesma que teve início no decorrer do exercício de 2016. À data da divulgação destas demonstrações financeiras ainda não se encontravam apurados os impactos decorrentes da referida implementação.

Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	
Emenda à IAS 7 – Revisão às divulgações	Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa.
Emenda à IAS 12 – Imposto	Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre

5



sobre o rendimento	perdas potenciais. Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal.
Emenda à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento	Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;
Emenda à IFRS 2 – Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações	Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (“cash-settled”) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“Cash-settled”) para liquidado com capital próprio (“equity-settled”). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“equity-settled”), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;
Emenda à IFRS 4 – Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)	Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018.
Emenda à IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018.
IFRS 16 – Locações	Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IAS

Handwritten signature and initials, possibly 'Re B' and a flourish.

17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019.

Melhoramentos das normas internacionais de relato

Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28.

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco, foram as seguintes:

a) Consolidação de empresas filiais e outras entidades estruturadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco, empresas filiais em que participa direta ou indiretamente e outras entidades estruturadas relativamente às quais o Banco retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua atividade.

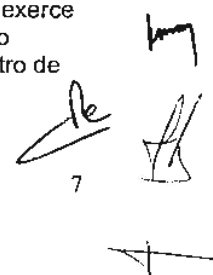
São consideradas filiais as entidades nas quais o Banco exerça um controlo efetivo sobre as atividades relevantes das entidades filiais e estruturadas estando sujeito ao retorno variável dessas entidades. Por norma, presume-se a existência de controlo sempre que o Banco detenha uma participação efetiva maioritária do capital social ou dos direitos de voto.

As demonstrações financeiras das filiais e das entidades estruturadas são incluídas na consolidação pelo método de integração global. De acordo com este método, são eliminados os saldos e transações ocorridos no exercício entre as empresas objeto de consolidação. Sempre que aplicável, as demonstrações financeiras das filiais e das entidades estruturadas são ajustadas de forma a refletir a aplicação das políticas contabilísticas adotadas pelo Banco.

O valor do resultado líquido consolidado resulta da agregação dos resultados individuais do Banco e das restantes entidades incluídas no perímetro de consolidação, na proporção da percentagem efetiva detida, adicionado dos efeitos dos ajustamentos que se verifiquem necessários, nomeadamente os que resultem de transações realizadas entre as referidas entidades.

Adicionalmente, o valor correspondente à participação detida por terceiros nos capitais próprios das entidades consolidadas incluídas no perímetro de consolidação, quando aplicável, é refletido na rubrica "Interesses que não controlam".

De acordo com a Norma IFRS 10, o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades estruturadas constituídas no âmbito de operações de titularização, ao estar exposto ou detendo direito sobre os resultados das entidades, e ao deter o poder de afetar os resultados das entidades, através do controlo que exerce sobre estas. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Banco efetua a consolidação integral da entidade Silk Finance No.4. Não existem outras entidades no perímetro de consolidação do Banco (ver nota 34).



b) Investimentos em associadas

São consideradas empresas associadas aquelas em que o Banco exerce, direta ou indiretamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira mas não detém o controlo da empresa. O Banco presume que existe influência significativa quando a participação no capital é superior a 20%.

As empresas associadas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Segundo este método, o valor do investimento inicialmente reconhecido pelo custo é ajustado pela alteração, posteriormente à aquisição, do valor dos ativos líquidos da empresa associada na proporção detida pelo Banco.

c) Concentração de atividades empresariais

O registo da aquisição de filiais é efetuado de acordo com o método da compra, segundo o qual o custo de aquisição deverá corresponder ao justo valor, na data da transação, dos ativos entregues e dos passivos assumidos ou incorridos, adicionado de custos diretamente suportados na transação, em conformidade com os requisitos previstos no IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”. A diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis, quando positiva (“goodwill”), é registada como um ativo intangível. O “goodwill” não é amortizado, sendo sujeito a análises periódicas de imparidade. As perdas de imparidade reconhecidas não podem ser revertidas.

Sempre que o justo valor da participação adquirida exceder o respetivo custo de aquisição, o diferencial apurado é reconhecido como um proveito do exercício.

Até 1 de janeiro de 2004, de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o “goodwill” gerado em operações de concentração de atividades empresariais era reconhecido integralmente por contrapartida de capitais próprios no momento da aquisição de filiais. Tal como permitido pelo IFRS 1, o Banco não aplicou retrospectivamente os requisitos do IFRS 3 em operações ocorridas até 1 de janeiro de 2004 e, consequentemente, o “goodwill” gerado nessas operações permaneceu registado em reservas.

A concentração de atividades que envolvam entidades sob controlo comum é registada pelo método da comunhão de interesses, sendo mantido o valor contabilístico dos ativos e passivos com referência à data de incorporação.

d) Instrumentos financeiros – Crédito e outros valores a receber

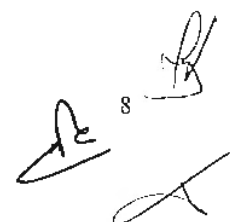
São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui o crédito concedido a clientes, aplicações em instituições de crédito e outros valores a receber registados na rubrica de “Outros Ativos”. No reconhecimento inicial, estes ativos são registados pelo seu justo valor, acrescido de outros custos e proveitos diretamente atribuíveis à originação da operação. Subsequentemente, estes ativos são registados pelo seu custo amortizado, deduzido de perdas de imparidade acumuladas.

i) Crédito Concedido

Locações

O crédito concedido a clientes através de operações de locação financeira é registado como uma conta a receber pelo valor líquido do investimento efetuado pelo Banco na data de aquisição do bem locado (custo de aquisição, deduzido de descontos obtidos ou antecipações de rendas efetuadas pelos clientes).

A amortização do crédito concedido é calculada usando o critério da amortização financeira. De acordo com este método, a amortização calcula-se tendo em consideração a taxa de juro implícita, resultante do capital desembolsado, plano de rendas acordado e valor residual dos contratos.



Operações de "factoring"

As faturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes para cobrança são registadas no ativo, na rubrica "Crédito a clientes – Factoring", a qual é movimentada por contrapartida da rubrica de "Outros passivos – credores por contratos de factoring" (Nota 18), pelo montante que será entregue ao Aderente após a respetiva data de vencimento da fatura. Os adiantamentos contratuais sobre o valor dos créditos tomados nas operações de factoring sem recurso são registados a débito da referida rubrica do passivo.

Operações de crédito ao consumo

O crédito concedido a clientes para financiamento de aquisições a crédito e em regime de conta corrente é registado pelo seu custo amortizado.

ii) Crédito e juros vencidos

Nesta rubrica são registados o capital, juros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros valores vencidos e não cobrados, deduzidos dos juros anulados. Estes montantes são registados por classes de atraso, contadas a partir da data de início do incumprimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registados na classe de risco em que se encontram os montantes por cobrar há mais tempo.

Nesta rubrica são ainda registados os créditos relativos a operações de locação financeira em que os contratos tenham sido rescindidos mas cujos bens não tenham ainda sido recuperados. Nestas situações, o valor registado em crédito e juros vencidos inclui o capital vincendo na data de rescisão.

O Banco procede ao abate de créditos quando as operações são consideradas incobráveis. As recuperações posteriores de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica "Outros resultados de exploração".

iii) Reconhecimento de proveitos e custos

Os juros de operações de crédito, bem como as comissões pagas e recebidas associadas à origem do crédito, são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, durante o período de vigência da operação.

As comissões associadas à tomada de faturas em operações de "factoring" sem recurso são integralmente reconhecidas quando recebidas. O impacto do diferimento destas comissões não seria significativo para as demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

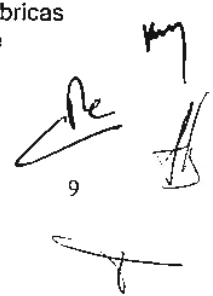
iv) Reportes

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros.

e) Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado - crédito concedido e outros valores a receber

O Banco efetua com uma periodicidade trimestral análises de imparidade das rubricas de "Crédito concedido e outros valores a receber". Para este efeito, a carteira de crédito encontra-se segmentada da seguinte forma:

- Tipo de negócio;



- . Operações de "factoring";
 - . Aluguer de longa duração (ALD);
 - . Crédito ao consumo;
 - . Operações de leasing mobiliário;
 - . Crédito a empresas (apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de stocks);
 - . Crédito pessoal;
 - . Cartões de crédito;
 - . Crédito Intersolução (financiamento automóvel sob a forma de conta corrente, com obrigatoriedade de um pagamento mínimo mensal por parte do devedor);
 - . Crédito automóvel migrado da sucursal do Banque PSA em Portugal; e
 - . Outros créditos migrados da sucursal do Banque PSA em Portugal (inclui Aluguer de longa duração (ALD) e operações de leasing mobiliário)
- . Nível de risco atribuído aos clientes em função de critérios definidos internamente.
- . Natureza do bem financiado (relativamente aos negócios de ALD, crédito ao consumo e leasing mobiliário):
 - . Aquisição de automóvel em estado novo;
 - . Aquisição de automóvel em estado usado; e
 - . Aquisição de outros bens e serviços.
 - . Tipo de processo de renegociação, para créditos que tenham sido reestruturados:
 - . Recondições (operações que resultaram da renegociação de contratos que apresentavam atraso inferior a 90 dias);
 - . Refinanciamentos (operações que resultaram da renegociação de contratos que apresentavam atraso entre 90 e 180 dias); e
 - . Acordos de pagamento (operações resultantes da renegociação de contratos que apresentavam atraso superior a 180 dias).

A metodologia de análise de imparidade adotada pelo Banco prevê, numa primeira fase, a identificação de créditos com indícios de imparidade. Esta identificação é efetuada individualmente para ativos financeiros relativamente aos quais se considere que o valor agregado da exposição é individualmente significativo, e coletivamente para grupos homogêneos de ativos de montante individual não significativo. Dadas as características da atual carteira de crédito do Banco, apenas são efetuadas análises individuais relativamente a Devedores por operações de factoring, crédito concedido a empresas para apoio de tesouraria, sendo a restante carteira analisada numa base coletiva.

O IAS 39 identifica alguns eventos que são considerados como indicadores de existência de imparidade em ativos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, o incumprimento das condições do contrato (evidenciado, por exemplo, nos atrasos do pagamento de rendas), a reestruturação de créditos ou dificuldades financeiras do devedor. Estes indicadores são considerados pelo Banco no âmbito desta análise, assim como outros que resultam do conhecimento dos clientes e do comportamento histórico da carteira no que se refere a incumprimento e níveis de recuperação.

No que respeita a ativos analisados individualmente em relação aos quais sejam identificados indícios de imparidade, o Banco estima o respetivo valor de recuperação. A imparidade corresponde ao diferencial entre o valor de balanço destes créditos e o valor estimado de realização, sempre que este seja inferior ao primeiro.

Adicionalmente, o Banco calcula perdas por imparidade em função da perda esperada em caso de incumprimento e das probabilidades de incumprimento associadas ao rating interno do cliente e, quando este não estiver disponível, ao rating interno do aderente, e regista este montante como perda por imparidade na parte em que exceda o total de perdas de imparidade que resulta da análise descrita no parágrafo anterior.

Para ativos analisados coletivamente, os fluxos de caixa futuros que se espera receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de ativos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro efetiva das operações. No âmbito do modelo desenvolvido pelo Banco, foram identificados critérios de classificação das operações para os segmentos definidos acima, assim

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature and several smaller initials.

como condições representativas de níveis de risco diferenciados a considerar para efeitos da determinação de imparidade, os quais se encontram descritos abaixo:

- Definição do período necessário para que o evento de perda, em operações que se encontrem em situação regular na data de análise, seja percecionado pelo Banco, o qual foi estimado em três meses.
- Classificação das operações em função do período de atraso identificado, nomeadamente operações sem indícios de imparidade (em situação normal), operações com indícios de imparidade (com prestações em atraso) e operações em incumprimento ("default"). As operações são consideradas em incumprimento sempre que o período de atraso seja superior a 90 dias.
- Determinação de probabilidades de incumprimento, as quais são função não só da posição atual da carteira, mas igualmente do seu comportamento passado.
- Determinação dos valores estimados de recuperação após entrada em default, os quais incluem os custos a incorrer no processo de recuperação.

Os créditos que sejam objeto de processo de renegociação são registados nas aplicações operacionais como novos créditos, pelo que o Banco introduziu um conjunto de pressupostos relacionados com a classificação destes créditos:

- "Reconduções" – são classificados no modelo como créditos em situação normal;
- "Refinanciamentos" – inicialmente são classificados no modelo como créditos "em default", havendo a possibilidade de transitarem para o segmento "regular" caso não apresentem prestações em atraso durante um período determinado em função do respetivo prazo residual do empréstimo:
 - 3 meses se o prazo residual for inferior a 24 meses;
 - 9 meses se o prazo residual for superior ou igual a 24 meses mas inferior a 60 meses; e
 - 12 meses se o prazo residual for igual ou superior a 60 meses.
- "Acordos de pagamento" – ficam sempre classificados no modelo como "em default", mesmo que não voltem a apresentar qualquer prestação em atraso.

Face à inexistência de informação histórica para os segmentos onde se encontram os créditos adquiridos à PSA na sequência da operação descrita na Nota 1, para efeitos de cálculo dos fatores de risco destes segmentos, o Banco teve de considerar um conjunto de pressupostos e simplificações adicionais para estimar as respetivas perdas por imparidade de acordo com o IAS 39, as quais tiveram por base essencialmente algumas análises comparativas das características de risco destes segmentos face aos segmentos comparáveis de créditos originados no Banco.

A variação nos valores de imparidade apurados (diferença entre o valor de balanço do ativo e o seu valor estimado de recuperação) é registada em custos do exercício na rubrica "Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações", líquida do valor das recuperações de capital e juros, anteriormente abatidos ao ativo, ocorridas no período.

f) Ativos e passivos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação incluem derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo). Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo) são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os ativos e passivos financeiros detidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos derivados que não são transacionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

g) Passivos financeiros

Esta categoria inclui essencialmente recursos de Bancos Centrais, de instituições de crédito e de clientes, assim como passivos subordinados emitidos pelo Banco, os quais são valorizados ao custo amortizado. Inclui ainda passivos incorridos pela prestação de serviços ou aquisição de bens, os quais são registados na rubrica "Outros passivos".

h) Contabilidade de cobertura – derivados de cobertura e instrumentos cobertos

O Banco designa como instrumentos de cobertura os derivados contratados para cobertura do risco de taxa de juro de conjuntos de operações, nomeadamente de carteiras de crédito – macro-cobertura do justo valor.

O Banco dispõe de documentação formal da relação de cobertura identificando, quando da transação inicial, a carteira de operações que está a ser coberta, a estratégia de cobertura e tipo de risco coberto, os derivados de cobertura e os métodos utilizados para demonstrar a eficácia da cobertura.

Mensalmente o Banco testa a eficácia retrospectiva e prospetiva das coberturas comparando a variação do justo valor dos elementos cobertos, atribuível ao risco coberto, com a variação do justo valor dos derivados de cobertura, devendo a relação entre ambos situar-se no intervalo entre 80% e 125%.

Os instrumentos derivados de cobertura são registados ao justo valor no ativo ou no passivo, em função de apresentarem valor líquido a receber ou a pagar, respetivamente, e os ganhos e perdas resultantes da sua reavaliação são registados em resultados. Os ganhos e perdas na variação do justo valor de ativos financeiros cobertos, correspondentes ao risco coberto, são também reconhecidos em resultados, por contrapartida do valor de balanço dos ativos cobertos.

Um ativo ou passivo coberto pode ter apenas uma parte ou uma componente do justo valor coberto (risco de taxa de juro, risco de câmbio ou risco de crédito), desde que a eficácia da cobertura possa ser avaliada, separadamente.

Caso a relação de cobertura deixe de existir, por a variação relativa no justo valor dos derivados e dos instrumentos cobertos se encontrar fora do intervalo entre 80% e 125%, os derivados são reclassificados para negociação e o valor da reavaliação dos instrumentos cobertos, em relação aos quais foi aplicado o método da taxa de juro efetiva, atribuível ao risco coberto é reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação.

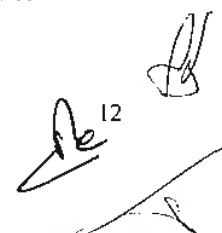
i) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros, utilizando-se as taxas de câmbio em vigor na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos ou custos na demonstração dos resultados do exercício.

j) Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis são registados pelo seu custo de aquisição, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos em custos do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature and the number 12.

A depreciação destes ativos é calculada pelo método das quotas constantes numa base sistemática ao longo das vidas úteis estimadas dos bens, as quais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 apresentam o seguinte detalhe:

	<u>Anos</u>
Imóveis	50
Equipamento e mobiliário	4 - 10
Equipamento informático	3 - 10
Outras imobilizações corpóreas	3 - 10

k) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis respeitam essencialmente a software, o qual é amortizado segundo o método das quotas constantes, durante um período de três anos.

l) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos recuperados na sequência da rescisão de contratos de crédito e locação financeira encontram-se registados na rubrica "Ativos não correntes detidos para venda", pelo menor entre o justo valor dos ativos recebidos em dação e o valor do crédito em dívida à data da rescisão.

Em 31 de dezembro 2016 e 2015 esta rubrica inclui essencialmente viaturas recebidas em dação de créditos vencidos. Estes ativos são objeto de avaliações periódicas, sendo o seu justo valor de mercado determinado por recurso às tabelas de referência do sector Automóvel (Eurotax) e sujeito a um ajustamento em função da informação histórica sobre o diferencial entre o valor da venda das viaturas e o respetivo valor líquido contabilístico à data da venda, para as vendas ocorridas no trimestre anterior. O Banco reconhece perdas por imparidade sempre que o justo valor de mercado destes ativos (deduzido de custos a incorrer na venda) seja inferior ao valor pelo qual se encontram contabilizados.

Os ativos recebidos em dação de crédito não são sujeitos a depreciação.

m) Comissões por serviços prestados

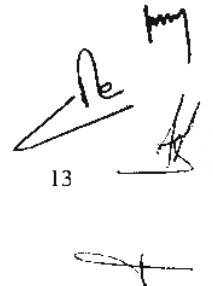
As comissões cobradas a clientes por serviços prestados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a. Comissões por prestação de serviços continuados - estas comissões são reconhecidas linearmente ao longo do período durante o qual o serviço é prestado; e
- b. Comissões pela realização de um ato significativo – tratam-se de comissões destinadas a compensar a realização de um ato significativo, sendo registadas no momento em que o serviço é prestado.

As comissões de seguros recebidas pelo Banco de companhias de seguros respeitam a comissões relativas a prémios de seguro cobrados a clientes no âmbito de contratos de financiamento. O Banco reconhece estas comissões na demonstração de resultados na data de vencimento dos prémios de seguro. Em caso de rescisão antecipada do crédito associado ou caso o cliente decida renunciar à apólice de seguro, a parte remanescente do prémio é devolvida ao cliente e o Banco reconhece na demonstração de resultados a anulação da comissão correspondente. De referir que o Banco regista anualmente uma estimativa dos custos a incorrer com estas situações.

Adicionalmente, o Banco recebe uma comissão de qualidade sobre a totalidade da carteira, caso a sinistralidade da carteira seja menor do que a sinistralidade esperada. A comissão de qualidade é calculada, produto a produto, em função da respetiva contribuição no resultado global. No caso de o resultado ser negativo, este valor acumula para exercícios posteriores.

n) Especialização de exercícios



O Banco adota o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

o) Impostos correntes e diferidos

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2016 e 2015 foi de 22,5%.

Adicionalmente, as empresas que apresentem lucros mais elevados são, igualmente, sujeitas a Derrama Estadual.

Desta forma, a tributação dos lucros das empresas é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre a matéria coletável (21% para o exercício de 2015);
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável (igual ao exercício de 2015); e,
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados (igual ao exercício de 2015):
 - Menor do que 1.500.000 euros - 0%;
 - Entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros - 3%;
 - Entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros - 5%;
 - Maior do que 35.000.000 euros - 7%.

O quantitativo da parte do lucro tributável que exceda (euro) 1 500 000:

a) Quando superior a (euro) 7 500 000 e até (euro) 35 000 000, é dividido em duas partes:

- uma, igual a (euro) 6 000 000, à qual se aplica a taxa de 3 %;
- outra, igual ao lucro tributável que exceda (euro) 7 500 000, à qual se aplica a taxa de 5%;

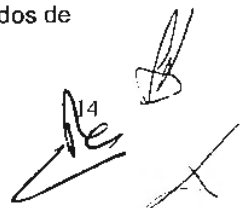
b) Quando superior a (euro) 35 000 000, é dividido em três partes:

- uma, igual a (euro) 6 000 000, à qual se aplica a taxa de 3%;
- outra, igual a (euro) 27 500 000, à qual se aplica a taxa de 5%, e outra igual ao lucro tributável que exceda (euro) 35 000 000, à qual se aplica a taxa de 7%.

A taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi de 25,5%.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro, e subseqüentes prorrogações previstas nos Orçamentos do Estado dos anos seguintes, o Banco esteve, nos exercícios de 2015 e 2016, abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. A contribuição sobre o sector bancário incide sobre:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos, deduzido dos fundos próprios de base (tier 1) e complementares (tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos e pelo Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútua. Ao passivo apurado são deduzidos:
- Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas; e
 - Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compensa mutuamente.



A publicação da Portaria n.º 64/2014, veio alterar as taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores para 0,085% e 0,00030%, respetivamente.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes, os impostos diferidos e a contribuição sobre o sector bancário.

O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo registados de acordo com a Norma IAS 12 – “Impostos sobre o rendimento” e calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis.

O Banco apenas reconhece impostos diferidos ativos quando se estima que estes sejam recuperáveis e na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam assegurar a sua reversão.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte (quatro anos para os exercícios de 2010 e 2011, cinco anos para os exercícios de 2012 e 2013 e doze anos para os exercícios de 2014 e 2015). Deste modo, as declarações fiscais do Banco dos exercícios de 2012 a 2016 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A dedução dos prejuízos fiscais não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável.

Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas pelas autoridades fiscais, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração do Banco não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima indicados, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

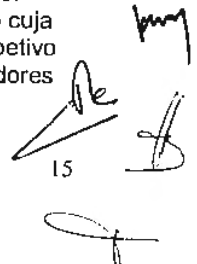
p) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados que tornem provável o futuro dispêndio de recursos, podendo este ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respetiva divulgação, em conformidade com os requisitos do IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências decorrentes da atividade do Banco, não sendo, regra geral, aceites como custo fiscal.

Adicionalmente, o Banco constituiu provisões para cancelamento de seguros com base em 25% do volume de prémios (*outstanding*) e provisões para riscos operacionais. Estas últimas provisões estão associadas a processos intentados contra o banco cuja taxa de provisionamento varia entre 0% e 100% conforme a classificação do respetivo risco, nomeadamente, “baixo”, “médio” e “elevado” e, a furto e fraude de fornecedores de negócio considerados de risco para o Banco.



15

Os impactos de reforços e reversões são registrados na demonstração de resultados em "provisões líquidas de reversões e recuperações".

q) Justo valor

Os Ativos e Passivos ao justo valor do Banco são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia, de acordo com a IFRS 13 – Justo Valor:

Valores de cotação de mercado (nível 1)

Nesta categoria são incluídos os instrumentos financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais e aqueles em que existem entidades que divulgam habitualmente preços de transações para estes instrumentos negociados em mercados líquidos. A prioridade nos preços utilizados é dada aos observados nos mercados oficiais, nos casos em que exista mais do que um mercado oficial a opção recai sobre o mercado principal onde estes instrumentos financeiros são transacionados.

O Banco não apresenta qualquer instrumento financeiro valorizado através de nível 1 à data de referência do presente relatório.

Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (nível 2)

Nesta categoria são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a métodos geralmente aceites, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados. O Banco utiliza como inputs nos seus modelos, variáveis observáveis em mercados ativos, tais como as curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

À data de referência do presente relatório encontram-se ativas duas operações de derivados financeiros (swaps de taxa de juro), emitidas em mercados de balcão (Over-The-Counter).

Os instrumentos financeiros derivados foram contratados com contrapartes com as quais o Banco mantém acordos de colateralização. Desta forma, não são sujeitos a ajustamentos para o risco de crédito, na medida em que o mesmo se encontra mitigado. As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros (Bloomberg, Reuters), e ajustadas em função da liquidez e do risco de crédito.

As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)

Neste nível incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado. As bases e pressupostos de cálculo do justo valor estão em conformidade com os princípios da IFRS 13.

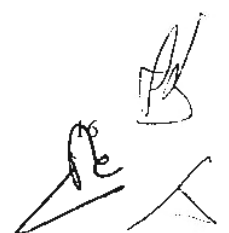
O Banco não apresenta qualquer instrumento financeiro valorizado através de nível 3 à data de referência do presente relatório.

r) Resultados por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Banco.

O resultado diluído por ação incorpora no seu cálculo o efeito dilutivo potencial sobre o resultado por ação de eventuais instrumentos financeiros existentes, mediante ajustamento ao número médio de ações e/ou ao resultado líquido.

s) Distribuição dividendos



A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade, no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelo acionista.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas resultam da análise efetuada à melhor informação disponível na data do seu registo. Consequentemente, os valores futuros efetivamente realizados poderão diferir do valor das estimativas registadas, nomeadamente nas seguintes áreas:

Impostos sobre lucros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os impostos sobre lucros foram determinados com base na legislação fiscal em vigor para as empresas incluídas no perímetro de consolidação do Banco, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos de gestão do Banco e das restantes empresas do perímetro de consolidação, poderão encontrar-se sujeitos a alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades fiscais.

Imparidade do crédito e outros valores a receber

A determinação de perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber é efetuada de acordo com os critérios descritos na Nota 2.3.e). As estimativas efetuadas pelo Banco no que respeita ao risco de realização das carteiras de crédito e outros valores a receber resultam da aplicação de pressupostos determinados com base em análises históricas, nomeadamente no que respeita à segmentação da carteira, a probabilidades de incumprimento, taxas, períodos e custos de recuperação, assim como da avaliação da informação disponível relativamente ao devedor.

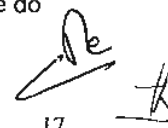

Caso o Banco utilizasse critérios e pressupostos distintos na determinação das perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber, os valores apurados seriam diferentes dos atualmente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, o Banco considera que a atual metodologia utilizada é aquela que reflete de forma mais adequada o risco de incumprimento associado a estes ativos.

Face à inexistência de informação histórica para os segmentos onde se encontram os créditos adquiridos à PSA na sequência da operação descrita na Nota 1, para efeitos de cálculo dos fatores de risco destes segmentos, o Banco teve de considerar um conjunto de pressupostos e simplificações adicionais para estimar as respetivas perdas por imparidade de acordo com o IAS 39, as quais tiveram por base essencialmente algumas análises comparativas das características de risco destes segmentos face aos segmentos comparáveis de créditos originados no Banco.

Tendo em consideração que se tratam de créditos que foram adquiridos em agosto de 2015, não foi ainda possível beneficiar da experiência acumulada de aplicação dos fatores de risco ao longo de um período alargado de tempo e dos resultados da execução de exercícios de *backtesting*, bem como do contributo desses resultados para a análise e eventual adaptação dos principais pressupostos e simplificações considerados na determinação dos fatores de risco aplicados a estes segmentos, face às características e realidade comportamental dos créditos que os compõem.

Aquisição da atividade da sucursal do Banque PSA em Portugal (Nota 1)

No âmbito da aquisição dos ativos da sucursal do Banque PSA em Portugal, o Banco considerou que não existem diferenças materiais entre o valor da transação e o justo valor dos ativos e passivos adquiridos, o qual no entender do Conselho de Administração do Banco não difere do respetivo valor contabilístico.


17


4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as empresas incluídas no perímetro de consolidação e a associada Santander Consumer Services apresentam os seguintes dados financeiros retirados das suas contas estatutárias nas referidas datas:

Entidade	Sede	Sector de Actividade	2016			2015		
			Participação Efetiva	Situação Líquida	Resultado Líquido	Participação Efetiva	Situação Líquida	Resultado Líquido
Fundo Silk Finance no.3	Portugal	Fundo de titularização de créditos	0%	-	-	n.a.	n.a.	n.a.
Silk Finance no.3 Limited	Manda	SPE	0%	-	-	0%	566	20.125.370
TAGUS, S.A. STC - Silk 4	Portugal	Sociedade de titularização de créditos	0%	-	-	0%	n.a.	(8.729.474)
Santander Consumer Services, S.A.	Portugal	Comércio e aluguer de veículos	20%	4.266.939	3.578.820	20%	10.514.348	495.912

Nos exercícios de 2016 e 2015, as principais operações ocorridas com empresas incluídas no perímetro de consolidação foram as seguintes:

Fundo Silk Finance No.3 e Silk Finance No.3 Limited

A operação Silk No.3 iniciada em 4 de agosto de 2009 foi sujeita a uma amortização antecipada a 15 de julho de 2015.

Neste âmbito, o Fundo Silk 3 foi liquidado com referência à data acima referida, nos termos do Regime Jurídico da Titularização de Créditos (Decreto-Lei nº 453/99, de 5 de novembro) e do artigo 17º do Regulamento de Gestão do Fundo. O reembolso antecipado foi aprovado em Assembleia Geral de obrigacionistas realizada no dia 14 de julho de 2015 e o Banco, único detentor das unidades de participação, confirmou o seu interesse em que o Fundo fosse antecipadamente liquidado e partilhado em carta enviada à Sociedade Gestora datada de 15 de julho de 2015.

Após a data de liquidação antecipada da operação Silk 3 deu-se início aos procedimentos de liquidação e encerramento da empresa Silk Finance No.3 Ltd, sediada na Irlanda, uma vez que deixou de ter atividade. Esta empresa foi formalmente dissolvida a 29 de Dezembro de 2016 (data efetiva de dissolução).

Operação de titularização SILK 4

Em 16 de novembro de 2015, o Banco realizou uma nova operação de titularização de créditos denominada Silk Finance No.4, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária. Estas operações foram alienadas à sociedade de titularização de créditos TAGUS S.T.C., S.A. (Nota 34).

Tal como referido na Nota 2.3 a) o Banco inclui no perímetro de consolidação, veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre os mesmos um controlo financeiro e operacional efetivo e detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

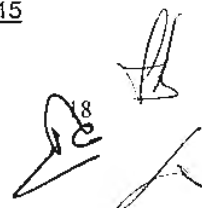
Assim, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a operação de titularização denominada de Silk Finance No.4 foi incluída no perímetro de consolidação, dado que o Banco detém a totalidade dos riscos e benefícios associados à atividade destas entidades (Nota 34). Nesse sentido, os créditos relativos à operação de titularização Silk No.4 permanecem registados no balanço consolidado, e as obrigações emitidas pelo veículo de titularização, cujos riscos e benefícios associados são detidos integralmente pelo Banco através da subscrição direta ou de operações de venda com acordo de recompra, foram anuladas no processo de consolidação.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

2016

2015



Caixa	22.647	21.504
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	10.000.553	15.050.416
	-----	-----
	10.023.200	15.071.920
	=====	=====

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências legais de constituição de reservas mínimas de acordo com os requisitos do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Em 31 de dezembro de 2015, estes depósitos correspondem a mais de 60% do total de saídas líquidas a serem realizadas nos próximos 30 dias – rácio "Liquidity Coverage Ratio" ("LCR"). Em 31 de dezembro de 2016, estes depósitos correspondem a mais de 70% do total de saídas líquidas a serem realizadas nos próximos 30 dias – rácio "Liquidity Coverage Ratio" ("LCR").

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos à ordem		
No país	15.602.735	23.819.466
Valores a cobrar	34.509	12.741
	-----	-----
	15.637.244	23.832.207
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Valores a cobrar" respeita essencialmente a cheques sobre clientes de outras instituições de crédito enviados para compensação, os quais foram regularizados nos primeiros dias do exercício seguinte.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

As rubricas de ativos financeiros detidos para negociação e de derivados de cobertura têm a seguinte composição:

	2016			2015		
	Valor nacional	Valor de balanço		Valor nacional	Valor de balanço	
		Ativos	Passivos		Ativos	Passivos
Contratos sobre taxa de juro						
Swaps de negociação	-	-	-	-	-	-
Swaps de cobertura	11.500.000	-	33.010	44.000.000	-	249.138
	11.500.000	-	33.010	44.000.000	-	249.138

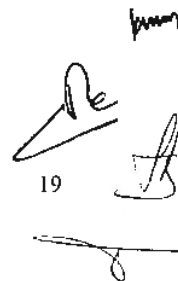
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Banco tem registado no seu passivo o justo valor dos swaps contratados no âmbito da cobertura de risco de taxa de juro de posições de natureza estrutural (crédito a clientes a taxa fixa).

A negociação de derivados baseia-se num contrato bilateral *standard*, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre o Banco e a contraparte.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a contraparte apresentava um *rating A* (apurado através dos ratings da dívida senior de médio e longo prazo atribuídos pelas agências Moody's, Standard & Poor's e Fitch vigentes nas datas de referência. A escolha do *rating* a considerar para a contraparte segue a regra aconselhada pelo Comité de Basileia (quando há *ratings* divergentes escolher o segundo melhor).

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é

19



regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou feitos sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nominal). O valor nominal é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O valor de mercado (*fair value*) corresponde ao valor que os derivados teriam se fossem transacionados no mercado na data de referência. A evolução do valor de mercado dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

Na Nota 32 são apresentadas em detalhe as metodologias de determinação do justo valor de instrumentos financeiros derivados.

A perda potencial de um conjunto de operações derivadas num dado momento é dada pelo seu valor de exposição nesse momento. Nas operações derivadas a médio e longo prazos, os contratos que enquadram as operações preveem em geral a compensação entre saldos devedores e credores com a mesma contraparte, o que elimina ou reduz o risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a repartição do valor nominal por maturidades residuais é a seguinte:

	2016					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	
Contratos sobre taxa de juro	-	-	-	-	-	-
Swaps de negociação	-	-	-	-	-	-
Swaps de cobertura	5.500.000	4.500.000	1.500.000	-	-	11.500.000
	<u>5.500.000</u>	<u>4.500.000</u>	<u>1.500.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.500.000</u>
	2015					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	
Contratos sobre taxa de juro	-	-	-	-	-	-
Swaps de negociação	-	-	-	-	-	-
Swaps de cobertura	9.500.000	9.000.000	14.000.000	11.500.000	-	44.000.000
	<u>9.500.000</u>	<u>9.000.000</u>	<u>14.000.000</u>	<u>11.500.000</u>	<u>-</u>	<u>44.000.000</u>

8. CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Crédito Vencendo		
. Vendas a crédito (inclui créditos com garantia hipotecária)	843.453.309	773.201.362
. Factoring	262.712.313	207.391.980
. Aluguer de longa duração	96.703.328	133.375.471
. Locação financeira mobiliária	56.740.050	63.394.846
. Créditos em conta corrente	30.487.279	13.179.202
. Cartões de crédito	8.587.766	9.901.489
. Outros	36	36
	<u>1.298.684.081</u>	<u>1.200.444.386</u>
Crédito e juros vencidos	77.775.708	83.830.909
Juros a receber	2.796.344	2.500.977
Encargos diferidos com comissões associadas ao custo amortizado, líquidos de receitas diferidas	50.712.927	36.072.218
Correções de valor de elementos cobertos	27.902	247.130
	<u>1.429.996.962</u>	<u>1.323.095.620</u>

Imparidade para Crédito (Nota 16)	(94.850.663)	(107.607.111)
	<u>1.335.146.299</u>	<u>1.215.488.509</u>
	=====	=====

O movimento na Imparidade para Crédito nos exercícios de 2016 e 2015 é apresentado na Nota 16. Em 2016 o Banco desreconheceu do seu crédito a clientes o montante de Eur 10.930.907, o qual se encontrava em perdas por imparidade na sua totalidade.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o crédito concedido a clientes por sector de atividade, excluindo crédito e juros vencidos, apresentava a seguinte composição:

	31-dez-16	31-dez-15
Particulares	888.765.730	830.046.588
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	324.743.273	244.196.252
Indústrias transformadoras	14.092.713	12.087.738
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	10.855.326	44.495.398
Construção	10.495.280	7.690.317
Transportes e armazenagem	7.246.630	6.342.076
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	6.176.590	5.209.386
Actividades de saúde humana e apoio social	5.281.939	5.042.173
Alojamento, restauração e similares	4.049.572	3.013.553
Outras Actividades de Serviço	3.227.940	3.377.892
Actividades imobiliárias	2.087.213	1.719.736
Educação	1.816.515	1.434.121
Actividades de informação e de comunicação	1.751.821	1.795.401
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	919.079	629.434
Actividades financeiras e de seguros	863.739	767.460
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	186.064	213.773
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	86.800	136.701
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	41.912	50.897
Indústrias extractivas	29.622	38.068
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	20.777	39.799
Outras	15.945.545	32.117.623
	<u>1.298.684.081</u>	<u>1.200.444.386</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o crédito a clientes apresentava a seguinte decomposição, por garantia:

	31-dez-16			31-dez-15		
	Crédito com Garantias Reais	Crédito sem Garantia	Total	Crédito com Garantias Reais	Crédito sem Garantia	Total
Crédito	161.956.868	1.214.502.922	1.376.459.789	135.391.874	1.148.883.415	1.284.275.289
Vincendo	161.944.428	1.136.739.653	1.298.684.081	130.166.987	1.070.277.398	1.200.444.385
Vencido	12.440	77.763.268	77.775.708	5.224.887	78.606.017	83.830.904
Imparidade	288.201	94.562.462	94.850.663	4.631.080	102.976.031	107.607.111
Cobertura Real do crédito vencido	2317%	122%	122%	89%	131%	128%

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o crédito vincendo apresentava a seguinte estrutura por tipo de crédito e maturidade:

21

31-dez-16								
	Vendas a crédito	Locação financeira mobiliária	Factoring	Aluguer de longa duração	Créditos em conta corrente	Cartões de crédito	Outros créditos	Total
Até 1 ano	180.768.350	18.490.354	262.712.313	30.436.055	30.487.279	8.587.766	36	531.482.193
De 1 a 5 anos	485.373.668	35.504.805	-	58.190.598	-	-	-	579.069.272
A mais de 5 anos	177.311.091	2.744.890	-	8.076.635	-	-	-	188.132.616
	843.453.309	56.740.050	262.712.313	96.703.328	30.487.279	8.587.766	36	1.298.864.081,26

31-dez-15								
	Vendas a crédito	Locação financeira mobiliária	Factoring	Aluguer de longa duração	Créditos em conta corrente	Cartões de crédito	Outros créditos	Total
Até 1 ano	24.974.627	4.936.290	207.391.980	41.667.439	13.179.202	9.901.489	36	302.051.053
De 1 a 5 anos	389.663.233	46.403.664	-	68.633.344	-	-	-	474.700.241
A mais de 5 anos	388.563.502	12.054.892	-	23.074.688	-	-	-	423.693.082
	773.201.362	63.394.846	207.391.980	133.375.471	13.179.202	9.901.489	36	1.200.444.386

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o crédito e juros vencidos apresentavam a seguinte estrutura, por antiguidade de saldos e por tipo de crédito:

2016							
	Vendas a crédito	Locação financeira mobiliária	Factoring	Aluguer de longa duração	Cartões de crédito	Outros créditos	Total
Até 3 meses	1.164.914	106.468	98.297	153.006	82.236	7.278	1.612.198
De 3 a 6 meses	1.669.298	129.735	90.979	98.563	96.462	4.319	2.089.356
De 6 a 12 meses	3.125.760	218.691	218.856	153.496	201.259	7.969	3.926.031
De 1 a 3 anos	17.226.078	940.949	1.052.854	932.995	524.227	498.824	21.175.927
Superior a 3 anos	27.317.405	2.572.160	5.794.422	3.545.630	7.728.834	2.013.745	48.972.196
	50.503.455	3.968.002	7.255.408	4.883.690	8.633.018	2.532.134	77.775.708

2015							
	Vendas a crédito	Locação financeira	Factoring	Aluguer de longa duração	Cartões de crédito	Outros créditos	Total
Até 3 meses	2.719.043	239.958	190.551	227.880	12.640	67.546	3.457.618
De 3 a 6 meses	1.319.926	229.504	132.081	155.371	34.828	233.640	2.105.350
De 6 a 12 meses	8.068.194	190.310	228.058	197.586	100.313	989.700	9.774.141
De 1 a 3 anos	17.501.492	1.592.000	1.422.103	1.277.751	405.121	1.539.192	23.737.659
Superior a 3 anos	27.482.050	4.143.041	4.506.301	2.431.592	6.093.576	99.581	44.756.141
	57.090.705	6.394.813	6.479.094	4.290.100	6.646.478	2.929.659	83.830.909

Aquisição da atividade da sucursal do Banque PSA em Portugal (Nota 1)

Em 1 de agosto de 2015, o Banco adquiriu, no âmbito do acordo de parceria pan-europeu estabelecido entre o Grupo Banco Santander e o Grupo PSA Peugeot-Citroen em 10 de julho de 2014, os ativos da sucursal do Banco BPF, S.A. em Portugal. À data desta aquisição, o valor de Crédito a Clientes representava 291.573.672 euros e o valor de imparidade para crédito representava 36.185.333 euros (Nota 16).

9. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os montantes registados nesta rubrica correspondem essencialmente a veículos recebidos em dação em pagamento de crédito. O movimento no valor bruto destes ativos nestes exercícios apresenta o seguinte detalhe:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	717.468
Recuperações	2.292.276
Alienações	(2.357.631)

Saldo bruto em 31 de dezembro de 2015	652.113
Imparidade	(249.731)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	402.382
Recuperações	2.997.279
Alienações	(2.840.897)

Saldo bruto em 31 de dezembro de 2016	808.494
Imparidade	(303.156)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	505.338
	=====

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Banco tinha registado imparidade para estes ativos no montante de 303.156 euros e 249.731 euros, respetivamente (Nota 16).

10. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os investimentos em empresas associadas, reavaliadas pelo método da equivalência patrimonial correspondem a:

Entidade	Participação efetiva		Valor de Balanço	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Santander Consumer Services, S.A. (anteriormente designada por "PSA Gestão")	20%	20%	853.388	2.187.884

Durante o exercício de 2016 o Banco recebeu dividendos da empresa associada no montante de 1.788.760 euros.

A Santander Consumer Services, S.A. tem como atividades principais a aquisição de viaturas novas das marcas Peugeot e Citroen e o Aluguer Operacional de Viaturas ("Renting"). A aquisição da Santander Consumer Services, S.A. ocorreu no âmbito da operação descrita na Nota 1 relacionado com o acordo estabelecido entre o Grupo Banco Santander e o Grupo PSA Peugeot - Citroen. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os principais dados retirados das demonstrações financeiras da Santander Consumer Services, S.A. eram os seguintes:

	2016	2015
Total do Ativo Líquido:	200.003.993	157.841.832
Total do Passivo:	195.737.055	147.327.483
Total do Capital Próprio:	4.266.939	10.514.348
Resultado do Exercício:	3.578.820	495.912

A 31 de dezembro de 2016 a empresa era detida a 80% pelo Santander Consumer Finance, S.A. (Espanha) e a 20% pelo Banco.

11. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nas rubricas "Outros ativos tangíveis" e "Ativos intangíveis" durante os exercícios de 2016 e 2015 foram os seguintes:

	2016										
	Saldo inicial			Amortizações do			Abates e alienações		Saldo final		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aquisições	exercício	Transferências	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor bruto	Amortizações acumuladas	
OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS:											
IMÓVEIS											
Imóveis de serviço próprio	8.683.360	(2.158.253)	6.525.106	-	(137.414)	-	-	-	8.583.360	(2.295.667)	6.287.692
Obras em imóveis arrendados	725.607	(666.325)	59.282	-	(19.501)	-	-	-	725.607	(685.826)	39.781
EQUIPAMENTO											
Mobiliário e material	112.096	(101.029)	11.067	-	(1.850)	-	-	-	112.096	(102.879)	9.214
Máquinas e ferramentas	74.025	(50.674)	23.351	470	(4.332)	-	-	-	74.025	(55.066)	19.495
Equipamento informático	1.549.492	(1.402.860)	146.633	-	(145.772)	197.905	-	-	1.747.398	(1.548.632)	198.766
Instalações interiores	921.115	(850.773)	70.343	-	(21.329)	28.398	-	-	949.513	(872.102)	77.411
Equipamento de segurança	102.901	(56.466)	46.435	-	(8.537)	-	(3.973)	1.656	98.027	(63.347)	34.680
Outros equipamentos	200	(200)	-	-	-	-	-	-	200	(200)	-
Imobilizações em curso	176.421	-	176.421	207.620	-	(230.552)	-	-	153.489	-	153.489
	12.344.316	(5.286.580)	7.057.736	208.106	(318.734)	(4.249)	(3.973)	1.656	12.544.207	(5.623.659)	6.920.637
ATIVOS INTANGÍVEIS:											
Software	9.489.296	(8.649.759)	839.537	-	(698.518)	1.337.261	-	-	10.128.039	(9.348.277)	779.761
Imobilizações em curso	723.743	-	723.743	2.537.870	-	(979.616)	-	-	2.281.997	-	2.281.997
	10.213.039	(8.649.759)	1.563.280	2.537.870	(698.518)	357.645	-	-	12.410.036	(9.348.277)	3.061.758
	22.557.355	(13.936.339)	8.621.015	2.745.976	(989.174)	(394.201)	(3.973)	1.656	24.954.332	(14.971.936)	9.982.396

	2015										
	Saldo inicial			Amortizações do			Abates e alienações		Saldo final		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aquisições	exercício	Transferências	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor bruto	Amortizações acumuladas	
Outros ativos tangíveis											
Imóveis											
Imóveis de serviço próprio	5.563.355	(2.220.515)	3.342.840	-	(137.414)	-	-	-	5.563.355	(2.158.253)	3.405.106
Obras em imóveis arrendados	725.607	(666.325)	59.282	-	(19.501)	-	-	-	725.607	(685.826)	39.781
Equipamento											
Mobiliário e material	112.096	(99.545)	12.550	-	(1.573)	597	-	-	111.409	(101.027)	10.382
Máquinas e ferramentas	74.025	(47.255)	26.770	22.922	(3.562)	-	-	-	73.521	(50.876)	22.645
Equipamento informático	1.527.956	(1.470.287)	57.669	-	(130.573)	11.417	-	-	1.749.422	(1.470.965)	288.457
Instalações interiores	554.251	(531.519)	22.732	3.922	(18.793)	32.649	-	-	620.651	(600.772)	19.879
Equipamento de segurança	102.901	(47.077)	55.824	-	(9.190)	-	-	-	102.901	(56.467)	46.434
Outros equipamentos	200	(200)	-	-	-	-	-	-	200	(200)	-
Imobilizações em curso	48.512	-	48.512	182.972	-	(88.022)	-	(273)	177.667	-	177.667
	12.517.734	(4.956.155)	7.561.579	207.696	(318.443)	(86.976)	(273)	(273)	12.344.316	(5.286.580)	7.057.736
Ativos intangíveis											
Software	9.489.296	(8.649.759)	839.537	-	(730.017)	787.515	(692.518)	49.581	9.489.296	(8.649.759)	839.537
Imobilizações em curso	490.250	-	490.250	1.052.250	-	(787.616)	-	-	792.884	-	792.884
	9.979.546	(8.649.759)	1.329.787	1.052.250	(730.017)	109.899	(692.518)	49.581	10.282.180	(8.649.759)	1.632.621
	22.517.280	(13.605.914)	8.891.366	2.102.946	(1.048.460)	(77.077)	(721.251)	721.251	24.626.496	(13.605.914)	11.090.357

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo das imobilizações em curso de ativos intangíveis referem-se a projetos em curso de software informático, nomeadamente de desenvolvimento de novo software. Em 2016 em 2015, no âmbito das políticas do Grupo Santander, os desenvolvimentos efetuados a software já existente são reconhecidos como custo do exercício.

12. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS


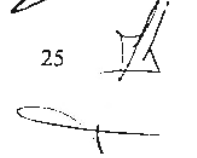
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos de ativos e passivos por impostos correntes e diferidos apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
Ativos por impostos correntes		
· Imposto do exercício a recuperar	8.213.506	-
Passivos por impostos correntes		
· Imposto do exercício a pagar	-	(14.209.673)
	8.213.506	(14.209.673)
Ativos por impostos diferidos	7.324.125	10.669.023
Passivos por impostos diferidos	(26.528)	(81.567)
	7.297.597	10.587.456

Em 31 de dezembro de 2016 o Banco não apresenta passivos por impostos correntes porque os pagamentos fracionados de imposto excederam o montante de imposto corrente estimado.

Nos exercícios de 2016 e 2015, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser resumidos como se segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Impostos correntes		
· Do exercício	9.110.199	19.622.339
· Acerto de estimativa do exercício anterior		
Impostos correntes	5.838	200.816
· Contribuição para o sector bancário	676.087	407.144
	-----	-----
	9.792.124	20.230.299
Impostos diferidos – dotações, líquidas de reversões		
· Do exercício	3.289.860	(9.960.781)
· Correções a exercícios anteriores	-	-
	-----	-----
	3.289.860	(9.960.781)
Total de impostos registados em resultados	13.081.984	10.269.518
	=====	=====
Resultados antes de impostos	37.532.928	28.694.847
Carga fiscal	34,85%	35,79%


 25


A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto para os exercícios de 2016 e 2015, pode ser detalhada como se segue:

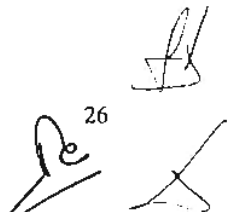
	2016		2015	
	Taxa de imposto	Imposto	Taxa de imposto	Imposto
Resultado antes de impostos		37.532.928		28.694.947
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	22,50%	8.444.909	22,50%	6.456.341
Diferenças permanentes				
Contribuição do sector bancário	1,80%	676.087	1,42%	407.144
Contratos de associação não relevantes para efeitos fiscais	1,10%	412.051	0,78%	223.620
Isenção de Derrama Estadual até 1,5 milhões de euros de lucro tributável	-0,12%	(45.000)	-0,16%	(45.000)
Acréscimo da Derrama Estadual	3,90%	1.463.674	14,07%	4.037.235
Tributação autónoma	0,49%	182.490	0,39%	111.773
Outras diferenças permanentes	5,17%	1.939.410	0,33%	95.878
Efeito de alteração da taxa utilizada para cálculo de imposto diferido	0,00%	-	0,00%	-
Efeito da anulação do Imposto Diferido Passivo	0,01%	2.525	-4,25%	(1.218.290)
Imposto sobre o lucro do exercício	<u>34,84%</u>	<u>13.076.146</u>	<u>35,09%</u>	<u>10.066.702</u>
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto de exercícios anteriores				
Imposto corrente	0,02%	5.838	0,70%	200.816
Imposto diferido	0,00%	-	0,00%	-
Correções de impostos relativas a exercícios anteriores, liquidas de impostos diferidos	<u>0,02%</u>	<u>5.838</u>	<u>0,70%</u>	<u>200.816</u>
Impostos sobre os lucros em resultados	<u>34,85%</u>	<u>13.081.984</u>	<u>35,79%</u>	<u>10.269.518</u>

Conforme referido na Nota 2.3 o), o Banco, enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que está obrigada a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, efetua o apuramento do lucro tributável de acordo com as referidas normas.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. A base de incidência e taxas aplicáveis relativamente à contribuição sobre o sector bancário encontram-se descritas na Nota 2.3 o).

O movimento nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi o seguinte:

26



	2016				Saldos em 31-12-2016
	Saldos em 31-12-2015	Reforços	Realizações / anulações	Alteração de taxas	
Ativos por impostos diferidos					
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal:					
Imparidade	7.824.821	339.737	(2.345.758)		5.818.800
Provisões	2.844.202		(1.338.877)		1.505.325
	<u>10.669.023</u>	<u>339.737</u>	<u>(3.684.635)</u>	<u>-</u>	<u>7.324.125</u>
Passivos por impostos diferidos					
Resultado não Distribuído do SILK Finance no 3 Limited	(81.567)	-	55.039		(26.528)
Total de Passivos por Impostos Diferidos	<u>(81.567)</u>	<u>-</u>	<u>55.039</u>	<u>-</u>	<u>(26.528)</u>
Saldo Líquido	<u>10.587.456</u>	<u>339.737</u>	<u>(3.629.596)</u>	<u>-</u>	<u>7.297.597</u>
2015					
	Saldos em 31-12-2014	Reforços	Realizações / anulações	Alteração de taxas	Saldos em 31-12-2015
Ativos por impostos diferidos					
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal:					
Imparidade	5.534.174	5.537.536	(3.193.053)	(53.836)	7.824.821
Provisões	1.996.146	1.370.558	(519.724)	(2.778)	2.844.202
	<u>7.530.320</u>	<u>6.908.094</u>	<u>(3.712.777)</u>	<u>(56.614)</u>	<u>10.669.023</u>
Passivos por impostos diferidos					
Resultado não Distribuído do SILK Finance no 3 Limited	(6.903.644)	(81.567)	6.903.644		(81.567)
Total de Passivos por Impostos Diferidos	<u>(6.903.644)</u>	<u>(81.567)</u>	<u>6.903.644</u>	<u>-</u>	<u>(81.567)</u>
Saldo Líquido	<u>626.676</u>	<u>6.826.527</u>	<u>3.190.867</u>	<u>(56.614)</u>	<u>10.587.456</u>

13. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2016	2015
Outros ativos		
. Imposto a recuperar	6.014.774	5.976.716
. Devedores diversos	2.724.117	2.466.791
	<u>8.738.891</u>	<u>8.443.507</u>
Rendimentos a receber		
. Comissões e outros valores a receber	4.939.326	2.934.079
Despesas com encargos diferidos	1.471.998	1.278.836
Valores diversos a regularizar	5.427.783	3.287.584
	<u>20.577.999</u>	<u>15.944.006</u>
Imparidade (Nota 16)		
Impostos a recuperar	(5.957.722)	(5.914.356)
Outros saldos a receber	(1.678.031)	(4.961.765)
	<u>(7.635.753)</u>	<u>(10.876.122)</u>
	<u>12.942.246</u>	<u>5.067.884</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Imposto a recuperar" corresponde a reembolsos pedidos e reclamações efetuadas em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado. Nestas datas, o valor de imparidade constituída para os referidos ativos

ascende a 5.957.722 euros em 2016 e 5.914.356 euros em 2015 e reflete a expectativa do Banco quanto ao correspondente valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Outros ativos – devedores diversos", inclui 88.018 euros e 53.732 euros, respetivamente, relativos a valores a receber dos clientes após a alienação de viaturas, os quais não tinham ainda sido reclassificados para rubricas de Crédito vencido.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Valores diversos a regularizar", inclui 1.155.091 euros e 1.161.679 euros, respetivamente, relativos a rendas de cartões de crédito que se encontram para cobrança.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Despesas com encargo diferido", inclui 730.547 euros e 539.438 euros, relativos a encargos relacionados com seguros e 442.877 euros e 594.410 euros, referentes a comissões relacionadas com a operação de securitização.

O movimento na imparidade e provisões das rubricas de "Outros ativos" nos exercícios de 2016 e 2015 é apresentado na Nota 16.

14. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas têm a seguinte composição:

<u>Recursos de Bancos Centrais</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Capital	405.000.000	405.000.000
Juros a pagar	-	9.000
	<u>405.000.000</u>	<u>405.009.000</u>

Recursos de outras instituições de crédito

Descobertos em depósitos à ordem		
Banco Santander Totta, S.A.	21.716.319	25.016.805
Juros a pagar	7.854	4.445
Depósitos e outros recursos		
Banco Santander Consumer Finance, S.A.	515.000.000	403.000.000
Banco Santander Totta, S.A.	200.000.000	200.000.000
Juros a pagar	3.041.214	4.684.241
	<u>739.765.387</u>	<u>632.705.491</u>

15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos à ordem	3.994.712	631.132
Cheques e Ordens a pagar	3.628.744	2.992.659
	<u>7.623.456</u>	<u>3.623.791</u>

Nos termos da Portaria nº 180/94, de 15 de dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de

28



Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso n.º 12/2014 de 15 de dezembro, do Banco de Portugal. O BSCP procede em conformidade com a Instrução 3/2009 que regulamenta o Sistema de Compensação Interbancária (SICOI). Neste sistema são processados e compensados os pagamentos de retalho efetuados com cheques, efeitos comerciais, débitos diretos, transferências a crédito e cartões bancários.

16. MOVIMENTO EM PROVISÕES E IMPARIDADE

Nos exercícios de 2016 e 2015 os movimentos ocorridos nas provisões e imparidades foram os seguintes:

	2016						Recuperação de crédito e juros vencidos (Nota 26)
	Saldo em 31-12-2015	Dotações	Reposições e anulações	Utilizações	Outros movimentos e transferências	Saldo em 31-12-2016	
Provisões:							
· Imparidade para Crédito (Nota 8)	107.607.114	25.641.849	(28.777.467)	(10.995.595)	(625.238)	94.850.663	(5.011.435)
	107.607.114	25.641.849	(28.777.467)	(10.995.595)	(625.238)	94.850.663	(5.011.435)
Imparidade e Provisões							
· Imposto a recuperar (Nota 12)	5.914.356	43.365	-	-	-	5.957.721	-
· Outros Ativos (Nota 13)	4.961.766	1.811.595	(906.277)	(532.531)	(3.656.482)	1.678.031	-
· Ativos não correntes detidos para venda (Nota 9)	249.731	2.718.166	(2.684.740)	(925.238)	625.238	303.156	-
· Provisões (Nota 16)	1.804.723	4.769.382	(1.581.885)	(3.088.812)	3.656.482	5.560.129	-
	12.930.576	9.342.448	(5.152.845)	(4.248.382)	625.238	13.499.038	-
	120.537.690	34.984.296	(31.930.310)	(15.241.977)	(0)	108.349.701	(5.011.435)

	2015						Recuperação de crédito e juros vencidos (Nota 26)	
	Saldo em 31-12-2014	Dotações	Reposições e anulações	Utilizações	(Nota 1) Saldo Migração PSA	Outros movimentos e transferências		Saldo em 31-12-2015
Imparidade para crédito (Nota 8)	72.019.806	71.889.511	(68.419.725)	(3.100.066)	39.185.333	(967.748)	107.607.111	(7.269.721)
Imparidade:								
· Imposto a recuperar (Nota 12)	5.914.356	-	-	-	-	-	5.914.356	-
· Outros Ativos (Nota 13)	1.445.501	3.965.484	(1.030.360)	(10.890)	-	592.034	4.961.766	-
· Ativos não correntes detidos para venda (Nota 9)	237.653	2.646.750	(2.634.676)	(311.749)	-	311.750	249.731	-
· Provisões (Nota 16)	332.400	2.745.900	(787.307)	(550.234)	-	63.964	1.804.723	-
	7.929.910	9.358.137	(4.452.343)	(972.676)	-	967.748	12.930.576	-
	79.949.716	81.247.648	(72.872.068)	(3.972.942)	39.185.333	-	120.537.687	(7.269.721)

Durante o exercício de 2016, o Banco procedeu ao abate ao ativo de créditos de operações consideradas incobráveis ou cuja exposição se encontrava totalmente provisionada pelos critérios de provisionamento do Banco de Portugal (Nota 2.3 d)) para consequente alienação dos mesmos.

A rubrica de provisões incorpora provisões para cancelamento de seguros e provisões para riscos operacionais.

17. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Valores a pagar ao Estado:		
· Imposto sobre o Valor Acrescentado	499.182	1.151.556
· Imposto do Selo	769.200	564.713
· Retenção de impostos na fonte	162.557	172.086
· Contribuições para a Segurança Social	194.600	193.855
	1.625.540	2.082.210
Credores:		
· Cauções recebidas – contratos de ALD	18.537.601	17.954.098
· Conta "Netting"	-	7.475.993
· Fornecedores, conta corrente	5.413.754	7.217.240
· Credores por contratos de factoring	8.880.233	4.364.699
· Cauções recebidas – contratos de Factoring	24.878.244	549.598
· Outros credores	8.574.864	5.224.954

	66.284.696	42.786.582
Operações passivas a regularizar	6.677.438	18.640.745
Encargos a pagar:		
· Gastos gerais administrativos	2.817.926	3.794.110
· Acréscimo de custos para férias e subsídio de férias	1.095.857	1.534.565
· Acordos de participação	1.919.147	1.181.185
· Bónus a distribuir aos colaboradores	1.003.331	893.695
	6.836.260	7.403.555
	81.423.934	70.913.090
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Cauções recebidas – contratos de ALD”, respeita ao diferencial entre o valor entregue pelos clientes no início das operações de aluguer de longa duração e o valor residual dos respetivos contratos. Na rubrica de crédito concedido encontra-se refletido o valor líquido do financiamento efetivamente concedido pelo Banco aos clientes, o qual corresponde ao valor de aquisição do bem, deduzido dos pagamentos que efetuaram antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Conta *Netting*” consiste numa conta corrente existente entre o Banco Santander Consumer Portugal e os concessionários associados ao acordo de parceria com o Grupo PSA (Peugeot-Citroen), por onde passam todos os fluxos financeiros de pagamentos, recebimentos e reforços. No decorrer do ano 2016 esta rubrica foi reclassificada para a rubrica de cauções e crédito concedido, conforme a natureza do saldo da “Conta *Netting*” com os concessionários.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Credores por contratos de factoring” representa as responsabilidades para com os Aderentes relativas ao valor da faturação de operações sem recurso em processo de cobrança, líquidas de adiantamentos efetuados e notas de crédito emitidas.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Fornecedores – conta corrente” inclui 777.536 euros e 1.481.467 euros, respetivamente, relativos a valores a pagar a companhias de seguros (Nota 35).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Outros Credores” inclui 3.567.988 euros e 2.550.039 euros relativos a valores a pagar de comissões de rappel, bem como 1.791.802 euros e 934.189 euros em 2016 e em 2015 referentes a fornecimentos e serviços de terceiros a pagar.

A rubrica “Encargos a pagar – Acordos de participação” respeita à participação nos resultados em operações de financiamento automóvel decorrentes do estabelecimento de acordos de associação em participação realizados entre o Banco e sociedades de importação e distribuição automóvel. No âmbito destas operações, o Banco partilha com as referidas sociedades os resultados obtidos num determinado conjunto de operações de financiamento, em função das condições previamente acordadas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Operações Passivas a Regularizar”, corresponde, essencialmente, ao valor de 8.420.980 euros respeitante ao montante a regularizar referente à aquisição da sucursal do Banco BPF (Notas 1 e 3). Este valor foi regularizado no decorrer do ano 2016.

Esta rubrica engloba ainda um saldo de 4.844.502 euros em 31 de dezembro de 2015 e 387.701 euros em 31 de dezembro de 2016 a qual corresponde a recebimentos por conta da Santander Consumer Services referente a cobranças de produtos de consignação e renting (Peugeot-Citroen). Estes valores em 2016 diminuíram significativamente devido ao facto de se realizarem transferências bancárias mensais destes montantes, o que não se verificava em 2015.

18. CAPITAL SUBSCRITO

Handwritten signatures and initials, including a date '30'.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social do Banco encontrava-se totalmente subscrito e realizado e estava representado por 66.592.947 ações, cada uma com valor nominal igual a 1 Euro, com a seguinte composição:

	<u>Número de ações</u>	<u>Percentagem de participação</u>
Santander Consumer Finance, S.A.	53.331.647	80,086%
Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	13.261.300	19,914%
	66.592.947	100,00%
	=====	=====

19. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as Outras Reservas e Resultados Transitados têm a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prémio de Emissão	12.790.664	12.790.664
Reserva Legal	17.385.206	13.631.404
Outras Reservas	21.970.594	21.970.594
Resultados Transitados	18.004.943	19.333.416
	70.151.407	67.726.078
	=====	=====

Os prémios de emissão tiveram origem no aumento de capital social do Banco efetuado em janeiro de 2007. Nos termos da Portaria n.º 408/99, de 4 de junho, publicada no Diário da República – I Série, n.º 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de ações próprias.

No dia 29 de Fevereiro de 2016 foi aprovado em Assembleia Geral a distribuição aos acionistas de dividendos no montante de 16.000.000 euros. No dia 4 de Maio de 2015 foi aprovado em Assembleia Geral a distribuição aos acionistas de dividendos retirados de resultados transitados no montante de 8.564.198 euros.

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de setembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, foi anualmente transferido para esta reserva uma fração não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. O Banco não constituiu reservas legais devido ao somatório das Outras Reservas e Resultados Transitados ser superior ao capital social.

20. RENDIMENTO INTEGRAL E RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Nos exercícios de 2016 e 2015, o resultado consolidado do Banco foi determinado da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contributo de cada uma das entidades incluídas no perímetro de consolidação para o rendimento integral e resultado líquido consolidado:		
. Banco Santander Consumer Portugal	24.388.242	37.538.021
. Silk Finance No.3 Limited	-	9.982.825

· Silk Finance No.4	3.775.355	(8.729.474)
	-----	-----
	28.163.597	38.791.372
Ajustamentos de consolidação:		
· Impostos diferidos passivo sobre os rendimentos do Silk Finance No.3 Limited	-	6.903.645
· Imparidade da carteira do No. Silk 4	(3.691.191)	(27.264.621)
· Impostos diferidos passivos sobre os rendimentos do Silk Finance No.4	(21.462)	(5.067)
	-----	-----
	24.450.944	18.425.329
	=====	=====

21. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Nos exercícios de 2016 e 2015, os passivos contingentes e compromissos apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Garantias prestadas	10.380.167	2.149.558
Compromissos perante terceiros	63.020.933	58.092.293
Valor dos ativos dados em garantia para operações do Eurosistema	509.400.000	509.400.000
Valor nominal dos derivados	11.500.000	44.000.000
Compromissos de terceiros	243.307.527	1.017.142.643

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Compromissos perante terceiros" respeita essencialmente a linhas de crédito revogáveis associadas a operações de concessão de crédito a clientes através de cartões.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os compromissos de terceiros referem-se a limites de financiamento não utilizados concedidos pelo Grupo.

Passivos contingentes originados pelo Fundo de Resolução

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do sector financeiro português, o Banco de Portugal em 3 de agosto de 2014 decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") uma medida de resolução, ao abrigo do nº5 do artigo 145º-G do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ("RGICSF"), que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. ("Novo Banco"), criado especialmente para o efeito. De acordo com o normativo comunitário, a capitalização do Novo Banco foi assegurada pelo Fundo de Resolução, criado pelo Decreto-Lei nº 31-A/2012, de 10 de fevereiro.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou Euros 4.900 milhões. Desse montante Euros 377 milhões correspondem a recursos financeiros próprios do Fundo de Resolução. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução de Euros 700 milhões, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (Euros 3.823 milhões) teve origem num empréstimo concedido pelo Estado Português, o qual será reembolsado e remunerado pelo Fundo de Resolução. Os fundos que possam vir a ser gerados com a venda do Novo Banco serão integralmente afetos ao Fundo de Resolução.

Em 29 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal determinou retransmitir para o BES a responsabilidade pelas obrigações não subordinadas por este emitidas, de montante nominal aproximadamente Euros 2 mil milhões, e que foram destinadas a investidores institucionais, e procedeu a um ajustamento final do perímetro de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão transferidos para o Novo Banco.

32

Ainda durante o mês de dezembro de 2015, as autoridades nacionais decidiram vender a maior parte dos ativos e passivos associados à atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) ao Banco Santander Totta, por 150 milhões de euros, no quadro da aplicação de uma medida de resolução. Esta operação envolveu um apoio público estimado de Euros 2.255 milhões que visou cobrir contingências futuras, financiado em Euros 489 milhões pelo Fundo de Resolução e em Euros 1.766 milhões diretamente pelo Estado Português, em resultado das opções acordadas entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o Banco Santander Totta, para a delimitação do perímetro dos ativos e passivos a alienar. No contexto desta medida de resolução, os ativos do Banif identificados como problemáticos foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, criado para o efeito – Oitante, S.A., sendo o Fundo de Resolução o detentor único do seu capital social, através da emissão de obrigações representativas de dívida desse veículo, no valor de Euros 746 milhões de euros, com garantia do Fundo de Resolução e contragarantia do Estado Português. No Banif, que será alvo de futura liquidação, permanecerão um conjunto restrito de ativos, bem como as posições acionistas, dos credores subordinados e de partes relacionadas.

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 31-A/2012, os recursos do Fundo de Resolução são provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o setor bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente: (i) contribuições especiais das instituições de crédito; e (ii) importâncias provenientes de empréstimos.

Decorrente das deliberações referidas acima, o risco de litigância envolvendo o Fundo de Resolução é significativo, bem como o risco de uma eventual insuficiência de recursos para assegurar o cumprimento das responsabilidades, em particular o reembolso a curto prazo dos financiamentos contraídos.

É neste enquadramento que, no segundo semestre de 2016, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução por forma a preservar a estabilidade financeira, por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução. Para o efeito, foi recentemente formalizado um aditamento aos contratos de empréstimo ao Fundo de Resolução, que introduz um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, às taxas de remuneração e outros termos e condições associados a esses empréstimos por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

Neste contexto, tendo por base a informação atualmente disponível, é entendimento do Conselho de Administração, que são reduzidos os riscos de que possam resultar encargos adicionais para o Banco a respeito do conjunto de responsabilidades acima explicitadas e que recaem sobre o Fundo de Resolução.

22. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios de 2016 e 2015, a Margem Financeira tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Juros e proveitos similares		
. Juros de financiamento de vendas a crédito e financiamento em conta corrente	58.926.980	51.299.873
. Juros de crédito em locação	8.594.594	9.646.724
. Comissões associadas ao custo amortizado		
. De intermediação	(12.414.215)	(8.861.009)
. Rappel	(7.701.669)	(4.669.640)
. Apoio fixo	(1.300.155)	(976.347)
. Outros	-	(237.231)

. Juros de swaps de negociação	-	3.327.054
. Comissões de abertura de contrato	2.898.374	1.900.199
. Juros de adiantamentos de "factoring"	4.548.809	2.755.651
. Juros de financiamento através de cartão de crédito	703.749	712.804
. Juros de swaps de cobertura	-	-
. Outros juros e proveitos	231.430	41.039
	<u>54.487.896</u>	<u>54.939.118</u>
Juros e custos similares		
. Juros de recursos de instituições de crédito	8.340.422	8.242.893
. Juros de derivados de negociação	-	3.362.446
. Juros de derivados de cobertura	216.291	459.290
. Juros de empréstimos subordinados	-	154.084
. Juros de operações de factoring	-	176
	<u>8.556.713</u>	<u>12.218.889</u>
Margem Financeira	<u>45.931.183</u>	<u>42.720.229</u>

23. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2016 e 2015, os Rendimentos e Encargos de serviços e comissões têm a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Rendimentos de serviços e comissões		
. Comissões de colocação de seguros	10.834.048	11.032.429
. Despesas de cobrança de rendas	3.392.586	2.892.638
. Comissões por prestação de serviços	1.706.328	1.568.967
. Operações de "factoring"	2.918.631	1.024.344
. Garantias prestadas	107.978	10.082
. Outros proveitos de comissões	1.574.721	2.347.317
	<u>20.534.292</u>	<u>18.875.778</u>
Encargos com serviços e comissões		
. Comissões de colocação de seguros	1.718.947	1.566.517
. Comissões de Acordos de Participação	1.892.588	1.250.239
. Por serviços bancários de terceiros	493.077	396.908
. Outros custos com comissões	2.121.402	327.945
	<u>6.226.014</u>	<u>3.541.609</u>
	<u>14.308.278</u>	<u>15.334.169</u>

Nos exercícios de 2016 e 2015, a rubrica "Rendimentos de serviços e comissões – Comissões de colocação de seguros" respeita a comissões recebidas pelo Banco de companhias de seguros relativamente a prémios de seguro cobrados a clientes no âmbito de contratos de financiamento. Na rubrica "Encargos com serviços e comissões - Comissões de colocação de seguros" encontra-se refletida a comissão paga pelo Banco a concessionários pela angariação de contratos de financiamento relativamente aos quais o cliente subscreveu simultaneamente o respetivo seguro de proteção de crédito. Os proveitos e encargos relativos a comissões recebidas das companhias de seguros e pagas a angariadores são reconhecidos no exercício em que são concretizadas as operações de crédito respetivas. O Banco considera que se tratam de comissões destinadas a compensar a realização de um ato significativo, na medida em que não retém qualquer envolvimento relacionado com o risco segurado ou com a gestão da apólice de seguro contratada.

34

24. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Santander Consumer Services, S.A.	1.788.761	-
	=====	=====

No ano de 2016, por deliberação unânime do Conselho de Administração do Santander Consumer Services, procedeu-se à distribuição de dividendos, tendo o Banco recebido o montante de 1.788.761 euros.

25. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

No exercício de 2016 e 2015, os valores registados nesta rubrica apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Varição de justo valor dos swaps de cobertura (Nota 32)	(219.228)	(408.941)
Varição de justo valor dos elementos cobertos (Nota 32)	200.379	365.933
	-----	-----
	(18.849)	(43.008)
	=====	=====

26. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Outros proveitos de exploração:		
. Recuperações de crédito e juros vencidos (Nota 16)	5.011.435	7.289.721
. Contrato de prestação de serviços	560.912	366.870
. Mais-valias em bens de locação financeira	340.884	365.538
. Prestação de serviços	14.452	11.003
. Outros	3.715.488	24.914
	-----	-----
	9.643.171	8.058.046
Outros custos de exploração:		
. Menos-valias em bens de locação financeira	327.953	606.050
. Fundo Único de Resolução	401.876	264.897
. Fundo de Resolução Nacional	145.421	84.665
. Taxa de Supervisão BCE	25.483	-
. Outros custos de exploração	589.677	482.558
. Outros impostos indiretos	2.162.743	2.476.247
	-----	-----
	3.653.152	3.914.417
	-----	-----
	5.990.019	4.143.630
	=====	=====

No exercício de 2016 e 2015, o montante registado na rubrica "Outros proveitos de exploração - Contrato de Prestação de Serviços" corresponde ao contrato de prestação de serviços de apoio e suporte, estabelecido entre o Banco e a Santander Consumer Services, S.A. Adicionalmente encontra-se registado em "Outros" o montante de 3.402.741 euros relativos a juros indemnizatórios da DGCI.

A rubrica de impostos indiretos engloba essencialmente o custo relacionado com o IVA não dedutível o qual representa 2.097.344 euros em 2016 e 2.389.216 euros em 2015.

27. RESULTADOS DE EMPRESAS ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Santander Consumer Services, S.A.	(1.222.325)	99.182
	=====	=====

O gasto verificado nesta rubrica no exercício de 2016 é consequência da redução de capital da associada Santander Consumer Services, S.A., de acordo com o método de equivalência patrimonial, que decorreu da distribuição de dividendos referida na nota 24.

28. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

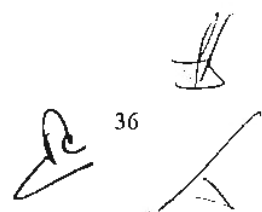
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários e vencimentos:		
· Remunerações dos órgãos sociais	258.621	230.555
· Remunerações dos empregados	6.692.664	5.884.280
	-----	-----
	6.951.285	6.114.835
	-----	-----
Encargos sociais:		
· Segurança Social	1.646.128	1.393.760
· Outros encargos	227.204	215.418
	-----	-----
	1.873.332	1.609.178
	-----	-----
Outros custos com o pessoal:		
· Bónus aos colaboradores e Conselho de Administração	874.842	851.701
· Indemnizações contratuais	924.345	681.741
· Comparticipação de juros de crédito à habitação	-	-
· Outros	119.047	133.302
	-----	-----
	1.918.233	1.666.744
	-----	-----
	10.742.850	9.390.758
	=====	=====

O Banco não assumiu quaisquer encargos com pensões de reforma, para além das contribuições para a Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número de efetivos ao serviço do Banco era o seguinte:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Direção	10	10
Quadros superiores	35	36
Quadros técnicos	121	120
Administrativos	29	31
	-----	-----
	195	197
	===	===

36



29. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Serviços especializados:		
. Informática	3.638.294	4.205.550
. Subcontratação de pessoal e outros serviços de outsourcing	1.974.056	1.840.594
. Recuperação de valores e viaturas	697.735	770.945
. Advocacia	930.998	859.796
. Assistência e software	703.844	224.161
. Segurança e vigilância	128.008	131.382
. Outros serviços especializados	2.260.520	2.014.534
Comunicação	1.002.159	1.356.879
Seguros, serviços judiciais e contencioso	704.023	835.184
Publicidade	756.829	822.454
Rendas e alugueres	459.211	455.216
Avenças e honorários	353.587	308.456
Água, energia e combustíveis	232.752	267.316
Deslocações, estadas e representações	237.679	232.503
Conservação e reparação	142.096	129.014
Material de consumo corrente	157.813	181.144
Encargos com formação	51.150	80.631
Outros fornecimentos e serviços	28.376	22.800
	-----	-----
	14.459.129	14.738.560
	=====	=====

A rubrica de outros serviços especializados inclui em dezembro de 2016 e 2015, 484.364 euros e 377.792 euros referente a serviços de legalização de viaturas e 659.052 euros e 396.774 euros relativos a consultores e auditores externos.

Os honorários totais faturados pelo Revisor Oficial de Contas relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresentam o seguinte detalhe, por tipo de serviço prestado:

	<u>2016</u>	<u>2015 (*)</u>
Revisão legal de contas	123.344	155.500
Outros serviços de garantia de fiabilidade	133.761	95.896
Consultoria fiscal	-	80.235
	-----	-----
	257.105	331.631

(*) – No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os honorários foram faturados pelo anterior Revisor Oficial de Contas (Deloitte & Associados, SROC, SA).

Em 2016, na rubrica de Outros serviços de garantia de fiabilidade estão incluídos os honorários relacionados com a revisão do sistema de controlo interno da Sociedade, como requerido pelo Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, com a revisão do sistema de controlo interno específico para a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, como requerido pelo Aviso nº 9/2012 do Banco de Portugal, com a revisão da imparidade da carteira de crédito, como requerido pela Instrução nº 5/2013 do Banco de Portugal e com verificação da conformidade dos dados incluídos nos reportes de 2015 respeitantes às operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas ("TLTRO"), de acordo com o Regulamento BCE/2013/33 e a Decisão BCE/2014/34

30. RELATO POR SEGMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a atividade desenvolvida pelo Banco encontra-se organizada de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

37



- **Banca de retalho:** Inclui a atividade do Banco desenvolvida no âmbito da concessão de crédito nos segmentos de Locação financeira, Aluguer de Longa Duração e Crédito ao consumo, assim como os depósitos captados junto de clientes.
- **Banca comercial:** Inclui a atividade do Banco desenvolvida nas vertentes de concessão de crédito a empresas para apoio de tesouraria, financiamento à aquisição de stocks e "Factoring".
- **Outros:** Compreende todos os segmentos de atividade não considerados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio nos exercícios de 2016 e 2015, foi a seguinte:

	2016				2015			
	Banca de Retalho	Banca Comercial	Outros	Total	Banca de Retalho	Banca Comercial	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	49.723.218	4.764.677	-	54.487.896	52.119.137	2.819.981	-	54.939.118
Juros e encargos similares	(8.817.573)	(660.960)	-	(9.556.713)	(12.236.318)	17.429	-	(12.218.889)
Rendimentos de serviços e comissões	17.615.661	2.918.631	-	20.534.292	17.167.784	1.707.994	-	18.875.778
Encargos com serviços e comissões	(6.228.014)	-	-	(6.228.014)	(5.339.514)	-	-	(5.339.514)
Resultados em operações financeiras	(18.849)	-	-	(18.849)	(43.008)	-	-	(43.008)
Outros resultados de exploração	5.990.019	-	-	5.990.019	4.242.812	-	-	4.242.812
Produto da Atividade Bancária	58.266.363	7.944.268	-	66.210.631	55.910.893	4.545.404	-	60.456.297
Outros custos e proveitos	-	-	-	(41.759.687)	-	-	-	(42.030.968)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	24.450.944	-	-	-	18.425.329
Crédito a clientes (valor líquido)	1.053.002.475	282.143.824	-	1.335.146.299	1.004.528.366	210.960.143	-	1.215.488.509
Activo líquido total	1.115.948.918	282.143.824	-	1.398.092.742	1.069.823.631	210.960.143	-	1.280.783.774
Recursos de outras instituições de crédito	902.852.858	241.812.429	-	1.144.765.287	859.784.948	177.929.541	-	1.037.714.489
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.623.456	-	-	7.623.456	3.623.791	-	-	3.623.791

Nos exercícios de 2016 e 2015, a atividade do Banco foi integralmente desenvolvida em Portugal.

31. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos registados no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidados do Banco que têm origem em operações realizadas com partes relacionadas têm a seguinte composição:

Entidades do Grupo Santander:

BALANÇO	2016									
	Banco Santander, SA	Santander Consumer Services	Santander Consumer Finance	AQUILINA-SERVICIO DE COMPRAS CORPORATIVAS, S.L.	Banco Santander Total	Aegon Santander Portugal Não vida - Companhia de seguros, SA	Isban	Produban	Ceoban	Total
ACTIVOS										
Disponibilidade em outras instituições de crédito					25.531					25.531
Aplicações em instituições de crédito					-					-
Activos financeiros de prazo para negociação					-					-
Investimentos a det. até à maturidade					-					-
Activos intangíveis e outros activos tangíveis							2.260.289	77.326		2.337.615
Crédito a clientes		148.686.233								148.686.233
Investimentos em filias, associadas e empr. conjuntos		853.398								853.398
Outros Activos										-
Suplementos										-
Rendimentos a receber										-
Outros devedores					10.899	29.867				40.766
Passivos										
Recursos de outras instituições de crédito			(515.930.322)		(223.811.219)					(739.741.541)
Recursos de clientes e outros empréstimos		(3.978.562)								(3.978.562)
Passivos financeiros de prazo para negociação										-
Passivos financeiros associados e activos transferidos										-
Derivados de cobertura	(33.010)									(33.010)
Empréstimos subordinados										-
Outros passivos - Credores diversos	(21.221)	(387.701)	(28.858)	(343)			(469.991)	(228.491)		(1.136.865)
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS										
Juros e rendimentos similares		231.430								231.430
Juros e encargos similares	(216.291)		(5.655.618)		(2.539.374)					(8.411.284)
Rendimentos com comissões					(33.796)					(1.081)
Custos gerais administrativos				(17.874)		22.715	(1.833.041)	(2.005.253)	(58.753)	(3.714.921)
Resultado de part. em associadas e empr. conjuntos		715.764								715.764
Resultados em operações financeiras	(18.849)									(18.849)
Outros encargos e gastos operacionais	(28.483)	560.912								532.429

38

Ativos	2015										Total
	Banco Santander S.A.	Santander Consumer Finance	Santander Consumer Finance	Caixa S.A. - Serviços Financeiros	Banco Santander Parana	Agência Santander - Curitiba	Agência Santander - São Paulo	Produção	Caixa	Caixa Parana	
Ativos											
Despesas com ativos intangíveis	-	-	-	-	221.000	-	-	-	-	-	221.000
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros	-	110.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	110.000.000
Ativos não financeiros	-	21.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	21.000.000
Ativos financeiros e não financeiros	-	131.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	131.000.000
Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos não financeiros	-	-	-	-	221.000	221.000	-	-	-	-	442.000
Ativos											
Ativos financeiros	-	-	100.000.000	-	221.000.000	-	-	-	-	-	321.000.000
Ativos não financeiros	-	-	221.000	-	-	-	-	-	-	-	221.000
Ativos	-	-	100.221.000	-	221.000.000	-	-	-	-	-	321.221.000
Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos não financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros	221.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	221.000
Ativos não financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos	221.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	221.000
Ativos financeiros	221.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	221.000
Ativos não financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos	221.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	221.000
Ativos financeiros	221.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	221.000
Ativos não financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos	221.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	221.000

Os montantes incluídos nos quadros acima na rubrica Ativos intangíveis e outros ativos tangíveis correspondem essencialmente a montantes pagos pelo Banco a outras entidades do Grupo durante o ano relativos a projetos de desenvolvimento nas aplicações informáticas.

Membros do Conselho de Administração

Nenhum dos membros do Conselho de Administração contraiu créditos junto das entidades do Banco nem adquiriu títulos representativos do respetivo capital social.

32. GESTÃO DE RISCO

Políticas de gestão de risco

As políticas de gestão de risco implementadas pelo Banco no âmbito da sua atividade encontram-se descritas em maior detalhe no âmbito da secção "Risco de Crédito" do Relatório do Conselho de Administração.

Política de gestão de risco de crédito

Durante o último ano não existiram alterações significativas na estrutura orgânica do Banco.

Em termos das políticas de admissão, as mesmas foram mantidas, registando-se um ligeiro aumento na taxa de aprovação global, mantendo-se o perfil de risco médio-baixo.

Com a incorporação da carteira do Banque PSA em 2015, verificou-se um aumento dos níveis de risco de crédito, mas durante o último ano, com uma gestão de recuperação que apesar de não poder estar ainda nos níveis desejáveis, já permite assegurar uma gestão mais otimizada, gerando como efeito que o nível de delinquência da carteira do Banco comece a reduzir significativamente

Os níveis de risco de crédito são permanentemente medidos e acompanhados, de acordo com metodologias corporativas, das quais se destacam a monitorização da Variação da Mora sob Gestão (VMG), os níveis de delinquência simples (%NPL), a análise de carteiras com igual período de originação (vintages), a monitorização permanente dos modelos de decisão automáticos e a monitorização da perda esperada do novo negócio angariado.

Em relação ao negócio de não retalho (risco individual por empresa com valor superior a 150 mil euros) mantiveram-se as visitas a concessionários, com periodicidade mínima anual, por parte do binómio gestor/analista. Esta atuação permite um maior conhecimento e abrangência na informação obtida, gerando uma melhor qualidade na elaboração do rating da empresa.

Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 39.

O Banco dispõe de políticas e procedimentos que permitem identificar, avaliar, acompanhar e controlar a exposição ao risco de concentração de crédito. No processo de análise e gestão ao risco de concentração de crédito da instituição estão diretamente envolvidos, a Direção de Risco e Recuperação, Controlo Interno e a Direção Financeira e os membros do Órgão de Direção.

De referir que a atividade do Banco prende-se essencialmente com a realização de operações de financiamento ao consumo, sendo característica deste tipo de operações a dispersão dos financiamentos efetuados por um elevado número de clientes, pelo que a exposição ao risco de concentração de crédito é reduzida. A política de crédito é definida tendo em linha de conta o grau de exposição ao risco, as probabilidades de incumprimento, a concentração e correlação das posições em risco, a perda dado o incumprimento e grau de cobertura das técnicas de redução de risco. Os limites de concentração de risco perante uma contraparte financeira ou um grupo de contrapartes financeiras ligadas entre si são determinados em função da política de crédito em vigor, formalizada no Regulamento de Crédito.

O Banco controla o risco de concentração de crédito da sua carteira, pela análise consolidada das maiores exposições existentes, no decurso do tempo, perante uma contraparte individual ou de um grupo de contrapartes relacionadas, bem como, as concentrações de exposição por sector de atividade e área geográfica. Este processo permite efetuar um acompanhamento sistemático da carteira e determinar preventivamente exposições potenciais sobre o risco de contraparte. No que respeita à Banca Comercial, o Banco avalia e monitoriza individualmente cada posição em risco. Para o efeito, a Direção de Risco e Recuperação realiza o seguimento mensal das 20 maiores exposições de clientes, fazendo um acompanhamento pormenorizado das suas características e implementando ações mitigadoras caso estas revelem indícios de incumprimento.

Como princípio geral, o Banco evita concentrações excessivas sobre uma entidade ou grupo de entidades relacionadas entre si, tomando como referência para a definição de concentração de risco o montante correspondente a 10% dos Fundos Próprios.

No que respeita a grupos de contrapartes cuja probabilidade de entrarem em incumprimento resulta de fatores subjacentes comuns, designadamente o sector económico em que operam e a região geográfica em que estão inseridos, são efetuadas análises periódicas a fim de assegurar a manutenção de níveis de concentração de risco adequados.

Política de write-off de créditos

A política de Write-Off de créditos até 2014 era baseada no Write-Off de crédito efetuado pela totalidade do saldo em dívida, quando esta era considerada irrecuperável e as respetivas provisões regulamentares estivessem constituídas a 100%. Nos termos da política corporativa do Grupo Santander, em vigor no Banco, os prazos de passagem a Write-Off, sucintamente caracterizavam-se por ser de 24 meses após default para créditos da tipologia de negócio Crédito Automóvel e 12 meses após default para créditos da tipologia de negócio Crédito Pessoal e Crédito ao Consumo. Durante o ano de 2016 não foram efetuados Write-Off de créditos de forma periódica, tendo no entanto sido levados a perdas numa operação pontual um lote de contratos, no âmbito da estruturação de uma venda programada de carteira.

Política de reversão de imparidades

A política de reversão de imparidade define que poderá existir reversão de provisões sempre que a atualização do cálculo das perdas por imparidade, em virtude da redução da perda esperada ou da redução do capital vencido, apure uma quantia recuperável, que apesar de ser inferior à quantia escriturada seja simultaneamente superior à quantia recuperável apurada em momento anterior.

Descrição das medidas de reestruturação aplicadas ao crédito vencido, mecanismos de controlo e monitorização:

As medidas de reestruturação de dívida aplicadas a contratos de crédito do Banco são baseadas na celebração de um novo acordo formal com o Cliente relativo a contratos que registem incumprimento ou mora ou contratos que não registem qualquer dívida, mas para os quais haja razoável expectativa de que venham a entrar em incumprimento, com o objetivo de fazer regressar o Cliente ao pontual cumprimento, em linha com a sua real capacidade de pagamento e, sempre que possível, melhorando as garantias da operação.

O seguimento dos contratos de crédito reestruturados é realizado através de vários mecanismos de monitorização, através da análise de curas ou agravamentos de situações de incumprimentos destes contratos e pelo cálculo específico de provisões por imparidade para esta tipologia de contratos que garante uma segmentação dos fatores de risco independentes dos outros segmentos de crédito.

Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais:

Ao nível dos produtos cujo colateral em garantia seja hipotecário, o Banco procede às avaliações dos imóveis respetivos com periodicidade máxima anual, através de empresas externas especializadas que colaboram com o Grupo Santander.

No que respeita a Garantias Bancárias (GB) como colateral, existe uma relação de afetação direta do registo das mesmas associadas aos produtos/linhas aprovadas, com total especificação da GB (número, banco, datas, etc.). Assim, garante-se que toda a gestão é posteriormente efetuada ao nível do sistema central do Banco.

Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade:

A determinação da imparidade baseia-se nos pressupostos de que existe a probabilidade de qualquer contrato vir a entrar em incumprimento no futuro e conseqüentemente uma hipótese de perda futura. Estas probabilidades são calculadas através de um histórico recente (5 anos) de contratos com as mesmas características de forma a prever os acontecimentos futuros com a maior antecedência. Para além da informação histórica é utilizada informação externa (como por exemplo a informação da CRC do Banco de Portugal) para incorporar incumprimentos externos nas previsões do Banco.

Descrição das metodologias de cálculo da imparidade:

O cálculo da imparidade está dividido entre duas metodologias, uma de análise coletiva e outra de análise individual. Na metodologia de análise coletiva, o processo de segmentação permite classificar os contratos da carteira de crédito de acordo com as suas características comuns, associá-las em determinado segmento e calcular fatores de risco (PI, PD e LGD) de acordo com o histórico de contratos com essas mesmas características. Desse modo o cálculo é realizado de acordo com a tipologia de negócio (Auto, Consumo), financiamento (Crédito, ALD, Leasing), estado do bem (Novo, Usado) e originação do contrato (PSA, Fiores). Caso os contratos tenham sido alvo de reestruturação também são segmentados de acordo com a tipologia de reestruturação. Para além desta segmentação, os contratos também são segmentados de acordo com o seu comportamento atual e o seu comportamento histórico.

O Banco calcula as perdas por imparidade em função da perda esperada em caso de incumprimento (LGD) e das probabilidades de incumprimento (PD) e considera que um ativo está em imparidade quando a sua quantia recuperável é inferior à quantia escriturada. As operações são classificadas em função do período de atraso identificado, nomeadamente em operações sem indícios de imparidade (situação normal), operações com indícios de imparidade (com prestações em atraso) e operações em incumprimento (default).

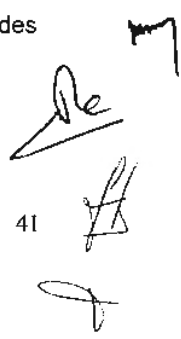
Na metodologia de análise individual, o cálculo das provisões é efetuado de forma individualizada por cliente sendo a PD definida pelo rating interno associado ao cliente.

Indícios de imparidade por segmentos de crédito:

A evidência de imparidade refere-se a dados observáveis que chegam à atenção do Banco sobre os seguintes indícios de perda:

- Dificuldades financeiras significativas do cliente;
- Incumprimento contratual (falta de pagamento de capital ou juros);
- Concessão por parte do Banco de condições favoráveis, devido às dificuldades financeiras (reestruturação de dívida); e
- Probabilidade de entrada em falência do cliente.

Análise individual:



A análise individual é efectuada para todos clientes do negócio de Stock Finance.

Política relativa aos graus de risco internos

A política relativa a graus de risco internos é adotada apenas para os clientes caracterizados (com envolvimento superior a 150 mil euros) e tem como base um modelo construído com o objetivo de acompanhar e conhecer a qualquer momento a posição, garantias e validades das diferentes linhas de apoio que se encontram ativas no Banco. Desta forma, existe melhor conhecimento dos clientes, sendo possível igualmente a recolha e tratamento dos novos elementos contabilísticos, bem como a atualização do nível de rating atribuído, com vista à renovação atempada dessas linhas. A FEVE (firmas em vigilância especial) é tratada segundo estabelecido por Marco Corporativo do Grupo Santander. É atualizada em base mensal, encontrando-se classificados clientes que necessitam de acompanhamento especial. Os vários níveis de FEVE são: Extinguir, Reforçar Garantias, Reduzir e Acompanhar.

Cálculo do valor actual dos fluxos de caixas futuros no apuramento das perdas de imparidade avaliadas individual e colectivamente:

Os fluxos de caixa futuros são calculados por contrato com base na estrutura de rendas futuras adaptadas às probabilidades de incumprimentos, de default e de perda após default desse contrato. Os fluxos de caixa futuros que se espera receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de ativos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro efetiva das operações.

Descrição do período emergente utilizado para os diferentes segmentos:

O período de emergência é definido como 3 meses para todos os segmentos da análise coletiva sendo esse o período médio desde um determinado indício de incumprimento e a respetiva confirmação baseado no histórico do Banco.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde ao risco de incumprimento das contrapartes com as quais o Banco mantém posições abertas em instrumentos financeiros, enquanto entidade credora.

Custo associado ao risco de crédito:

Com referência a dezembro de 2016, o total de provisões por risco de crédito foi de 113,4 milhões de euros, sendo as PI (acumuladas a 3 meses – período de emergência definido pelo Banco) dos contratos Sem Índicios de incumprimento do negócio de Financiamento Automóvel de 1,3% e as do negócio de Crédito ao Consumo de 0,7%, as PD (acumuladas à maturidade média de cada contrato) dos contratos Com Índicios de incumprimento do negócio de Financiamento Automóvel de 47,8% e as do negócio de Crédito ao Consumo de 51,3%. Por fim, as LGD dos contratos Sem Índicios de incumprimento do negócio de Financiamento Automóvel são cerca de 47,3% e as do negócio de Crédito ao Consumo de 72,6%.

Ainda em conformidade com a Carta Circular nº 2/2014-DSP do Banco de Portugal, apresentamos as seguintes divulgações quantitativas relativamente à carteira de crédito do Banco com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

a) Detalhe das exposições e imparidade constituída:

Segmento	Da Exposição Total 31.12.2016						Da Imparidade Total 31.12.2016					
	Exposição Total 31.12.2016	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Imparidade Total 31.12.2016	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento		
		Dias de atraso <30		Sub Total	Dias de atraso			Dias de atraso <30	entre 30-90		Dias de atraso <90 dias	Dias de atraso >90 dias
		Sem Índicios	Com Índicios		<=90 dias	>90 dias						
Corporate	300.869.657	293.588.850	-69.427	233.119.424	0	7.750.233	18.725.833	11.348.811	71.675	0	7.305.347	
Construção e CNE	14.073.284	12.180.334	423.533	32.603.858	0	1.469.427	1.473.666	133.029	9.108	0	1.351.529	
Retalho	1.061.516.848	947.181.948	48.243.538	993.928.085	0	67.589.763	74.851.164	10.173.447	2.831.427	0	61.644.293	
Total	1.376.459.789	1.252.951.723	46.699.644	1.299.651.367	0	76.809.423	94.850.663	21.635.287	2.914.210	0	70.301.167	

Segmento	Da Exposição Total 31.12.2015						Da Imparidade Total 31.12.2015					
	Exposição Total 31.12.2015	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Imparidade Total 31.12.2015	Crédito em incumprimento			
		Sem Incididos	Dias de atraso <30 Com Incididos	Sub Total	Dias de atraso <=90 dias	Dias de atraso >90 dias	Dias de atraso <30		Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <=90 dias	Dias de atraso >90 dias	
Corporate	227.437.280	218.230.805	684.118	219.914.923	0	7.522.357	16.477.137	8.733.951	71.906	0	6.671.280	
Construção e CRE	10.817.960	9.045.284	313.007	9.368.291	0	1.449.669	1.369.398	118.990	28.648	0	1.221.860	
Retalho	1.046.020.055	932.336.323	33.945.706	966.282.029	0	79.738.026	89.760.576	14.433.300	3.336.769	0	71.991.007	
Total	1.284.275.295	1.160.612.412	34.952.831	1.195.565.243	0	88.710.052	107.607.111	24.286.141	3.436.823	0	79.884.147	

Segmento	Exposição 31.12.2016						Imparidade 31.12.2016		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em Incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em Incumprimento
Corporate	300.869.657	293.119.424	-642.705	1.327.137	7.750.233	0	18.725.833	11.420.486	6
Construção e CRE	14.073.284	12.603.858	464.855	2.927	1.469.427	32.208	1.473.666	122.137	1.351.529
Retalho	1.061.516.848	993.878.686	56.740.155	6.392.498	67.588.763	580.116	74.651.164	13.006.873	61.644.291
Total	1.376.459.789	1.299.651.367	56.562.304	7.722.563	76.808.423	612.324	94.850.663	24.549.496	62.995.826

Segmento	Exposição 31.12.2015						Imparidade 31.12.2015		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em Incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em Incumprimento
Corporate	227.437.280	219.914.923	684.118	0	7.522.357	0	16.477.137	9.805.857	6.671.280
Construção e CRE	10.817.960	9.368.291	323.008	5.497	1.449.669	151.748	1.369.397	147.537	1.221.860
Retalho	1.046.020.055	966.282.029	33.945.707	3.702.521	79.738.026	3.170.487	89.760.577	17.769.570	71.991.007
Total	1.284.275.295	1.195.565.243	34.952.833	3.708.018	88.710.052	3.322.236	107.607.111	27.722.964	79.884.147

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção:

Ano de Produção	Corporate			Construção e CRE			Retalho		
	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída
2006 e anteriores	4	1.925.655	706.327	574	160.775	159.934	102.914	9.699.705	8.738.266
2007	399	2.092.875	1.072.769	97	68.005	67.929	26.507	3.880.357	3.546.873
2008	138	1.054.945	1.719.444	103	135.814	135.376	27.496	10.994.386	8.045.960
2009	372	1.084.827	503.246	66	122.862	94.788	14.706	22.119.129	8.149.811
2010	507	59.918	58.016	110	289.524	187.757	14.450	49.785.508	12.768.123
2011	700	2.619.917	1.036.294	131	479.932	310.198	13.117	56.266.591	10.046.640
2012	882	517.559	521.020	122	642.755	308.815	11.997	55.210.172	5.840.299
2013	1.249	1.824.443	964.743	159	655.308	74.235	20.768	81.334.344	4.400.177
2014	1.465	447.802	441.337	271	1.693.839	59.130	36.540	152.445.638	5.685.805
2015	1.605	426.502	434.172	291	3.242.932	60.603	44.756	253.432.266	5.036.855
2016	24.245	288.875.215	11.268.466	505	6.601.537	14.901	49.006	366.348.812	2.392.354
Total	31.566	300.869.657	18.725.833	2.429	14.073.284	1.473.666	362.257	1.061.516.848	74.651.164

c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento, sector, geografia:

c.1) Por segmento:

31-12-2016	Corporate		Construção e CRE		Retalho		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação Individual	300.869.657	18.725.833	0	0	0	0	300.869.657	18.725.833
Colectiva	0	0	14.073.284	1.473.666	1.061.516.848	74.651.164	1.075.590.132	76.124.830
Total	300.869.657	18.725.833	14.073.284	1.473.666	1.061.516.848	74.651.164	1.376.459.789	94.850.663

31-12-2015	Corporate		Construção e CRE		Retalho		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação Individual	227.437.280	16.477.137	0	0	0	0	228.255.240	17.846.534
Colectiva	0	0	10.817.960	1.369.397	1.046.020.055	89.760.577	1.046.020.055	89.760.577
Total	227.437.280	16.477.137	10.817.960	1.369.397	1.046.020.055	89.760.577	1.284.275.295	107.607.111

c.2) Por sector de atividade:

31-12-2016	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca		Indústrias extrativas		Indústrias transformadoras		Eletricidade, gás, vapor de água quente e frio e ar frio	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
	Avaliação Individual	0	0	0	0	0	0	0
Colectiva	102.853	17.292	38.606	9.568	15.045.852	981.985	41.912	158
Total	102.853	17.292	38.606	9.568	15.045.852	981.985	41.912	158

31-12-2015	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca		Indústrias extrativas		Indústrias transformadoras		Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
	Avaliação Individual	-	-	-	-	-	-	-
Colectiva	147.797	13.755	38.187	1.086	12.945.255	907.538	50.897	446
Total	147.797	13.755	38.187	1.086	12.945.255	907.538	50.897	446

31-12-2015	Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento e gestão de resíduos e despoluição		Construção		Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos		Transportes e armazenagem	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
	Avaliação Individual	0	0	0	0	300.889.657	18.725.833	0
Colectiva	218.354	36.883	11.874.158	1.349.622	37.590.461	6.533.953	8.040.037	823.416
Total	218.354	36.883	11.874.158	1.349.622	338.460.118	25.259.786	8.040.037	823.416

31-12-2015	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição		Construção		Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos		Transportes e armazenagem	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
	Avaliação Individual	-	-	8.989.562	1.234.629	227.437.280	16.477.137	-
Colectiva	247.476	35.392	-	-	30.435.656	5.743.365	7.083.702	787.228
Total	247.476	35.392	8.989.562	1.234.629	257.872.936	22.220.502	7.083.702	787.228

31-12-2016	Alojamento, restauração e similares		Atividades de Informação e de comunicação		Atividades Imobiliárias		Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
	Avaliação Individual	0	0	0	0	0	0	0
Colectiva	4.216.799	177.222	1.851.810	110.850	2.199.126	124.044	6.402.215	243.231
Total	4.216.799	177.222	1.851.810	110.850	2.199.126	124.044	6.402.215	243.231

31-12-2015	Alojamento, restauração e similares		Atividades de Informação e de comunicação		Atividades Imobiliárias		Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
	Avaliação Individual	-	-	-	-	1.828.408	134.768	-
Colectiva	3.192.248	190.333	1.909.289	112.495	-	-	5.574.163	343.953
Total	3.192.248	190.333	1.909.289	112.495	1.828.408	134.768	5.574.163	343.953

31-12-2016	Atividades administrativas e dos serviços de apoio		Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória		Educação		Atividades de saúde humana e apoio social	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
	Avaliação Individual	0	0	0	0	0	0	0
Colectiva	13.834.155	3.047.910	20.864	714	1.836.654	33.295	5.476.021	209.099
Total	13.834.155	3.047.910	20.864	714	1.836.654	33.295	5.476.021	209.099

31-12-2015	Atividades administrativas e dos serviços de apoio		Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória		Educação		Atividades de saúde humana e apoio social	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
	Avaliação Individual	-	-	-	-	-	-	-
Colectiva	45.936.776	1.816.229	39.799	255	1.472.498	43.863	5.169.699	180.126
Total	45.936.776	1.816.229	39.799	255	1.472.498	43.863	5.169.699	180.126

31-12-2016	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas		Atividades financeiras e de seguros		Outras atividades de serviços		TOTAL	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
	Avaliação Individual	0	0	0	0	0	0	300.869.657
Colectiva	945.042	27.542	0	0	3.360.381	138.458	113.095.300	13.864.351
Total	945.042	27.542	0	0	3.360.381	138.458	413.964.957	32.590.184

31-12-2015	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas		Atividades financeiras e de seguros		Outras atividades de serviços		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
	Avaliação Individual	-	-	-	-	-	-	238.255.240
Colectiva	674.981	39.078	-	-	3.501.018	1.071.895	118.419.439	11.287.039
Total	674.981	39.078	-	-	3.501.018	1.071.895	356.674.679	29.133.573

c.3) Por geografia:

	2016				2015			
	Portugal		Total		Portugal		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação Individual	300.869.657	18.725.833	300.869.657	18.725.833	238.255.240	17.846.534	238.255.240	17.846.534
Colectiva	1.075.590.132	76.124.830	1.075.590.132	76.124.830	1.046.020.055	89.760.577	1.046.020.055	89.760.577
Total	1.376.459.789	94.850.663	1.376.459.789	94.850.663	1.284.275.295	107.607.111	1.284.275.295	107.607.111

d) Detalhe da carteira de reestruturados por medida de reestruturação aplicada:

Medida	2016								
	Crédito em Cumprimento			Crédito em Incumprimento			Total		
	Nº Operações	Exposição	Imparidade	Nº Operações	Exposição	Imparidade	Nº Operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	606	6.449.692	454.836	102	558.059	473.518	708	7.007.750	928.353
Total	606	6.449.692	454.836	102	558.059	473.518	708	7.007.750	928.353

Medida	2015								
	Crédito em Cumprimento			Crédito em Incumprimento			Total		
	Nº Operações	Exposição	Imparidade	Nº Operações	Exposição	Imparidade	Nº Operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	744	3.708.018	546.106	543	3.322.236	2.923.157	1.287	7.030.254	3.469.263
Total	744	3.708.018	546.106	543	3.322.236	2.923.157	1.287	7.030.254	3.469.263

e) Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado:

45

	31-12-2016	31-12-2015
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	7.030.253	9.270.941
Créditos reestruturados no período	4.476.896	645.382
Juros corridos da carteira reestruturada		-
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	-2.450.904	-2.886.070
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	-2.048.295	-
Outros	-	-
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	7.007.750	7.030.253

f) Distribuição da carteira de crédito por graus de risco internos:

2016				
	GR Baixo	GR Médio	GR Elevado	Sem GR atribuído
Segmentos				
Stock Finance	115 126 447	153 930 101	16 245 272	20 135 774

2015				
Segmento	GR Baixo	GR Médio	GR Elevado	Sem GR atribuído
Stock Finance	42.708.991	95.937.010	29.070.539	59.720.740

O segmento de stock finance é o único para o qual são apurados graus de risco interno.




g) Divulgação dos parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade por segmento:

2016	PD (%)			LGD (%)
	< 30 dias sem indícios	Entre 30 - 90 dias		
	Segmentos			
Auto	1,3%	47,8%	47,3%	
Consumo	0,7%	51,3%	72,6%	

2015	Imparidade		
	PD (%)		
	< 30 dias sem indícios	Entre 30 - 90 dias	LGD (%)
Segmentos			
Auto	2,80%	50,10%	47,20%
Consumo	1,20%	55,80%	63,60%

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a exposição máxima a risco de crédito apresenta o seguinte detalhe:



 46


	2016			Valor de Balanço Líquido
	Valor Nominal	Valor de Balanço Bruto	Provisões e Imparidade	
<i>Patrimoniais</i>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15 637 244	15 637 244	-	15 637 244
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-
Activos Financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Crédito a clientes	1 376 459 789	1 379 284 035	(94 850 663)	1 284 433 372
Outros activos, excluindo encargos diferidos	19 105 484	19 105 484	(10 170 753)	8 934 731
	1 411 202 517	1 414 026 763	(105 021 416)	1 309 005 347
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Garantias prestadas	10 380 167	10 380 167	-	10 380 167
Compromissos perante terceiros	19 105 484	19 105 484	-	19 105 484
	29 485 651	29 485 651	-	29 485 651
	2015			Valor de balanço líquido
	Valor nominal	Valor de balanço bruto	Provisões e Imparidade	
<i>Patrimoniais</i>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	23.832.207	23.832.207	-	23.832.207
Activos Financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Crédito a clientes	1.284.275.295	1.287.023.402	(107.607.111)	1.179.416.291
Outros activos, excluindo encargos diferidos	14.559.994	14.559.994	(11.433.174)	3.126.820
	1.322.667.496	1.325.415.603	(119.040.285)	1.206.375.318
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Garantias prestadas	2.149.558	2.149.558	-	2.149.558
Compromissos perante terceiros	58.092.293	58.092.293	-	58.092.293
	60.241.851	60.241.851	-	60.241.851

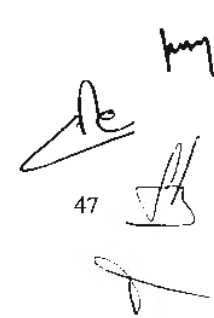
Nos quadros apresentados acima, a linha Crédito a clientes não inclui encargos diferidos, nos montantes de 50.712.927 euros 36.072.218 euros em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respetivamente (Nota 8).

Qualidade de crédito dos ativos financeiros

O acompanhamento e monitorização dos processos de gestão do risco de crédito do Banco são assegurados por uma estrutura interna com competências atribuídas para o efeito, sendo efetuada ao nível da concessão, acompanhamento e recuperação de operações de crédito a empresas e particulares pela Direção de Risco e Recuperação. A análise e evolução da atividade da Direção de Risco e Recuperação são por sua vez avaliadas regularmente em Comité de Direção do Banco.

O processo de concessão de crédito encontra-se suportado em modelos de avaliação de risco desenvolvidos internamente (modelos de "rating" e de "scoring") e complementados, sempre que aplicável, pela avaliação efetuada pela Direção de Risco aos dados financeiros e económicos do cliente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a composição das operações de crédito concedido em regime de Vendas a crédito, Locação financeira e Aluguer de longa duração, apresenta o seguinte detalhe:


 47

	2016		
	Capital vincendo	Capital e juros vencidos	Exposição total
Vendas a crédito			
Créditos sem incumprimento	815.545.275	61.225	815.606.500
Créditos com incumprimento	26.336.091	712.623	27.048.714
Créditos em default	1.572.243	49.729.607	51.301.850
	<u>843.453.609</u>	<u>50.503.455</u>	<u>893.957.064</u>
Locação financeira			
Créditos sem incumprimento	54.626.048	2.429	54.628.477
Créditos com incumprimento	2.003.754	65.916	2.069.669
Créditos em default	110.248	3.899.658	4.009.906
	<u>56.740.050</u>	<u>3.968.002</u>	<u>60.708.052</u>
Aluguer de longa duração			
Créditos sem incumprimento	94.224.372	2.800	94.227.173
Créditos com incumprimento	2.363.798	89.908	2.453.706
Créditos em default	115.158	4.790.981	4.906.139
	<u>96.703.328</u>	<u>4.883.690</u>	<u>101.587.018</u>
Total	<u>996.896.987</u>	<u>59.355.147</u>	<u>1.056.252.134</u>

	2015		
	Capital vincendo	Capital e juros vencidos	Exposição total
Vendas a crédito			
Créditos sem incumprimento	737.068.529	12.899	737.081.428
Créditos com incumprimento	31.896.487	925.259	32.821.746
Créditos em default	4.236.346	56.152.547	60.388.893
	<u>773.201.362</u>	<u>57.090.705</u>	<u>830.292.067</u>
Locação financeira			
Créditos sem incumprimento	60.150.340	1.019	60.151.359
Créditos com incumprimento	2.911.334	140.585	3.051.919
Créditos em default	333.172	6.253.210	6.586.382
	<u>63.394.846</u>	<u>6.394.813</u>	<u>69.789.659</u>
Aluguer de longa duração			
Créditos sem incumprimento	128.812.060	895	128.812.955
Créditos com incumprimento	4.137.661	136.257	4.273.918
Créditos em default	425.750	4.153.008	4.578.758
	<u>133.375.471</u>	<u>4.290.160</u>	<u>137.665.631</u>
Total	<u>969.971.679</u>	<u>67.775.678</u>	<u>1.037.747.357</u>




Na preparação dos quadros apresentados acima, a classificação das operações foi efetuada de acordo com a seguinte metodologia:

- "Créditos sem incumprimento" – créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 11 dias;
- "Créditos com incumprimento" – créditos com saldos vencidos entre 11 dias e 90 dias;
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias.

Nos exercícios de 2016 e 2015, as operações de crédito concedidas a clientes pelo Banco encontram-se garantidas, entre outras, pelos seguintes tipos de colaterais:

- (i) Garantias bancárias, usualmente associadas a operações de "factoring" com concessionários;
- (ii) Regime de reserva de propriedade em operações de vendas a crédito para aquisição de viaturas;
- (iii) Garantias hipotecárias; e
- (iv) Garantias pessoais (livrança, aval, outros).

Risco de liquidez



 48


Risco de liquidez corresponde ao risco do Banco apresentar dificuldades na obtenção dos recursos financeiros de que necessita para cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode consubstanciar-se, por exemplo, na incapacidade de alienar de forma célere um instrumento financeiro por um montante representativo do seu justo valor.

No âmbito das políticas internas do Banco no que respeita à exposição a risco de liquidez, o respetivo acompanhamento e monitorização é assegurado em sede de Comité de Ativos e Passivos ("Asset Liabilities Committee" – ALCO). De acordo com os procedimentos em vigor, o financiamento da atividade é preferencialmente assegurado junto do Grupo Santander, dispondo o Banco de limites de descoberto autorizado negociados para este efeito.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os "cash flows" contratuais não descontados relativos aos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição por intervalos de maturidade:

	2016						Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Activo							
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	10 023 200	-	-	-	-	-	10 023 200
Disponibilidades em outras Instituições de crédito	15 637 244	-	-	-	-	-	15 637 244
Crédito a clientes (saldos brutos)	-	355 482 837	215 826 122	439 538 501	271 584 661	217 136 073	1 499 568 193
<i>Vendas a crédito</i>	-	42 613 473	175 196 771	369 599 332	235 908 166	204 748 733	1 028 066 475
<i>Locação financeira mobiliária</i>	-	3 810 181	15 917 002	27 824 319	12 692 996	3 327 944	63 572 442
<i>Factoring</i>	-	261 722 481	1 059 407	-	-	-	262 781 888
<i>Aluguer de longa duração</i>	-	8 233 012	23 652 942	42 114 850	22 983 499	9 059 396	106 043 699
<i>Cortões de crédito</i>	-	8 616 374	-	-	-	-	8 616 374
<i>Créditos em Conta Corrente</i>	-	30 487 279	-	-	-	-	30 487 279
<i>Outros créditos</i>	-	36	-	-	-	-	36
	25 660 444	355 482 837	215 826 122	439 538 501	271 584 661	217 136 073	1 525 228 637
Passivo							
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	(216 000 000)	(189 000 000)	-	(405 000 000)
Recursos de Outras Instituições de Crédito	-	(168 364 917)	(189 425 319)	(344 412 811)	(51 000 616)	-	(753 203 663)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(7 623 456)	-	-	-	-	-	(7 623 456)
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-
<i>Credores por contratos de factoring</i>	-	(33 758 477)	-	-	-	-	(33 758 477)
<i>Coupons recebidas - contratos de ALD</i>	-	(327 394)	(1 889 358)	(5 486 380)	(6 334 252)	(4 500 217)	(18 537 601)
	(7 623 456)	(202 450 789)	(191 314 677)	(565 899 191)	(246 334 868)	(4 500 217)	(1 218 123 198)
DIFERENCIAL	18 036 988	153 032 048	24 511 445	(126 360 690)	25 249 793	212 635 855	307 105 439
2015							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activo							
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	15 071 921	-	-	-	-	-	15 071 921
Disponibilidades em outras Instituições de crédito	23 832 207	-	-	-	-	-	23 832 207
Crédito a clientes (saldos brutos)	194 995 281	108 133 098	230 211 632	426 702 697	249 341 667	174 977 697	1 384 362 072
<i>Vendas a crédito</i>	-	42 419 362	173 634 771	347 329 417	213 673 524	162 071 912	939 128 986
<i>Locação financeira mobiliária</i>	-	4 463 550	17 742 868	31 778 494	12 968 881	3 744 814	70 698 607
<i>Factoring</i>	171 914 554	34 641 324	836 102	-	-	-	207 391 980
<i>Aluguer de longa duração</i>	-	26 608 862	37 997 851	47 594 786	22 699 262	9 160 971	144 061 772
<i>Cortões de crédito</i>	9 901 489	-	-	-	-	-	9 901 489
<i>Créditos em Conta Corrente</i>	13 179 202	-	-	-	-	-	13 179 202
<i>Outros créditos</i>	36	-	-	-	-	-	36
	233 899 405	108 133 098	230 211 632	426 702 697	249 341 667	174 977 697	1 423 266 200
Passivo							
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	(405 570 938)	-	-	(405 570 938)
Recursos de Outras Instituições de Crédito	(98 016 805)	(11 093 097)	(147 611 454)	(318 255 248)	(41 756 223)	(30 278 288)	(647 011 115)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3 623 791)	-	-	-	-	-	(3 623 791)
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-
<i>Credores por contratos de factoring</i>	-	(4 913 997)	-	-	-	-	(4 913 997)
<i>Coupons recebidas - contratos de ALD</i>	-	(273 760)	(2 592 591)	(5 897 234)	(5 159 804)	(4 030 709)	(17 954 098)
	(101 640 597)	(16 280 854)	(150 204 045)	(729 723 420)	(46 916 027)	(34 308 997)	(1 079 073 940)
DIFERENCIAL	132 258 812	91 852 244	80 007 587	(303 020 723)	202 425 640	140 668 700	344 192 260

Na preparação dos quadros acima foram considerados fluxos de caixa projetados de capital e juros, pelo que os valores apresentados não são diretamente comparáveis com os saldos contabilísticos nessas datas.

Adicionalmente, na elaboração da informação apresentada acima, foram igualmente utilizados os seguintes pressupostos:

49

- Os descobertos em depósitos à ordem de clientes e o crédito concedido através de cartão de crédito, registados na rubrica "Crédito a clientes", foram classificados no intervalo temporal "À vista";
- Os fluxos de capital projetados relativos à rubrica de "Crédito a clientes" não incluem o crédito vencido;
- Os depósitos à ordem de clientes registados na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" foram classificados no intervalo temporal "À vista"; e
- Relativamente a operações cuja remuneração se encontra indexada à Euribor, os fluxos financeiros apresentados foram estimados com base nas taxas de referência em vigor em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respetivamente.

No final de 2016 e 2015, o financiamento obtido no Eurosistema cifrava-se em 405 milhões de euros. Por sua vez, a carteira de ativos elegíveis como garantia nas operações de financiamento junto do Eurosistema ascendia a 509,4 milhões de euros. No final de 2016, o Banco mantinha um *buffer* de liquidez no Eurosistema de 23,99 milhões de euros suscetíveis de serem convertidos em liquidez.




Risco de taxa de Juro

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterarem em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser demonstrada do seguinte modo:

	31-12-2016				
	Taxa fixa	Taxa variável	Subtotal	Outros	Total
Activa					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	10.000.553	22.647	10.023.200	-	10.023.200
Disponibilidades em outras instituições de crédito	34.509	15.602.735	15.637.244	-	15.637.244
Crédito a clientes (saldo bruto)	722.179.952	577.612.857	1.299.792.809	130.204.153	1.429.996.963
	<u>732.215.014</u>	<u>593.238.239</u>	<u>1.325.453.253</u>	<u>130.204.153</u>	<u>1.455.657.407</u>
Passivos					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	(921.716.319)	(220.000.000)	(1.141.716.319)	(3.049.068)	(1.144.765.387)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(7.623.456)	(7.623.456)	-	(7.623.456)
Passivos subordinados	-	-	-	-	-
Outros passivos	(18.537.601)	(33.758.477)	(52.296.079)	-	(52.296.079)
	<u>(940.253.921)</u>	<u>(261.381.933)</u>	<u>(1.201.635.854)</u>	<u>(3.049.068)</u>	<u>(1.204.684.922)</u>
Instrumentos financeiros derivados de cobertura (valor notional)	(11.500.000)	11.500.000	-	-	-
Exposição Líquida	<u>(219.538.907)</u>	<u>343.356.306</u>	<u>123.817.399</u>	<u>127.155.086</u>	<u>250.971.485</u>
31-12-2015					
	Taxa fixa	Taxa variável	Subtotal	Outros	Total
Activa					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	15 050 416	21 505	15 071 921	-	15 071 921
Disponibilidades em outras instituições de crédito	12 741	23 819 466	23 832 207	-	23 832 207
Crédito a clientes (saldo bruto)	655 373 102	545 071 284	1 200 444 386	122 651 233	1 323 095 619
	<u>670 436 259</u>	<u>568 912 255</u>	<u>1 239 348 514</u>	<u>122 651 233</u>	<u>1 361 999 747</u>
Passivos					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	(993 016 805)	(40 000 000)	(1 033 016 805)	(4 697 686)	(1 037 714 491)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(3 623 791)	(3 623 791)	-	(3 623 791)
Passivos subordinados	-	-	-	-	-
Outros passivos	(17 954 098)	(4 913 042)	(22 867 140)	-	(22 867 140)
	<u>(1 010 970 903)</u>	<u>(48 536 833)</u>	<u>(1 059 507 736)</u>	<u>(4 697 686)</u>	<u>(1 064 205 422)</u>
Instrumentos financeiros derivados de cobertura (valor notional)	(44 000 000)	44 000 000	-	-	-
Exposição Líquida	<u>(384 534 644)</u>	<u>564 375 422</u>	<u>179 840 778</u>	<u>117 953 547</u>	<u>297 794 325</u>

Na preparação do quadro acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

 
50 

- Os recursos de clientes e o depósito colateral em Bancos Centrais, não remunerados, foram classificados na coluna de "taxa variável".
- A coluna "Outros" inclui os seguintes saldos:
 - . Saldos vencidos de crédito concedido a clientes;
 - . Outros valores recebidos ou pagos que se encontram a ser diferidos; e
 - . Juros a receber ou a pagar.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o impacto na margem financeira projetada do Banco de uma deslocação paralela das curvas de taxa de juro de 100 (basis point value) que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações da taxa de juro cujo repricing ocorra em 2016 e 2015, respetivamente, é o seguinte:

	2016		2015	
	-100bps	+100bps	-100bps	+100bps
Juros e rendimentos similares	-	6.155.328	-	3.400.069
Juros e encargos similares	-	(3.877.307)	-	(2.453.025)
Margem financeira	-	2.278.021	-	947.044

Exposição ao risco estrutural de taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o gap de *repricing* (de taxa de juro) acumulado é o seguinte:

Posição estrutural, em 31 de dezembro de 2016								Valores em Euros	
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 anos	Até 2 anos	Até 3 anos	Até 5 anos	> 5 anos	
GAP acumulado	-157.498	-335.930	-318.785	-330.859	-61.907	-152.729	-70.535	-186.215	

Posição estrutural, em 31 de dezembro de 2015								Valores em Euros	
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 anos	Até 2 anos	Até 3 anos	Até 5 anos	> 5 anos	
GAP acumulado	-287.672	-529.557	-456.763	-537.102	-521.015	-65.559	-152.624	-216.698	

Relativamente aos instrumentos financeiros de taxa fixa cujo vencimento ocorra em 2016 e 2015, os valores acima apresentados consideram a sua substituição por instrumentos semelhantes, cuja remuneração é calculada de acordo com a curva de taxas de juro projetadas para cada exercício. Considerando que a atual curva de taxa de juro é negativa, qualquer cenário de descida de taxas não terá qualquer impacto.

Risco Cambial

O risco cambial não assume qualquer expressão no contexto global dos riscos inerentes à atividade, dado que o Banco não tem qualquer operação cambial, sendo o negócio comercial desenvolvido e o passivo, ambos denominados em euros, pelo que não é alocado capital próprio para fazer face a esta categoria de risco.

Justo Valor

O justo valor dos instrumentos financeiros é estimado sempre que possível recorrendo a cotações em mercado ativo. Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, quando é

acedido por contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efetuam transações de forma regular.

A valorização de instrumentos financeiros para os quais não existam cotações em mercado ativo é descrita nos pontos seguintes:

- a) Instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor (instrumentos financeiros derivados):

As transações de derivados financeiros, sob a forma de contratos sobre taxas de juro são efetuadas em mercados de balcão (*OTC – Over-The-Counter*). Para as operações de derivados *OTC (swaps)* a respetiva avaliação é calculada com base em métodos geralmente aceites, nomeadamente, a partir do valor atual dos fluxos futuros (*cash flows*), com base na curva de taxa de juro relevante, vigente no momento do cálculo.

Os instrumentos financeiros derivados foram contratados com contrapartes com as quais o Banco mantém acordos de colateralização. Desta forma, não são sujeitos a ajustamentos para o risco de crédito, na medida em que o mesmo se encontra mitigado.

As técnicas de valorização utilizam como *inputs* variáveis representativas das condições de mercado à data das demonstrações financeiras.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros (ex: Bloomberg, Reuters), e ajustadas em função da liquidez e do risco de crédito.

As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.




Para efeitos de apresentação nesta nota, os instrumentos financeiros detidos pelo Banco e registados no balanço ao justo valor (derivados), são classificados no Nível 2 da hierarquia prevista na norma IFRS 13, na medida em que são utilizados modelos internos que utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado (como por exemplo curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio).

- b) Instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado, o Banco calcula o respetivo justo valor com recurso a métodos internos, com o objetivo de apurar o desvio entre os dois métodos de valorização. Na comparação entre o custo amortizado e o justo valor, estes instrumentos financeiros são apresentados no nível 3, na medida em que se considera que o seu justo valor dependeria de dados relevantes não observáveis em mercado. Os instrumentos exigíveis à vista (caixa e disponibilidades em Bancos Centrais, disponibilidades em outras instituições de crédito e recursos de clientes e outros empréstimos) são apresentados no Nível 1.

Refira-se que o justo valor apresentado pode não corresponder ao valor de realização destes instrumentos financeiros num cenário de venda ou de liquidação, não tendo sido apurado com esse objetivo.

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos instrumentos financeiros, com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

 
52


	2016					
	Metodologia de apuramento de justo valor					
	Técnicas de valorização					
	Valor de balanço	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Dados de mercado (Nível 2)	Modelos (Nível 3)	Justo valor	Diferença
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	10.023.200	10.023.200	-	-	10.023.200	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15.637.244	15.637.244	-	-	15.637.244	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Crédito a clientes	1.335.146.299	-	-	1.358.617.467	1.358.617.467	23.471.168
Derivados de negociação	-	-	-	-	-	-
Investimentos deidos até à Maturidade	-	-	-	-	-	-
	1.360.806.743	25.660.444	-	1.358.617.467	1.384.277.911	23.471.168
Passivo						
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	1.144.765.387	-	-	1.143.259.450	1.143.259.450	1.505.937
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.623.456	7.623.456	-	-	7.623.456	-
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Derivados de negociação	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	33.010	-	33.010	-	33.010	-
	1.152.421.853	7.623.456	33.010	1.143.259.450	1.150.915.916	1.505.937

	2015					
	Metodologia de apuramento de justo valor					
	Técnicas de valorização					
	Valor de balanço	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Dados de mercado (Nível 2)	Modelos (Nível 3)	Justo valor	Diferença
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	15.071.921	15.071.921	-	-	15.071.921	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	23.832.207	23.832.207	-	-	23.832.207	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Crédito a clientes	1.215.488.509	-	-	1.233.708.729	1.233.708.729	18.220.220
Derivados de negociação	-	-	-	-	-	-
Investimentos deidos até à Maturidade	-	-	-	-	-	-
	1.254.392.637	38.904.128	-	1.233.708.729	1,272.617.857	18.220.220
Passivo						
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	1.037.714.491	-	-	1.006.414.868	1,006.414.868	26.601.937
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.623.791	3.623.791	-	-	3,623.791	-
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Derivados de negociação	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	249.138	-	249.138	-	249.138	-
	1.041.587.420	3,623.791	249.138	1,006.414.868	1,010.287.797	26.601.937

As técnicas de valorização utilizadas têm por base as condições de mercado aplicáveis a operações similares na data de referência das demonstrações financeiras, nomeadamente o valor dos respetivos cash flows descontados com base nas taxas de juro consideradas mais apropriadas, ou seja:

- Relativamente a saldos de instrumentos financeiros exigíveis a menos de um ano, considerou-se que o valor de balanço constituía uma aproximação fiável do seu justo valor;
- Nas restantes operações com clientes, foram utilizadas as taxas de juro médias praticadas pelo Banco no último trimestre de 2016 e 2015, respetivamente, para operações com características semelhantes; e
- O justo valor do Crédito a clientes encontra-se ajustado pelo montante de perdas por imparidade acumuladas, registado nas contas consolidadas.

Contabilidade de Cobertura

O Banco aplica Contabilidade de Cobertura de justo valor para carteiras de crédito a clientes a taxa fixa. Os instrumentos utilizados para o efeito são swaps de taxa de juro. A aplicação de Contabilidade de Cobertura permite eliminar o "accounting mismatch" que resultaria do reconhecimento ao custo amortizado dos elementos cobertos, enquanto os instrumentos de cobertura (instrumentos financeiros derivados) teriam de ser obrigatoriamente registados ao justo valor através de resultados. O valor dos instrumentos financeiros cobertos é a parcela de cash-flows das operações que iguala os cash-flows dos swaps contratados.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor de balanço dos elementos cobertos e o justo valor dos instrumentos de cobertura associados têm a seguinte composição:

Tipo de Cobertura de justo valor	2016						
	Elementos Cobertos			Instrumentos de Cobertura			
	Montante nominal	Correções de valor	Total	Montante nominal	Juros e Prêmios	Reavaliação	Justo Valor
Crédito a Clientes	11.500.000	27.902	11.527.902	11.500.000	(7.219)	(25.790)	33.010

Tipo de Cobertura de justo valor	2015						
	Elementos Cobertos			Instrumentos de Cobertura			
	Montante nominal	Correções de valor	Total	Montante nominal	Juros e Prêmios	Reavaliação	Justo Valor
Crédito a Clientes	44.000.000	247.130	44.247.130	44.000.000	(22.968)	(226.170)	249.138

Nos exercícios de 2016 e 2015, os resultados em operações financeiras reconhecidos nos instrumentos financeiros derivados de cobertura e nos elementos cobertos foram os seguintes (Nota 25):

	2016	2015
Elementos cobertos – crédito a clientes	200.379	365.933
Instrumentos de cobertura – swaps de taxa de juro	(219.228)	(408.941)
	-----	-----
	(18.849)	(43.008)
	=====	=====




33. GESTÃO DE CAPITAL

A gestão de capital realizada pelo Banco no âmbito da sua atividade encontra-se sujeita à disciplina e disposições da Diretiva 2013/36/EU e do Regulamento EU n.º 575/2013, aprovados pelo Parlamento europeu e pelo Conselho (CRDIV/CRR), que entraram em vigor a 1 de janeiro de 2014, e o Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2013, enquanto entidade de supervisão do sistema financeiro nacional.

Ainda em matéria de regulação prudencial, dado o Banco fazer parte integrante do Grupo Banco Santander encontra-se sujeito à supervisão do Banco Central Europeu no âmbito do Mecanismo Único de Supervisão, definido pelo Regulamento (EU) n.º 1024/2013.

Nas atribuições conferidas pelo Mecanismo Único de Supervisão, o Banco Central Europeu definiu para o Banco o nível mínimo para os Fundos Próprios Principais de nível 1 (Common Equity Tier 1) o valor de 9,75%.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o apuramento do rácio de solvabilidade do Banco apresenta a seguinte composição:



 54


	31-dez-2016	31-dez-2015
Capital realizado	66 592 947	66 592 947
Prémios de Emissão	12 790 664	12 790 664
Reservas legais, estatutárias e outras	44 378 525	40 624 725
Resultados transitados	12 982 216	14 310 689
Outras deduções líquidas aos Fundos Próprios de Base	(3 061 758)	(1 563 279)
Fundos próprios de Base elegíveis (1)	133 682 593	132 755 746
Empréstimos subordinados	-	-
Investimentos em filiais	-	-
Fundos próprios de complementares elegíveis (2)	0	0
Fundos próprios elegíveis (1+2)	133 682 593	132 755 746
Requisitos de Fundos Próprios	93 200 392	88 492 359
Rácio de Solvabilidade	11,47%	12,00%
Rácio "Core Tier I"	11,47%	12,00%

34. RESULTADOS POR AÇÃO

O quadro seguinte apresenta o resultado básico por ação:

	31-dez-16	31-dez-15
Numerador		
Numerador: Resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco (em euros)	24.450.944	18.425.329
Denominador		
Ações ordinárias emitidas:		
Nº no início do ano	66.592.947	66.592.947
Nº de novas ações emitidas no ano	-	-
Nº no fim do ano	66.592.947	66.592.947
Nº médio ponderado de ações	66.592.947	66.592.947
Ações Próprias, nº médio ponderado	-	-
Denominador: nº médio ponderado de ações, deduzido de ações próprias	66.592.947	66.592.947
Resultado líquido consolidado por ação básico (em euros)	0,37	0,28

35. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

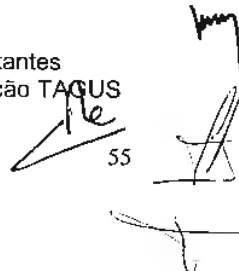
Operação de titularização SILK 4

Em 16 de novembro de 2015, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos denominada Silk Finance No.4, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária com valor vincendo àquela data de 611.022.649 euros. Estas operações foram alienadas ao seu valor nominal de 611.022.649 euros à sociedade de titularização de créditos TAGUS S.T.C., S.A..

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o valor nominal dos créditos titularizados ascendia a 610.928.330 Euros e 611.007.729 Euros, respetivamente.

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues à sociedade de titularização TAGUS

55



S.T.C., S.A., sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada com uma periodicidade trimestral sobre o valor global dos créditos que integram a sociedade de titularização, com base numa taxa anual de 1%.

O financiamento do Silk Finance No.4 foi assegurado através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação, de rating e consequentemente de remuneração. Em 31 de dezembro de 2016, a dívida emitida por esta entidade apresenta as seguintes características:

Obrigações	Valor Nominal	Data de Maturidade	Rating S&P / DBRS	Remuneração
Classe A	509 400 000	Janeiro de 2031	A / A	1,20%
Classe B	101 500 000	Janeiro de 2031	Not rated	2,40%
Classe C	3 700 000	Janeiro de 2031	Not rated	Residual
Variable Funding Note	1	Janeiro de 2031	Not rated	NA
	<u>614 600 001</u>			

As obrigações emitidas foram totalmente adquiridas pelo Banco).

O pagamento de juros das obrigações da classe A e da classe B bem como a distribuição do montante residual da classe C são efetuados trimestralmente em 25 de janeiro, 25 de abril, 25 de julho e 25 de outubro de cada ano.

O Banco mantém a sua qualidade de gestor dos créditos e, consequentemente, a relação comercial com os seus clientes, efetuando as cobranças das prestações e a recuperação de eventuais moras que ocorram. O produto da cobrança das prestações é mensalmente depositado numa conta da sociedade de titularização de créditos junto do BNP Paribas em Londres.

O produto das cobranças de capital entregues é utilizado pela sociedade de titularização de créditos para, numa base mensal, proceder à aquisição de novos créditos. Este procedimento manter-se-á até 25 de janeiro de 2019, definido como último o IPD (*Interest Payment Date*) do "Revolving Period", a partir da qual a operação iniciará a sua amortização. Ou seja, a parte de capital não utilizada para aquisição de novos créditos e, por este motivo, acumulada na conta operacional da sociedade de titularização de créditos, começará a ser utilizada para proceder trimestralmente ao reembolso por redução do valor nominal das obrigações.




O Banco detém a opção de liquidar antecipadamente as obrigações emitidas e de recomprar a carteira de crédito ao valor nominal quando esta for igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco tinha entregue, como colateral, obrigações da Classe A com valor nominal de 509.400.000 euros ao Banco Central Europeu, no âmbito de operações de financiamento (Notas 14 e 22).

Tal como referido na Nota 2.3 a), o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas, a entidade de propósito especial (S.P.E.), criada no âmbito da operação de titularização acima descrita, dado que exerce sobre a mesma um controlo financeiro e operacional efetivo e detém a totalidade dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade (Nota 4).

Os créditos relativos à operação de titularização foram registados no balanço, e as obrigações emitidas pelo veículo de titularização, que são totalmente detidas pelo Banco, foram anuladas no processo de consolidação.

36. OUTRAS DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

 
56


Seguros

O Banco, para além da sua atividade principal de concessão de crédito, exerce também a atividade de Mediação de Seguros, estando registado na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF") na categoria de Mediador de Seguros com o número 408262671.

Conforme requerido pela Norma Regulamentar nº. 15/2009-R de 30 de dezembro, da ASF, artigo 4º nº1, apresenta-se em seguida a informação aplicável ao Banco:

Alínea a) - Reconhecimento dos proveitos

As comissões de seguros recebidas pelo Banco de companhias de seguros respeitam a comissões relativas a prémios de seguro cobrados a clientes no âmbito de contratos de financiamento. O Banco reconhece estas comissões na demonstração de resultados na data de vencimento dos prémios de seguro. Em caso de rescisão antecipada do crédito associado ou caso o cliente decida renunciar à apólice de seguro, a parte remanescente do prémio é devolvida ao cliente e o Banco reconhece na demonstração de resultados a anulação da comissão correspondente. De referir que o Banco regista anualmente uma estimativa dos custos a incorrer com estas situações.

Adicionalmente, o Banco recebe uma comissão de qualidade sobre a totalidade da carteira, caso a sinistralidade da carteira seja menor do que a sinistralidade esperada. A comissão de qualidade é calculada, produto a produto, em função da respetiva contribuição no resultado global. No caso de o resultado ser negativo, este valor acumula para exercícios posteriores.

Alínea b) - Total das remunerações recebidas, desagregadas por natureza e por tipo:

Nos exercícios de 2016 e 2015, a totalidade das remunerações recebidas pelo Banco relacionadas com a atividade de mediação de seguros corresponderam a comissões, e foram integralmente liquidadas em numerário.

Alíneas c) e d) - Total de comissões desagregadas por ramos e por seguradoras

Nos exercícios de 2016 e 2015, as remunerações do Banco relativas a comissões de colocação de seguros apresentam a seguinte composição:

Código ISP	Companhia de Seguros	2016			2015		
		Ramo		Total	Ramo		Total
		Vida	Não Vida		Vida	Não Vida	
1138	Cardif Assurance Vie	9.182.306		9.182.306	8.927.935		8.927.935
4850	PSA Insurance	264.274		264.274			
1139	Cardif Assurance Risques Divers		487.070	487.070		631.640	631.640
1145	Mapfre Seguros Gerais, SA		495.065	495.065		920.685	920.685
	Outros		477.553	477.553		560.855	560.855
		<u>9.446.580</u>	<u>1.459.688</u>	<u>10.906.268</u>	<u>8.927.935</u>	<u>2.113.181</u>	<u>11.041.116</u>

Alínea e) - Valores das contas "clientes" e volume movimentado no ano

O volume movimentado no ano de 2016 e 2015 relativo a prémios de seguros pagos por clientes e entregues a Seguradoras ascendeu a 15.207.637 euros e 15.857.403 euros, respetivamente. Dado ser uma instituição financeira, o Banco entende não ser necessária a utilização de contas "clientes" segregadas para o registo de prémios de seguros movimentados.

Alínea f) - Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas contas apresentam a seguinte composição:

Contas a receber

2016

2015

· Clientes – prémios vencidos	2.320.547	2.268.437
· Outros ativos – rendas em cobrança	37.146	26.756
	<u>2.357.693</u>	<u>2.295.193</u>
	=====	=====
Contas a pagar		
· Companhias de seguros (Nota 18)	(777.536)	(1.481.467)
	=====	=====

Alinea g) – Segregação dos valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

As contas a receber e as contas a pagar referidas na alínea anterior apresentam a seguinte composição:

	2016		2015	
	Contas a Receber	Contas a Pagar	Contas a Receber	Contas a Pagar
i) Fundos recebidos com vista e serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	-	-2.816.466	-	-6.831.243
ii) Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	2.357.693	-	2.295.193	-
iii) Fundos que forem confiados ao Banco pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para os tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	-	-	-	-
iv) Remunerações respeitantes a prémios já cobrados e por cobrar	-	2.038.931	-	5.349.777
v) Outras quantias com indicação da sua natureza	-	-	-	-
	<u>2.357.693</u>	<u>-777.536</u>	<u>2.295.193</u>	<u>-1.481.467</u>

Alinea h) - Análise da idade das contas a receber vencidas à data de relato mas sem imparidade e das contas a receber individualmente consideradas com imparidade

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os montantes de prémios de seguros vencidos encontravam-se classificados na rubrica "Crédito e juros vencidos" (Nota 8) e apresentam a antiguidade que se evidencia no quadro abaixo. Nessas datas, a imparidade registada pelo Banco para estes saldos ascendia a 2.110.153 euros e 2.040.341 euros, respetivamente.

	2016	2015
Até 30 dias	96	5.976
Entre 30 e 90 dias	6.460	4.204
Entre 90 e 180 dias	6.543	202.905
Entre 180 dias e 2 anos	48.288	34.985
Acima de 2 anos	<u>2.259.160</u>	<u>2.020.367</u>
Provisões Crédito Vencido	<u>2.320.547</u>	<u>2.268.437</u>
Provisões crédito vencido e imparidade	<u>-2.110.153</u>	<u>-2.040.341</u>
	<u>210.394</u>	<u>228.096</u>

Alineas i), j), k) e l)

Não se aplicam ao Banco.



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o Banco), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.400.627.742 euros e um total de capital próprio de 161.195.298 euros, incluindo um resultado líquido de 24.450.944 euros), a demonstração dos resultados e de outro rendimento integral consolidados, a demonstração das alterações no capital próprio consolidado e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Banco nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

1. Perdas por imparidade de crédito a clientes

Divulgações relacionadas com as perdas por imparidade de crédito a clientes apresentadas nas notas 2.3 e), 8 e 16 das demonstrações financeiras do Banco.

A significativa expressão da rubrica de crédito a clientes, bem como as perdas por imparidade que lhe estão associadas, e cujo apuramento requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos por parte do Conselho de Administração do Banco no que respeita à identificação, quer do momento do reconhecimento quer do correspondente montante, justifica que esta tenha constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Em 31 de dezembro de 2016, o valor bruto de crédito a clientes ascende a 1.429.996.962 euros (2015: 1.323.095.620 euros) e as perdas por imparidade ascendem a 94.850.663 euros (2015: 107.607.111 euros).

As perdas por imparidade são apuradas pelo Conselho de Administração do Banco em termos individuais, através de uma análise casuística de uma componente significativa do total da carteira de crédito a clientes, sendo que para o remanescente da carteira, a imparidade é apurada em análise coletiva, nos termos seguintes:

- Para o segmento de crédito concedido a empresas, na vertente específica de apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de *stocks*, o Banco aplica um processo de análise individual dos clientes que apresentem exposições mais significativas, avaliadas em termos do montante das suas responsabilidades, da existência de indícios de incumprimento e da sua classificação de vigilância nos termos dos critérios definidos para fins internos pelo Banco. Nestes casos, a imparidade é apurada através da análise que é efetuada com base na informação de risco (ratings) e recuperações esperadas (LGD).

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram o levantamento e a revisão dos processos e controlos instituídos pelo Banco no que se refere à aprovação, registo e monitorização do crédito concedido a clientes, bem como a apreciação das metodologias, dos dados e dos pressupostos adotados pelo Conselho de Administração no apuramento das perdas por imparidade. Estes procedimentos abrangeram, entre outros, o teste detalhado aos controlos e procedimentos de gestão do risco de crédito pelo Banco, com particular ênfase nos controlos internos subjacentes à atempada identificação, registo e correta mensuração das perdas por imparidade.

Neste âmbito, testámos o desenho e a eficácia operacional dos controlos chave instituídos pelo Banco para identificar clientes com indícios de imparidade ou em situação de incumprimento e determinar as correspondentes perdas por imparidade. Os procedimentos e controlos testados compreenderam os relacionados com: (i) a atempada identificação dos clientes com indícios de imparidade ou em situação de incumprimento; (ii) a conversão de dados dos sistemas informáticos de base para os modelos de cálculo de imparidade e os resultados destes para as demonstrações financeiras do Banco; (iii) o próprio cálculo do modelo de imparidade definido pelo Banco, incluindo os *inputs* e pressupostos do Conselho de Administração; (iv) a estimativa do valor recuperável dos colaterais; e (v) o governo interno associado ao processo de apuramento e aprovação das perdas por imparidade.

Adicionalmente, por amostragem, analisámos um conjunto de clientes (incluindo alguns que

A

Matérias relevantes de auditoria

- Para os restantes segmentos da carteira de crédito, e para as exposições não abrangidas pela análise individual, o Banco desenvolveu e aplica um modelo de análise coletiva para apuramento das perdas por imparidade. Quando um grupo de ativos financeiros é avaliado numa base coletiva, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais desses ativos e os dados históricos relativos a perdas em ativos com características de risco de crédito similares.

Síntese da abordagem de auditoria

não estavam identificados pelo Conselho de Administração como tendo indícios de imparidade ou encontrando-se em situação de incumprimento), com o objetivo de obter o nosso próprio julgamento sobre a existência de indícios de imparidade, e avaliar de que forma as perdas por imparidade foram atempadamente identificadas e reconhecidas pelo Banco.

Relativamente aos clientes analisados individualmente pelo Banco, para uma amostra representativa dessa carteira de crédito, os procedimentos desenvolvidos consistiram em: (i) rever a documentação associada ao processo de concessão de crédito; (ii) analisar o suporte contratual e os colaterais mais relevantes, e confirmar o registo desses colaterais a favor do Banco; (iii) desafiar as avaliações dos colaterais que se encontravam disponíveis; (iv) apreciar a evolução das exposições; e (v) desafiar a visão dos responsáveis do Banco quanto à situação económico-financeira dos clientes e quanto à previsão de fluxos de caixa esperados do negócio dos clientes, bem como sobre as perspetivas de cobrabilidade dos créditos. Sempre que concluimos pela necessidade de revisão de algum *input* ou pressuposto utilizado pelo Conselho de Administração, procedemos a um novo cálculo do montante de imparidade e comparámos os resultados por forma a avaliar a existência de eventuais divergências.

Para a carteira cuja imparidade é apurada através do modelo de análise coletiva, testámos uma amostra de *inputs* do modelo definido pelo Banco e avaliámos a própria metodologia de cálculo. Para esse efeito, desenvolvemos um conjunto de procedimentos específicos com o objetivo de avaliar de que forma os pressupostos considerados pelo Conselho de Administração, para efeitos do modelo de imparidade, contemplavam as variáveis de risco por comparação ao histórico de desempenho e recuperações da carteira de crédito a clientes do Banco, às condições macroeconómicas a que cada cliente se encontra exposto, bem como ao

A

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

nosso conhecimento das atuais práticas no sector.

Os procedimentos desenvolvidos consistiram em: (i) apreciar a informação constante da carteira de crédito a 31 de dezembro de 2016 e os dados históricos considerados no modelo; (ii) rever e testar a segmentação e a classificação dos créditos quanto à existência de indícios de imparidade ou de incumprimento; (iii) rever e testar os parâmetros de risco utilizados no cálculo da imparidade, estimados pelo Banco para cada segmento; (iv) desafiar os principais pressupostos utilizados nas recuperações futuras incorporadas no apuramento dos parâmetros de risco (por amostragem); (v) rever e testar as recuperações históricas incorporadas no apuramento dos parâmetros de risco (por amostragem); e (vi) rever e analisar os resultados dos testes de calibragem realizados pelo Banco.

2. Sistemas de informação e controlos

Os sistemas de tecnologias de informação e os controlos sobre o processo de preparação da informação financeira, no que diz respeito à gestão de acessos e aos controlos de segregação de funções, foram por nós identificados como uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, na medida em que todo o processo de processamento contabilístico e de preparação da informação financeira do Banco está fortemente dependente de sistemas informáticos complexos e existe o risco de que os procedimentos contabilísticos automáticos e os respetivos controlos manuais dependentes de tecnologias de informação não operem de forma eficaz.

Os nossos especialistas em sistemas e tecnologias de informação testaram a conceção e a eficácia operacional dos controlos instituídos pelo Banco sobre os sistemas de informação críticos para a preparação da informação financeira, tendo confirmado que durante o exercício de 2016 se registaram ocorrências nos controlos de acesso. Nos casos em que essas ocorrências incidiram em sistemas aplicativos e bases de dados relevantes para o âmbito da nossa auditoria, realizámos um conjunto de testes sobre os controlos e adicionalmente testes substantivos por forma a assegurar um nível de conforto satisfatório quanto à integridade e à precisão da informação financeira gerada pelos sistemas.

A

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Banco para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Banco e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Banco, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos eleitos auditores do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 19 de maio de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2018;
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Banco em 14 de março de 2017;
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Banco durante a realização da auditoria.

14 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

Exercício de 2016

Aos Accionistas do

Banco Santander Consumer Portugal, SA

Exmos Senhores,

Em conformidade com a legislação em vigor, em especial em cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, e de acordo com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório sobre a acção fiscalizadora do Conselho Fiscal e o nosso Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A., da responsabilidade do Conselho de Administração, bem como sobre a certificação legal de contas, da Responsabilidade do Revisor Oficial de Contas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Nomeadamente, o Conselho Fiscal zelou pela observância da lei, regulamentos e estatutos; verificou se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduziram a uma correta avaliação de património e resultados do Banco; fiscalizou a qualidade e integridade da informação constante decorrentes de prestação de contas, bem como a atividade de revisão oficial de contas e auditoria externa e respectiva independência; supervisionou a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, controlo interno e auditoria interna.

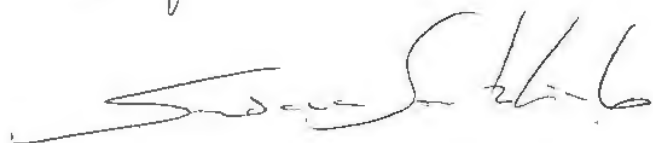
Com referência a este exercício e em cumprimento do disposto no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 9 de Setembro e no artigo 63.º, n.º 1 do Regulamento da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, o Revisor enviou ao Conselho Fiscal o Relatório adicional do órgão de fiscalização.

7. 5.

O Conselho Fiscal é da opinião que as contas consolidadas, o Relatório do Conselho de Administração e a Certificação Legal de Contas, bem como a proposta naquele expressa, de acordo com a informação a que acedeu, estão de acordo com as disposições aplicáveis pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Manifestamos ainda ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração que nos foi prestada.

Lisboa, 14 de Março de 2017

Dr. João de Ti de Campos




DISCIPLINA DE MERCADO

Exercício de 2016

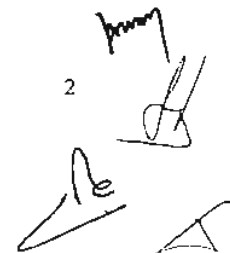
Divulgação de acordo com a parte VIII do Regulamento (EU) 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Junho de 2013, relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento

Lisboa, 31 de Dezembro de 2016



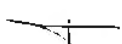
ÍNDICE

- I. INTRODUÇÃO
- II. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE
- III. ÂMBITO DE APLICAÇÃO
- IV. OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO
 - A – Políticas de gestão de risco
 - 1) Estratégias e processos de gestão de riscos
 - 2) Estrutura e organização
 - 3) Sistemas de reporte e de medição de riscos
 - 4) Política de cobertura e redução de riscos
 - 5) Declaração sobre adequação dos sistemas de gestão de risco
 - 6) Declaração sobre o perfil geral de risco e sua relação com a estratégia empresarial
 - B – Sistema de Governo
- V. ADEQUAÇÃO DE CAPITALIS
 - 1) Fundos Próprios e Rácios de capital
 - 2) Requisitos de Fundos Próprios
 - 3) ICAAP – Avaliação e Adequação do Capital Interno
 - 4) Rácio de Alavancagem
- VI. POSIÇÕES EM RISCOS DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE
- VII. RESERVAS PRUDENCIAIS DE FUNDOS PRÓPRIOS
- VIII. INDICADORES DE IMPORTÂNCIA SISTEMA GLOBAL
- IX. RISCO DE CRÉDITO – AJUSTAMENTOS
 - 1) Principais políticas contabilísticas
 - 2) Risco de Crédito – Informação quantitativa
- X. ATIVOS ONERADOS E NÃO ONERADOS
- XI. EXPOSIÇÃO A RISCO DE MERCADO

2



- XII. RISCO OPERACIONAL
- XIII. POSIÇÕES EM RISCO SOBRE AÇÕES DA CARTEIRA
- XIV. RISCO DE TAXA DE JURO NA CARTEIRA
- XV. RISCO ASSOCIADO A POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO
- XVI. POLITICA DE REMUNERAÇÃO
- XVII. TÉCNICAS DE REDUÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

3




I. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do estabelecido na parte VIII do Regulamento (EU) 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Junho de 2013, relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento, o Banco Santander Consumer Portugal, S.A., apresenta, em termos consolidados, a informação requerida sobre os riscos incorridos atendendo aos objetivos estratégicos e aos processos e sistemas de avaliação e gestão instituídos no final do exercício do ano civil de 2016, sendo disponibilizada a sua consulta ao público em geral por meio do acesso ao website www.santanderconsumer.pt

O conteúdo deste documento tem subjacente uma ótica predominantemente prudencial ditada pelos normativos prudenciais regulamentares impostos pela lei nacional e comunitária, procurando disponibilizar aos agentes económicos um leque alargado de informação que sustente de forma mais eficaz a tomada de decisões.

II. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

O Conselho de Administração do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. declara, que

- Foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna;
- A qualidade de toda a informação constante neste texto é adequada, incluindo a referente ou com origem em entidades englobadas no grupo económico no qual a instituição se insere;
- Compromete-se a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o documento "Disciplina de Mercado" se refere;

Entre o final do ano de 2016 e à data de publicação do presente documento não existiram factos relevantes que alterem ou condicionem a informação nela contida.

III. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

i. Designação da instituição e perímetro de consolidação para fins prudenciais

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A., com sede social sita na Rua Castilho, n.º 2, em Lisboa, pessoa coletiva e registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único número 503.811.483, com o capital social integralmente realizado de 66.592.947 euros (sessenta e seis milhões quinhentos e noventa e dois mil novecentos e quarenta e sete euros), é uma sociedade que tem por objeto exclusivo a atividade bancária atribuída às instituições de crédito, nos termos da alínea a) do artigo 3.º e do artigo 4.º, ambos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF),

incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essa atividade e permitidas por lei.

ii. Diferenças a nível da base de consolidação para efeitos contabilísticos e prudenciais

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. consolida integralmente para efeitos contabilísticos, o património da empresa Silk Finance nº4, com sede em Portugal, constituída no âmbito da operação de titularização de créditos iniciada em 16 de Novembro de 2015. No cumprimento da regulação emitida pelo Banco de Portugal, nomeadamente pelos Avisos nº12/92, 4/07, 5/07 e 7/07, a empresa Silk Finance nº 4 integra a base de consolidação para efeitos prudenciais, não existindo diferenças na base de consolidação entre o relato contabilístico e prudencial.

iii. Transferência de fundos próprios ou reembolso de passivos entre a empresa-mãe e as suas filiais

Não existem impedimentos com exceção dos decorrentes da lei.

IV. OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO

A – Políticas de gestão de risco

1. Estratégias e processos de gestão de riscos

A atividade desenvolvida pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. centra-se na realização de operações de financiamento, sendo uma das principais características deste tipo de operações possuírem um significativo grau de standardização, pelo que a natureza de riscos gerada pela atividade das diferentes áreas de negócio é comum. Adicionalmente o elevado conhecimento e experiência, por parte do Órgão de Administração e dos Órgãos de Direção, do mercado em que o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. atua, permitem avaliar a relevância dos riscos e a sua capacidade para influenciar os resultados da atividade da instituição.

O ciclo de gestão do capital interno e dos riscos tem por pressupostos base, a definição do perfil de risco da instituição e dos limites que possibilitam, com o devido acompanhamento e adequada gestão de capital, o cumprimento do planeamento efectuado de acordo com a estratégia definida, gradualmente transposta para os processos de gestão e no limite consolidada no orçamento anual. A alocação do capital interno por segmento de negócio em função do perfil de risco a assumir, permite efetuar um contínuo acompanhamento da sua adequação, bem como da compatibilidade dos processos de gestão por categoria de risco.

m
fb
PC
A

O orçamento anual constitui uma ferramenta essencial no ciclo de gestão no sentido que permite quantificar por linha de negócio e de forma estruturada, a evolução da margem financeira, do produto bancário, dos custos operacionais, e da imparidade. Por outro lado, apresenta a evolução do comportamento de indicadores de rentabilidade, de eficiência operacional, de risco, de liquidez, de solvabilidade, de cobertura, entre outros. Em Comité de Direção é efetuado o acompanhamento das demonstrações financeiras e dos rácios de gestão, permitindo uma avaliação quantitativa e qualitativa, da robustez da estrutura e dos processos de gestão e acompanhamento de risco, no sentido de garantir a adequabilidade do capital interno do Banco e, a respetiva alocação por linha de negócio face aos riscos materialmente relevantes.

A plena consciência dos riscos materialmente relevantes é o pressuposto base do ciclo de gestão enunciado, pelo que a maior ou menor complexidade dos processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo das diferentes categorias de risco é função do grau de exposição, dos dispositivos de governo interno e mecanismos de controlo implementados.

Para cada uma das categorias de risco e de acordo com o grau de complexidade acima mencionado, o Banco tem vindo a desenvolver e a aperfeiçoar mecanismos de gestão e acompanhamento. Estes processos contribuem de forma decisiva para a avaliação e o cumprimento dos pressupostos adotados no planeamento e gestão de capital.

2. Estrutura e organização

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A., integra o Grupo Santander, e tem como únicos acionistas o Santander Consumer Finance, S.A., titular de 53.331.647 ações representativas de 80,09 % do capital social e o Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A., titular de 13.261.300 ações representativas de 19,91 % do capital social, sendo todas as operações e transações influenciadas pelas decisões do Grupo.

3. Sistemas de reporte e de medição de riscos

O Banco Santander Consumer Portugal, SA identificou os seguintes riscos inerentes à sua atividade:

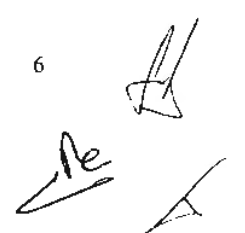
Risco de Capital

Possibilidade de ocorrência de perdas inesperadas que comprometam a capacidade do Banco em responder às necessidades de capitais definidas pela regulamentação prudencial.

O objetivo do Banco é manter um capital suficiente que possibilite manter os rácios de capital acima dos mínimos estabelecidos.

Todos os meses são calculados o CET 1 e o rácio de capital Total (individuais e consolidados) . Assim, caso se afastem dos mínimos estabelecidos serão tomadas medidas corretivas, nomeadamente a redução da concessão de crédito.

Risco de Crédito



Por risco de crédito o Banco entende a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros.

A definição do apetite, grau de tolerância e respetivos limites de aceitação de risco traduzem-se na política de crédito, nomeadamente ao nível da concessão de financiamento e seguimento de risco das carteiras, por produto e por angariador, que é da responsabilidade do Órgão de Administração e encontra-se devidamente documentada no Regulamento de Crédito, revisto e aprovado em função das alterações à política em vigor. O controlo do bom cumprimento das normas estabelecidas neste regulamento constitui a principal ferramenta para assegurar a eficácia da gestão de risco de crédito.

O processo de concessão de crédito encontra-se suportado em modelos de avaliação de crédito desenvolvidos internamente (modelos de "rating" e de "scoring") e complementados, sempre que aplicável, pela avaliação efetuada pela Direção de Risco e Recuperação aos dados financeiros e económicos do cliente, entre outras variáveis, para avaliação da solvabilidade do cliente, bem como à classificação do risco dos fornecedores, e à relação entre o crédito, a entrada inicial e o valor do bem a financiar. O conhecimento completo do cliente passa também pela consulta de bases de dados externas, que contribuem para consubstanciar o integral conhecimento do cliente, nomeadamente permitindo identificar o total de responsabilidades por este assumidas, junto do sistema financeiro. Esta prática tem-se revelado um importante instrumento na análise da concessão de financiamento.

Adicionalmente, são identificadas e avaliadas as ações para prevenção de ocorrência de fraudes e decididas as medidas preventivas ou de acompanhamento a tomar para os casos identificados, nomeadamente a estratégia de recuperação e a aceleração da aplicação da política de provisionamento.

Na avaliação da exposição ao risco de crédito, são tidos em linha de conta os seguintes fatores: probabilidades de incumprimento, a concentração e correlação das posições em risco, a perda dado o incumprimento, o grau de exposição e as técnicas de redução de risco que permitem um significativo grau de cobertura.

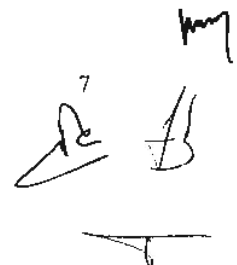
Neste sentido para assegurar a qualidade das carteiras, o acompanhamento das mesmas é efetuado com base em análises *vintage* e na variação da mora sobre gestão (VMG), cujos resultados são apresentados e analisados mensalmente no Comité de Risco e Recuperação.

O Banco dispõe ainda de um departamento dedicado apenas à recuperação de valores, referentes a contratos que se encontram em situação irregular, assegurando que sejam contactados imediatamente todos os clientes cuja qualidade de crédito se deteriora, de forma a atuar preventivamente antes que a situação de incumprimento assuma maior gravidade.

De forma a aferir a eficácia do processo de recuperação, o Banco desenvolveu um processo de seguimento da performance de recuperação de crédito. Este é efetuado mensalmente através do acompanhamento de indicadores de gestão, nas diversas fases de recuperação e para os distintos produtos, assim como indicadores de controlo de processo, sendo os resultados apresentados em Comité de Risco e Recuperação.

A avaliação de risco dos prescritores, é efetuada com base na evolução dos rácios de incumprimento das carteiras geradas, e analisada e revista regularmente.

O seguimento da performance dos scorecards é realizado pela área de Controlo de Risco & Reporting da Direcção de Risco e Recuperação, com base em análises através das quais é monitorizada a adequação da nova população aos perfis de risco previamente estabelecidos e analisado o comportamento dos *scorecards* face ao inicialmente previsto.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page. There are three distinct marks: a large signature on the left, a smaller signature or set of initials in the middle, and a horizontal line with a small hook at the end on the right.

Da avaliação regular destes Índices e do risco dos prescritores, resulta, caso necessário, a revisão dos níveis de decisão (*cut-offs*, variáveis ponderadas e regras de decisão) no sentido de uma melhor adequação da política de concessão de crédito, face aos níveis de tolerância ao risco previamente definidos e às perspectivas económicas futuras.

No processo de auto-avaliação do grau de exposição do Banco ao risco de crédito, são adoptados stress tests que permitem quantificar o efeito de choques inesperados, pouco prováveis mas plausíveis, e antecipar o comportamento das carteiras, aferindo a razoabilidade do capital interno face aos limites de tolerância previamente definidos.

O acompanhamento dos resultados obtidos através destes processos de auto-avaliação, a adequabilidade das medidas corretivas propostas e respetiva implementação, são posteriormente analisados pelos Órgãos de Gestão, de modo a serem integrados de forma ativa na gestão de risco da instituição.

O sistema de gestão de risco de crédito é anual e autonomamente por equipas de auditoria. No âmbito deste trabalho é aferido o grau de cumprimento dos procedimentos definidos e identificadas oportunidades de melhoria.

Risco de Mercado

Uma vez que a instituição não detém carteira de negociação, o risco de mercado coloca-se ao nível da liquidez.

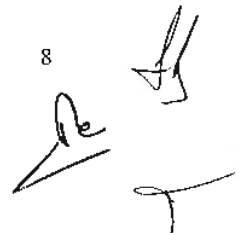
A gestão de liquidez é efetuada pela Direção Financeira. De forma a acautelar a adequada capacidade de liquidação de posições ou o acesso a meios de financiamento alternativo, são analisadas as estratégias e os procedimentos a implementar. Neste sentido, para fazer face a crises de liquidez, são antecipados e debatidos eventuais desvios face aos *standards* estipulados designadamente no regulamento de riscos de mercado.

Adicionalmente, foram implementadas medidas consideradas satisfatórias para acompanhar, por um lado, a evolução da liquidez numa base diária e, por outro, a evolução da liquidez a médio/longo prazo, analisada bimestralmente nas reuniões do ALCO e integrada no orçamento geral da empresa, aprovado pela Comissão Executiva e analisado mensalmente em Comité Executivo de Direção, assegurando-se deste modo a permanente manutenção de um adequado nível de capital interno.

O controlo e o seguimento dos níveis de exposição a riscos de mercado encontram-se segregados e são executados pela área de Riscos de Mercado, que se insere dentro da estrutura da Direção de Risco de Recuperação, de acordo com o modelo corporativo do Grupo Santander.

Importa referir que o risco de liquidez é gerido de acordo com regras definidas a nível corporativo, designadamente o cumprimento mensal dos valores mínimos de liquidez até um ano.

A estratégia de diversificação das fontes de liquidez, associada à possibilidade de alterar a política de *pricing* ou abandonar as parcerias/las linhas de negócio cuja rentibilidade ajustada ao risco se demonstra abaixo dos limites definidos, consubstancia-se na execução de um plano de contingência e permite assegurar a continuidade e sustentabilidade financeira do Banco, no exercício a que se refere o ICAAP, e consequente adequação do capital interno perante cenário de recessão ou crise.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

Risco de Taxa de Juro

A exposição do Banco ao risco de taxa de juro decorre da probabilidade de impacto, nos resultados ou no valor patrimonial, resultante de variações das taxas de juro do mercado. Esta exposição é originada não só por eventuais *gaps* existentes entre a duração/maturidade média do ativo e do passivo, como também pelo facto do banco comercializar produtos a taxa fixa e a taxa variável, gerando exposição ao risco de refixação de taxa e de indexante.

Encontra-se instituída uma política de gestão do risco de taxa de juro, definida em regulamento, revista e aprovada periodicamente pelo Órgão de Administração, tendo em consideração as orientações emanadas pela casa-mãe, que visa garantir o acompanhamento da sua exposição e assegurar que esta se mantém dentro de níveis consistentes com os limites de aceitação ao risco previamente definidos.

Adicionalmente, de forma a evitar a exposição do Banco a variações desfavoráveis das taxas de juro de mercado, encontram-se definidos limites de exposição sobre a situação líquida e sobre a margem financeira, respetivamente.

Para efeitos de gestão interna de riscos, o Banco recorre à análise da sensibilidade aos riscos de taxa de juro. Esta avaliação é efetuada mensalmente pela Direção Financeira, com a colaboração da Direção de Risco e Recuperação, e encontra-se suportada no output gerado através de ferramenta desenvolvida e utilizada a nível corporativo, que estima efeitos potenciais nas condições financeiras da instituição, designadamente no *Market Value of Equity* e na *Net Interest Margin* resultantes da alteração das taxas de juro.

O acompanhamento deste risco é efetuado bimestralmente em Comité ALCO, ou diretamente junto da Administração, quando se justifique. Nestas reuniões são propostas operações que permitam a mitigação do valor em risco, na data de reporte.

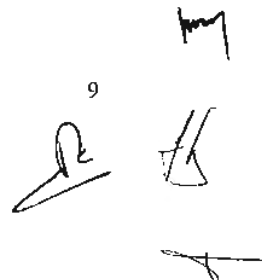
Risco de Taxas de Câmbio

O risco cambial não assume qualquer expressão no contexto global dos riscos inerentes à atividade, dado que o Banco não tem qualquer operação cambial, sendo o negócio comercial desenvolvido e o passivo, ambos denominados em euros, pelo que não é alocado capital próprio para fazer face a esta categoria de risco.

Risco Operacional

O conceito de risco operacional adotado pelo Banco consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da atividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de subcontratação, de processos de decisão internos ineficazes, de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

A atividade do Banco é caracterizada por um significativo grau de standardização das operações desenvolvidas, encontrando-se os processos bastante automatizados e as intervenções manuais padronizadas. As principais políticas e orientações definidas e revistas periodicamente pela Administração encontram-se transpostas para regulamentos e normativos internos, tendo em consideração o perfil de risco a assumir pela instituição. Esta definição do grau de tolerância ao risco permite avaliar o grau de adequação do capital ao risco operacional.



Tendo por base a estratégia de gestão, e respetivas linhas orientadoras, foram desenvolvidos e implementados nas diversas áreas funcionais mecanismos de controlo que permitem identificar eventuais incidentes resultantes da operativa de negócio. Os referidos controlos foram desenvolvidos com base nos processos identificados como críticos, sendo monitorizados de forma a mitigar os eventos historicamente ocorridos e antecipar novas ocorrências.

Mantendo a constante preocupação em desenvolver e aperfeiçoar os processos internos, adequando-os ao perfil de risco a assumir, no sentido de cumprir os requisitos regulamentares, e em consonância com as melhores práticas do sector bancário, o Grupo Santander tem implementado um modelo de gestão e controlo de risco operacional, sustentado em três linhas de defesa.

A adoção pelo Banco deste modelo, tem por finalidade o estabelecimento dos princípios basilares para a adequada gestão e controlo do risco operacional.

Pelo facto do risco operacional ser inerente a todos os produtos, atividades, processos e sistemas, e sendo o mesmo gerado em todas as áreas de negócio e suporte, pretende-se a descentralização do processo de identificação, avaliação e controlo de eventos.

O modelo de governance definido prevê a ligação entre as três linhas de defesa, e estabelece como fórum deliberativo para matérias relacionados com este risco, o Comité de Risco Operacional, que reúne com periodicidade bimestral, garantindo assim o envolvimento da gestão de topo na gestão do risco operacional.

Risco de Sistemas de Informação

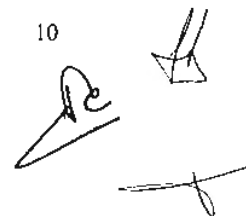
A atividade do Banco é fortemente sustentada pelos sistemas de informação utilizados e pela sua customização ao desenvolvimento do negócio. A estratégia do Banco tem vindo a ser de contínuo aperfeiçoamento dos aplicativos utilizados na gestão do negócio, bem como na minimização de impactos negativos por via destes na atividade.

O modelo corporativo do Grupo Santander prevê que a gestão dos sistemas de informação das diversas unidades seja atribuída a entidades especializadas. Essas entidades, com reporte funcional às respetivas unidades, concentram competências e prestam serviços exclusivamente a unidades do Grupo, nomeadamente na gestão de infraestruturas e no desenvolvimento de sistemas informáticos.

A estratégia para os sistemas de informação do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. é definida pela Administração, em função das necessidades atuais e previsíveis do negócio, implementada pela ISBAN e sua execução diretamente acompanhada pelo Órgão de Administração e pela Direção de Tecnologia e Operações do Banco.

Neste sentido, foram estabelecidos mecanismos de acompanhamento e controlo do risco de sistemas de informação, entendido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, inadaptabilidade dos sistemas a novas necessidades, da incapacidade dos sistemas de informação em impedir acessos não autorizados, em garantir a integridade dos dados ou em assegurar a continuidade do negócio em caso de falha.

De acordo com a estratégia previamente definida, é definido, e revisto anualmente, o grau de tolerância ao risco decorrente dos sistemas de informação. Esta definição do grau de tolerância ao risco permite avaliar o grau de adequação do capital para cobertura deste risco.



A monitorização da adequação do capital interno para cobertura deste risco é efetuada através do acompanhamento de indicadores de performance e dos níveis de serviço, nomeadamente no sentido de assegurar que estes se mantêm nos standards previamente contratualizados.

A ISBAN, por intermédio da divisão da Produban, tem a seu cargo a gestão de infraestruturas, sendo responsável por uma eficiente manutenção de toda a infraestruturas física dos sistemas de informação, por negociar com fornecedores a aquisição de equipamentos e aplicações informáticas, por apoiar os utilizadores na utilização das mesmas, por garantir a utilização de programas devidamente licenciados, por assegurar a execução sistemática de cópias de segurança e de trabalhos informáticos periódicos.

Para a eficiência da gestão de risco de sistemas de informação, contribui a existência de procedimentos específicos a nível de segurança ambiente, segurança lógica e segurança de dados, nomeadamente estipulando as regras de acesso aos polos informáticos cujos registos são mantidos para posterior monitorização, de gestão de perfis de acesso, manutenção e extração de informação das bases de dados.

As regras que garantem a segurança da informação constante em base de dados encontram-se devidamente estipuladas. Os níveis de acesso são definidos, em função das responsabilidades atribuídas, e o risco de intrusão nos sistemas informáticos controlado através de *firewalls* devidamente certificadas, de *softwares* antivírus, e de políticas de *backups* que asseguram a existência de cópias de segurança, permitindo a reposição da informação por ordem cronológica.

A gestão e controlo da rede informática e da generalidade dos sistemas instalados é efetuada através de uma plataforma de monitorização que permite a deteção atempada de eventuais problemas de disponibilidade e performance.

A aplicação *Remedy* permite registar nos sistemas de informação do Banco os incidentes identificados pelos utilizadores. Estes encontram-se sistematizados por tipologia, de forma a permitir a sua priorização em função do grau de exposição ao risco, controlando e monitorizando as ações a desenvolver. Os incidentes detetados, ações e respetivas recomendações são posteriormente reportados aos Órgãos de Gestão do Banco.

Na área de desenvolvimento, o Banco recorre à ISBAN para o desenvolvimento de aplicações informáticas, de acordo com as especificações acordadas. Esta garante o cumprimento dos *standards* corporativos e assegura a revisão pós-implementação.

A estratégia de desenvolvimento aplicacional é definida e aprovada anualmente pela Administração. O desenvolvimento destas atividades é monitorizado em Comité Executivo de Direção.

A gestão de projetos informáticos é realizada, tendo em consideração a tipologia de desenvolvimento definida, designadamente, corretiva, evolutiva e de *compliance*. Estes encontram-se sistematizados e prioritizados em função de análises custo/benefício para a atividade do Banco.

Em momento prévio à entrada em produção, as aplicações são testadas pelas áreas funcionais de forma a garantir que os requisitos previamente estabelecidos foram devidamente incorporados.

No sentido de minimizar a probabilidade de ocorrência de perdas em caso de desastre, são efetuados testes com periodicidade anual ao plano de recuperação das infraestruturas tecnológicas (*Disaster Recovery Plan – DRP*).

Risco de Compliance

11

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

A gestão do risco de *compliance* visa assegurar a aderência à regulamentação, requisitos dos supervisores, princípios de boa conduta e aos valores corporativos, Simples, Próximo e Justo. O seu objetivo é gerir e mitigar o risco do Banco incorrer em coimas ou danos reputacionais, aumentando a confiança dos seus colaboradores, clientes, acionista e de toda a comunidade.

Compliance abrange assim todas as matérias regulamentares incluindo, prevenção de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, aplicação do regime de sanções internacionais, produtos, serviços, conduta perante os clientes e sua proteção, risco reputacional, bem como qualquer outra que coloque o Banco em risco de cumprimento.

A gestão deste risco encontra-se, à semelhança dos restantes, organizada em esquema piramidal constituindo as áreas operacionais e funcionais a primeira linha de defesa, *Compliance* a segunda e Auditoria Interna a terceira linha.

Compliance enquanto segunda linha de defesa trabalha as diferentes matérias em estreita articulação com as demais áreas funcionais, procurando assegurar a conformidade das estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos com a legislação e regulamentação em vigor.

As metodologias atualmente em utilização suportam-se em questionários de auto-avaliação nos diferentes espectros, regulamentares genéricos ou específicos, dos quais decorre o cálculo de risco inerente, a valoração dos controlos existentes e a obtenção de um risco residual que contribui para o maior controlo, monitorização e mensuração do risco de *Compliance* e sua manutenção em níveis de tolerância adequados. Por outro lado permitem ainda definir planos de ação direcionados e perceber o grau de cumprimento, inclusive face a outras unidades do Grupo.

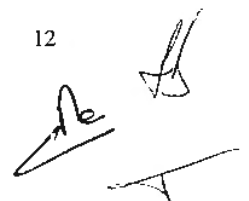
A área de *Compliance* deve assegurar que o programa de *Compliance* se encontra constantemente adaptado ao ambiente regulatório, às expectativas do regulador e à evolução do Grupo. Para o efeito este deve ser controlado e monitorizada a sua evolução nos respetivos comités locais e reportes corporativos.

A identificação de novos fatores de exposição ao risco decorre ainda da interação com as áreas funcionais, nomeadamente no que respeita ao cumprimento das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, de normas e regulamentos internos, orientações dos órgãos sociais, do código de conduta e das práticas profissionais e deontológicas relevantes para a instituição.

Ao nível da operativa interna, do processo de apreciação de reclamações e da realização de trabalhos transversais como, levantamentos de processos, auditorias internas, relacionamento institucional com as entidades de supervisão, entre outros, poderá adicionalmente decorrer a identificação de eventuais debilidades que contribuam para a exposição a este risco.

A recolha e manutenção de eventos que possam traduzir exposição ao risco *Compliance* encontra-se adicional e devidamente sistematizada em reportes mensais e trimestrais, apresentados à Administração do Banco e órgãos corporativos competentes. O processo de monitorização da adequação e eficácia do sistema de controlo implementado para a gestão deste risco é particularmente assegurado através de auditorias.

No que respeita especificamente aos procedimentos de controlo implementados em matéria de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, o acompanhamento da evolução das operações analisadas bem como da adequação das medidas e procedimentos implementados é efetuado, trimestralmente, em Comité de Análise e Resolução.



A exposição do Banco ao risco de *Compliance* é ainda mitigada pela existência de uma cultura de disciplina, incorporada na estratégia e políticas da empresa, e formalizada num código de conduta, que assegura que no cumprimento das suas funções, os colaboradores adotam elevados padrões de ética, integridade e profissionalismo.

A sensibilização das áreas funcionais para este tema, viabiliza que, com a respetiva cooperação, o Banco tenha possibilidade de aferir de forma fidedigna o grau de exposição ao risco de *Compliance*, a razoabilidade das medidas de controlo adotadas, e respetivo efeito mitigador, para efeitos da contínua monitorização da adequabilidade do capital interno.

Risco de Estratégia

O risco de estratégia consiste na probabilidade de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente de decisões estratégicas inadequadas ou deficitariamente implementadas, e da incapacidade de resposta a alterações do meio envolvente.

A exposição a este risco é função de fatores exógenos, nomeadamente do contexto dinâmico do mercado em que a instituição opera, e de fatores endógenos como a existência de uma estrutura de governo interno robusta que favoreça a objetividade do processo de planeamento estratégico, a consistência da atitude face ao risco, respetiva consonância do capital interno, e a eficácia e adequação do processo de tomada de decisão.

O Banco instituiu uma política de gestão de risco de estratégia, que consiste no acompanhamento contínuo e tempestivo da conjuntura económica, regulamentar e da evolução do mercado em que opera.

Para o desenvolvimento da estratégia do Banco são anualmente delineados objetivos concretos para cada área de negócio. Estes são definidos com base em propostas efetuadas pelos órgãos de gestão, que são consolidadas pela Direção Financeira, analisadas e revistas pela Administração e sujeitas a aprovação da casa-mãe.

Para que toda a estrutura organizativa desenvolva a sua atividade alinhada com a estratégia definida é essencial um eficiente sistema de informação e comunicação, que assegure a transmissão dos objetivos definidos, bem como as responsabilidades e deveres de cada colaborador, e que garanta a existência de processos de captação e tratamento de informação, que favoreçam uma comunicação eficaz e que suportem uma tomada de decisão consistente.

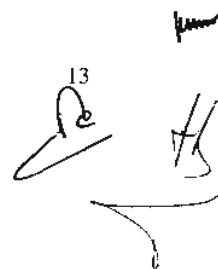
Para o efeito, os objetivos estabelecidos são transversalizados, de forma a orientar as diferentes equipas para a prossecução de medidas compatíveis com a estratégia definida.

A avaliação desta estratégia, materializada nos respetivos objetivos, encontra-se suportada por análises, qualitativas e quantitativas, tendo em consideração as condições económicas atuais e cenários adversos, de forma a garantir que a tomada de decisão se encontra suficientemente apoiada por recursos de capital, de gestão e de sistemas.

O seu acompanhamento é posteriormente efetuado recorrendo a diferentes comités constituídos transversalmente, em função do seu âmbito e com periodicidades previamente definidas, com especial ênfase no Comité Executivo de Direção e na Comissão Executiva.

Por sua vez, o controlo orçamental ao nível da evolução das rubricas das demonstrações financeiras e de rácios de gestão, como os rácios de capital, de cobertura, de eficiência, entre outros, é efetuado

13

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'De' and the initials are 'HS'.

mensalmente, sendo devidamente justificados e documentados os desvios face os objetivos pré-estabelecidos por forma a garantir a permanente adequabilidade do capital interno.

4. Política de cobertura e redução de riscos

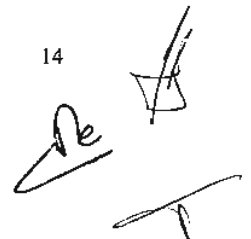
A Política de cobertura, gestão e redução do risco constitui para o Banco uma atividade de elevada importância. O perfil do risco do Banco é prudente, quer pelas características do modelo de *Governance* da instituição, dimensão e antiguidade, quer pela própria exigência regulamentar da supervisão. A política de gestão de riscos do Banco procura manter uma relação adequada entre os capitais próprios e a atividade desenvolvida. Neste âmbito, o acompanhamento e controlo dos riscos assumem especial relevância.

5. Declaração sobre adequação dos sistemas de gestão de riscos





O Concelho de Administração do Banco Santander Consumer, Portugal, S.A. garante que o sistema de gestão de risco implementado no Banco, bem como os processos e medidas destinadas a assegurar que os limites de risco definidos são cumpridos, são adequados para assegurar o correto desenvolvimento da estratégia do negócio, tendo em conta o perfil e dimensão do Banco.

6. Declaração sobre o perfil geral de risco e sua relação com a estratégia empresarial

O Concelho de Administração do Banco Santander Consumer, Portugal, garante a manutenção de rácios de balanço sólidos, através de uma forte posição de capital e de um perfil de liquidez estável e seguro, com uma “almofada” confortável que permita enfrentar situações de *stress*. O Conselho de Administração procura assegurar capital suficiente para responder às necessidades regulatórias, para cobrir potenciais perdas, e tem por objetivo assegurar uma estrutura de balanço otimizada que permita limitar o risco de potenciais problemas de liquidez, mantendo uma capacidade de financiamento estável e fortes reservas de liquidez. Desta forma, considera que o Banco terá capacidade para continuar a servir os seus clientes, oferecendo condições competitivas e sustentáveis. Para atingir estes objetivos, o Banco pretende manter (i) um rácio CET 1 (*phase-in*) acima dos mínimos exigidos pelas autoridades de supervisão, de modo a ter uma posição e reserva de capital que permita enfrentar cenários de *stress* (ii) um rácio de alavancagem acima dos mínimos regulamentares e com tendência de melhoria; e (iii) um rácio de cobertura de liquidez (LCR) acima de 70%, constantemente, com o objetivo de alcançar patamares superiores no futuro.



Vide ponto 6 - Relatório estrutura e práticas de governo societário deste mesmo Relatório e Contas.

15





V. ADEQUAÇÃO DE CAPITALS

1. Fundos Próprios e Rácios de capital

ADEQUAÇÃO DE CAPITALS

	dezembro 16	dezembro 15
Fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade	133.682.593	132.755.746
Requisitos de fundos próprios	93.200.392	88.533.066
Excesso (+) / Insuficiência (-) de fundos próprios	40.482.202	44.222.680
Rácio de Solvabilidade (%)	11,47%	12,00%
Rácio de Solvabilidade mínimo Pillar II(%)	9,75%	10,50%
Excesso de Fundos Próprios	20.094.616	16.549.588

Unidade:

Euros

Os Fundos Próprios são calculados a partir das Demonstrações Financeiras tomando em conta o estabelecido nas normas prudenciais do regulamento (UE) 575/2013. O Banco é um caso relativamente simples uma vez que não dispõe de elementos elegíveis para Fundos próprios elegíveis de nível 1 e, desde 2014 deixou também de deter elementos que computam para os Fundos próprios de nível 2.

Assim, os Fundos Próprios Totais são iguais aos Fundos Próprios Principais de nível 1 (CET1) e corresponde ao Capital Social, Reservas e resultados Transitados deduzidos do Imobilizado Incorpóreo.

Mais informamos que, no caso do Banco, não existem ajustamentos e filtros entre o perímetro contabilístico e o perímetro prudencial.

No quadro seguinte apresentamos a desagregação dos Fundos Próprios a 31 de Dezembro de 2015 e 2016

ADEQUAÇÃO DE CAPITAIS - PARTE 1

	dezembro 16	dezembro 15
1 Fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade (=Σ(1.1 a 1.5))	133 682 593	132 755 746
1.1 Fundos próprios de base (=Σ(1.1.1 a 1.1.5))	133 682 593	132 755 746
1.1.1 Capital elegível (=Σ(1.1.1.1 a 1.1.1.4))	79 383 611	79 383 611
1.1.1.1 Capital realizado	66 592 947	66 592 947
1.1.1.2 (-) Acções próprias		
1.1.1.3 Prémios de emissão		
1.1.1.4 Outros instrumentos equiparáveis a capital	12 790 664	12 790 664
1.1.2 Reservas e resultados elegíveis (=Σ(1.1.2.1 a 1.1.2.6))	57 360 740	54 935 415
1.1.2.1 Reservas	57 360 740	54 935 415
1.1.2.2 Interesses minoritários elegíveis		
1.1.2.3 Resultados do último exercício e resultados provisórios do exercício em curso		
1.1.2.4 (-) Lucros líquidos resultantes da capitalização de receitas futuras provenientes de activos titularizados		
1.1.2.5 Diferenças de reavaliação elegíveis para fundos próprios de base	0	0
1.1.3 Fundo para riscos bancários gerais		
1.1.4 Outros elementos elegíveis para os fundos próprios de base (=1.1.4.1+1.1.4.2)		
1.1.4.1 Impacto na transição para as NCR/NCA (impacto negativo)		
1.1.4.2 Outros elementos elegíveis para os fundos próprios de base		
1.1.5 (-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base (=Σ(1.1.5.1 a 1.1.5.3))	-3 061 758	-1 563 279
1.1.5.1 (-) Imobilizações incorpóreas/Activos intangíveis	-3 061 758	-1 563 279
1.1.5.2 (-) Excedente em relação aos limites de elegibilidade de instrumentos incluídos nos fundos próprios de base		
1.1.5.3 (-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base		
1.2 Fundos próprios complementares (=Σ(1.2.1 a 1.2.3))	0	0
1.2.1 Fundos próprios complementares - Upper Tier 2		
1.2.2 Fundos próprios complementares - Lower Tier 2	0	0
1.2.3 (-) Deduções aos fundos próprios complementares		
1.3 (-) Deduções aos fundos próprios de base e complementares		
1.3a Das quais: (-) aos fundos próprios de base		
1.3b Das quais: (-) aos fundos próprios complementares		
1.5 Deduções aos fundos próprios totais		
1.4 Fundos próprios suplementares totais disponíveis para cobertura de riscos de mercado		
1.6 Por memória		
1.6.1 (+) Excesso / (-) Insuficiência de provisões nas posições ponderadas pelo risco através do método das Notações Internas		
1.6.1.1 Montante de provisões no método das Notações Internas		
1.6.1.2 (-) Perdas esperadas determinadas no método das Notações Internas		
1.6.2 Valor nominal dos empréstimos subordinados reconhecidos como elemento positivo dos fundos próprios	0	0
1.6.3 Requisito mínimo de capital social		
1.6.4 Fundos próprios de referência para efeito dos limites relativos aos grandes riscos		
	133 682 593	132 755 746
	Unidade	Euros

17

2 Requisitos de Fundos Próprios

ADEQUAÇÃO DE CAPITALS - PARTE 2

	dezembro 16	dezembro 15
2. Requisitos de fundos próprios (=Σ(2.1 a 2.6))	93.200.392	88.533.068
2.1. Para risco de crédito, risco de crédito de contraparte, risco de redução dos valores a receber e risco de entrega	84.256.852	80.313.454
2.1.1. Método Padrão (=Σ(2.1.1.1-2.1.1.2))	84.256.852	80.313.454
2.1.1.1. Classes de risco no método Padrão, excluindo posições de titularização	64.256.852	60.313.454
2.1.1.1.1. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações centrais ou sobre bancos centrais	1.464.825	2.133.805
2.1.1.1.2. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações regionais ou autoridades locais	0	0
2.1.1.1.3. Créditos ou créditos condicionais sobre organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos	0	0
2.1.1.1.4. Créditos ou créditos condicionais sobre bancos multilaterais de desenvolvimento	0	0
2.1.1.1.5. Créditos ou créditos condicionais sobre organizações internacionais	0	0
2.1.1.1.6. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	661.251	569.160
2.1.1.1.7. Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	21.449.901	17.286.312
2.1.1.1.8. Créditos ou créditos condicionais sobre a carteira de retalho	59.017.020	58.635.660
2.1.1.1.9. Créditos ou créditos condicionais com garantia de bens imóveis	0	0
2.1.1.1.10. Elementos vencidos	428.620	682.285
2.1.1.1.11. Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado	0	0
2.1.1.1.12. Créditos sob a forma de obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o sector público	0	0
2.1.1.1.13. Créditos sob a forma de organismos de investimento colectivo (OIC)	1.235.236	1.106.231
2.1.1.1.14. Outros elementos	0	0
2.1.1.2. Posições de titularização no método Padrão	0	0
2.1.2. Método das Notações Internas (=Σ(2.1.2.1 a 2.1.2.5))	0	0
2.1.2.1. Quando não são utilizadas estimativas próprias de LGD e/ou de factores de conversão	0	0
2.1.2.1.1. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações centrais ou sobre bancos centrais	0	0
2.1.2.1.2. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	0	0
2.1.2.1.3. Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	0	0
2.1.2.2. Quando são utilizadas as estimativas próprias de LGD e/ou de factores de conversão	0	0
2.1.2.2.1. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações centrais ou sobre bancos centrais	0	0
2.1.2.2.2. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	0	0
2.1.2.2.3. Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	0	0
2.1.2.2.4. Créditos ou créditos condicionais sobre a carteira de retalho	0	0
2.1.2.3. Créditos sobre acções	0	0
2.1.2.4. Posições de titularização	0	0
2.1.2.5. Outros activos que não sejam obrigações de crédito	0	0
2.2. Risco de liquidação	0	0
2.3. Requisitos de fundos próprios para riscos de posição, riscos cambiais e riscos sobre mercadorias (=2.3.1+2.3.2)	0	0
2.3.1. Método Padrão (=Σ(2.3.1.1 a 2.3.1.4))	0	0
2.3.1.1. Instrumentos de dívida	0	0
2.3.1.2. Títulos de capital	0	0
2.3.1.3. Riscos cambiais	0	0
2.3.1.4. Riscos sobre mercadorias	0	0
2.3.2. Método dos Modelos Internos	0	0
2.4. Requisitos de fundos próprios para risco operacional (=Σ(2.4.1 a 2.4.3))	8.943.539	8.219.612
2.4.1. Método do Indicador Básico	8.943.539	8.219.612
2.4.2. Método Standard	0	0
2.4.3. Métodos de Medição Avançada	0	0
2.5. Requisitos de fundos próprios - Despesas gerais fixas	0	0
2.6. Requisitos transitórios de fundos próprios e outros requisitos de fundos próprios	0	0

Unidade:

Euros

O capital regulamentar do Banco é calculado tendo por base as regras Regulamento (EU) 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Junho de 2013

Adicionalmente, o anexo V da versão final da SREP *letter* emitida pelo BCE e recebida no banco dia 3 de Fevereiro de 2016 relativamente aos requisitos prudenciais para o Banco estabelece um rácio mínimo de CET1 de 9,75%.

- Rácio de fundos próprios principais de nível 1 de 9.75%
- Rácio de fundos próprios de nível 1 de 9.75%
- Rácio de fundos próprios totais de 9,75%

Durante o exercício de 2016 o Banco continuou a utilizar o Método Padrão para efeitos de cálculo dos requisitos de risco de crédito e o Método do Indicador Básico para cálculo dos requisitos de risco operacional.

a) Capital realizado: Em 31 de Dezembro de 2016, o capital social do Banco encontrava-se totalmente subscrito e realizado e estava representado por 66.592.947 ações de valor nominal de 1 euro cada, com a seguinte composição:

	2016	
	Número de ações	% de participação
Santander Consumer Finance, S.A.	53.331.647	80,09%
Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	13.261.300	19,91%
	-----	-----
	66.592.947	100,00%
	=====	=====

b) Prémios de emissão: Em 31 de Dezembro de 2016, os fundos próprios do Banco contam ainda com um prémio de emissão global de 12.790.664 euros, na sequência da deliberação unânime dos acionistas em Assembleia Geral de 2 de Janeiro de 2007, onde foi decidida a realização de um aumento do capital social mediante a emissão de 29.092.947 novas ações com um valor nominal de 1 euro, passando este de 37.500.000 euros para os atuais 66.592.947 euros.

c) Outros elementos elegíveis ou dedutíveis aos fundos próprios de base: Em 31 de Dezembro de 2016, os montantes entre reservas e resultados elegíveis a adicionar aos fundos próprios de totalizavam 57 360 740 euros. Entre os elementos dedutíveis aos fundos próprios de base, há a referir as imobilizações incorpóreas no montante de 3 061 758 euros.

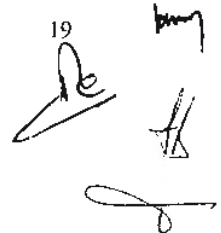
3. ICAAP – Avaliação e Adequação do Capital Interno

O Banco dispõe de um processo de autoavaliação da adequação do capital interno (adiante designado de ICAAP – *Internal Capital Adequacy Assessment Process*), com vista a que o capital de que dispõe é adequado face ao perfil de risco da instituição. O ICAAP é definido e acompanhado diretamente pelo Órgão de Administração.

No processo de autoavaliação da adequação do capital interno do Banco estão envolvidos, a Direção de Controlo Interno, a Direção Financeira, a Direção de Risco e Recuperação e os membros do Órgão de Direção.

A Direção Financeira é responsável pela elaboração anual do orçamento nomeadamente, a definição do capital necessário à cobertura dos riscos e ao planeamento da gestão de liquidez, em função do perfil de risco, da rendibilidade exigida, dos objetivos de solvabilidade e da estratégia para o desenvolvimento da atividade, previamente definidos pela Administração. Por sua vez, assegura também o regular acompanhamento do cumprimento orçamental, analisando desvios face ao previamente definido.

19



A Direção de Risco e Recuperação é responsável pelo desenvolvimento dos modelos de avaliação e monitorização do risco de mercado e do risco de crédito, este último o risco materialmente mais relevante para a instituição, atendendo às particularidades de cada área de negócio.

Os restantes Órgãos de Gestão asseguram a correta prossecução dos sistemas, processos e procedimentos que suportam a integridade do sistema de controlo interno no seu todo e como tal a adequada operacionalização da estratégia definida pelo órgão de Administração.

Compete à Direção de Controlo Interno controlar a eficácia e efetividade dos mecanismos de identificação, avaliação, controlo e monitorização de processos e inerentes riscos, com o intuito de assegurar o cumprimento dos standards de risco estabelecidos e a sua adequação face ao capital interno da instituição, em consonância com os deveres regulamentares e práticas internacionalmente aceites.

A elaboração do relatório sobre o ICAAP, remetido anualmente ao Banco de Portugal, é da responsabilidade da Direção de Controlo Interno do Banco, em estreita colaboração com a Direção Financeira e com a Direção de Risco e Recuperação, com o contributo dos restantes membros do Órgão de Direção. Por sua vez, a aprovação do processo de autoavaliação do capital interno do Banco é da responsabilidade do Órgão de Administração. Adicionalmente, o sistema de gestão de risco é revisto anual e autonomamente pela equipa de auditoria corporativa.

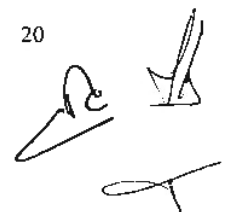
Importa, contudo, neste âmbito relevar que a preparação do ICAAP e, em particular, a definição das metodologias de cálculo inerentes a este relatório, é também executada em estreita cooperação com a Divisão de Intervenção Geral e Controlo de Gestão do Grupo Santander, de forma a assegurar a aproximação das metodologias de avaliação da adequação do capital interno às utilizadas a nível corporativo.

De salientar igualmente que sendo o ICAAP parte integrante do Sistema de Controlo Interno do Banco, a instituição beneficia da colaboração das equipas de Auditoria Interna Corporativas e dos Auditores Externos na medida que estas contribuem diretamente para assegurar a eficácia dos processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos a que a instituição se encontra sujeita.

A avaliação quantitativa e qualitativa da adequação do capital interno é efetuada de acordo com a magnitude dos riscos incorridos no desenvolvimento da atividade do Banco e a eficácia das respetivas técnicas de controlo implementadas.

De acordo com o Modelo de Avaliação de Riscos (MAR), a definição da relevância ou materialidade dos riscos inerentes a cada uma das áreas funcionais tem por base a probabilidade de ocorrência dos eventos, que afetem significativamente a condição financeira da empresa, e a qualidade e adequabilidade dos processos de controlo instituídos. Neste sentido, para efeitos de avaliação quantitativa da adequação do capital interno, o Banco considera individualmente a exposição ao risco de crédito, ao risco operacional, ao risco de taxa de juro e ao risco de estratégia.

No que respeita aos riscos não contemplados nas categorias acima mencionadas, considera-se que uma avaliação individual é algo desajustada face à sua diminuta materialidade e representatividade pelo que, para efeitos de avaliação do capital interno estes foram considerados de forma agregada. O processo de avaliação dos riscos considerados como materialmente relevantes, encontra-se sistematizado no diagrama infra.



Métricas de Quantificação			
Risco de Crédito	Risco Operacional	Risco de Taxa de Juro	Risco de Estratégia
Modelos de Stress Test	Capital Regulamentar	Modelos de Stress Test	% dos Custos Gerais

O processo de autoavaliação da adequação do capital interno é considerado uma ferramenta estratégica, no sentido de ser um elemento essencial na gestão de capital porque:

- Permite uma gestão do capital ao incorporar uma análise dos impactos na sua base
- Permite uma melhoria da eficiência no uso de capital
- Antecipa os potenciais cenários de faltas/excesso de capital
- Apoia a formulação da estratégia de gestão de capital do grupo
- Identifica as áreas de melhoria

O Banco, no processo de autoavaliação do valor agregado do capital interno considera a soma simples dos valores de capital determinados individualmente, para cada categoria de risco, deduzidos dos efeitos de diversificação entre riscos.

4. Rácio de Alavancagem

O rácio de alavancagem é definido no art.º 429 do regulamento EU 575/2013 como a percentagem resultante da divisão dos Fundos próprios da instituição pela medida da exposição total dessa instituição.

O requisito mínimo atual, de acordo com Basileia, é de 3%. Não temos conhecimento de normativo nacional ou europeu a estipular qualquer rácio mínimo para 31 de Dezembro de 2016. De qualquer forma, o BANCO apresentou um rácio de 9,76%, muito superior aos 3% referidos.

Fundos próprios e medida de exposição Total		
20	Fundos Próprios de Nível 1	133.682.593
21	Medida de exposição total do rácio de Alavancagem	1.369.422.089
Rácio de alavancagem		
21	Medida de exposição total do rácio de Alavancagem	9,76%

A diferença entre o ativo financeiro contabilístico e a medida da exposição total do rácio de alavancagem limita-se às seguintes rubricas: valores extrapatrimoniais no valor de 11 725 114 euros, valor das garantias (cauções) no valor de 43 415 845 euros, e a 5 957 722 euros de provisões para outros ativos. Esta última rubrica consta no ativo das demonstrações financeiras mas não são consideradas no cálculo do crédito em risco uma vez que não têm uma relação direta com os valores em ativo e portanto não são elegíveis para mitigar o risco e crédito.

21

Decomposição da exposição Total

Exposições patrimoniais (excluindo derivados e SFT)		
1	Elementos patrimoniais (excluindo derivados, SFT, e ativos fiduciários , mas incluindo as garantias)	1.360.758.733
2	(Montantes dos ativos deduzidos na determinação dos fundos próprios de nível 1)	-3.061.758
3	Total das exposições patrimoniais (excluindo derivados, SFT, e ativos fiduciários)	1.357.696.975
Posições em risco sobre instrumentos derivados		
4	Custo de substituição associado a todas as transações de derivados	0
5	Montante das majorações para PFE associadas a todas as transações de derivados	0
EU-5a	Exposição determinada pelo método do risco iniciais	0
6	Valor bruto das garantias prestadas no quadro de derivados quando deduzidas aos ativos do balanço nos termos do quadro contabilístico aplicável	0
7	(Deduções das contas a receber contabilizadas como ativos para a margem de variação em numerário prevista em transações de derivados	0
8	(Excluindo a componente CCP das exposições em que uma instituição procede em nome de um cliente à compensação junto de uma CCP	0
9	Montante nocional efetivo ajustado dos derivados de crédito vendidos	0
10	(Diferenças nacionais efetivas ajustadas e deduções das majorações para derivados de crédito vendidos	0
11	Total das posições em risco sobre instrumentos de derivados	
Exposições SFT		
12	Valor bruto dos ativos SFT (sem reconhecimento da compensação), após ajustamento para as transações contabilizadas como vendas	0
13	(valor líquido dos montantes em numerário a pagar e a receber dos ativos SFT brutos)	0
14	Exposição ao risco de crédito de contraparte dos ativos SFT	0
15	Exposições pela participação em transações na qualidade de agente	0
EU-15a	(Excluindo a componente CCP das exposições em que uma instituição procede em nome de um cliente a compensação junto a uma CCP)	0
16	Total das exposições sobre operações de financiamento de valores mobiliários	
Outras exposições extrapatrimoniais		
17	Exposições extrapatrimoniais em valor nocional bruto	73.401.100
18	(Ajustamentos para conversão em equivalente-crédito)	-61.675.986
19	Outras exposições extrapatrimoniais	11.725.114
(Posições em risco isentas em conformidade com o artigo 429.º, nº7 e 14, do regulamento EU 575/2013		
EU-19a	(Posições em risco intragrupo (base individual) isentas em conformidade com o artigo 429.º, nº7 do regulamento EU 575/2013	0
EU-19b	(Posições em risco intragrupo (base individual) isentas em conformidade com o artigo 429.º, nº14 do regulamento EU 575/2013	0

Reconciliação da exposição total com o activo contabilístico

Exposições patrimoniais (excluindo derivados e SFT)		
1	Total dos ativos que constam das Demonstrações Financeiras	1.398.092.742
2	Ajustamento para as entidades consolidadas para fins contabilísticos mas que estão fora do âmbito de consolidação regulamentar	0
3	(Ajustamento para os Ativos fiduciários reconhecidos no balanço nos termos do quadro contabilístico aplicável, mas excluídos da medida da exposição do rácio de alavancagem de acordo com o artigo 429.º nº 13 do regulamento EU 575/2013)	0
4	Ajustamentos para instrumentos financeiros derivados	0
5	Ajustamentos para operações de financiamento de valores mobiliários (SFT)	0
6	Ajustamentos para elementos extrapatrimoniais	11.725.114
EU-6a	(Posições em risco intragrupo (base individual) isentas em conformidade com o artigo 429.º, nº7 do regulamento EU 575/2013)	0
EU-6b	(Posições em risco intragrupo (base individual) isentas em conformidade com o artigo 429.º, nº14 do regulamento EU 575/2013)	0
7	Outros ajustamentos	-40.395.767
8	Medida da exposição total do rácio de alavancagem	1.369.422.089

VI. POSIÇÕES EM RISCOS DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE

O risco de crédito de contraparte assume relevância apenas nas operações de tesouraria, visto que, em termos de crédito concedido, dada a sua natureza, a carteira é bastante atomizada, constituindo, assim, um elemento natural de diversificação de risco. Com a transferência da tesouraria do Banco para o acionista financeiro, o controlo de risco de contraparte passou a ser efetuado por esta entidade. No entanto, atendendo à natural posição tomadora de fundos do Banco, este risco não assume relevância material.

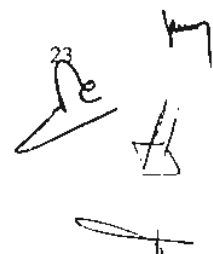
VII. RESERVAS PRUDENCIAIS DE FUNDOS PRÓPRIOS

A 31 de Dezembro de 2016 o Banco não era obrigado a constituir uma reserva cíclica de Fundos próprios.

O Banco de Portugal decidiu manter em 0% a exigência adicional de solidez destinada a fazer face ao aumento do risco sistémico

VIII. INDICADORES DE IMPORTÂNCIA SISTEMA GLOBAL

O Banco Santander, SA (Espanha) consta da lista das *Global Systemically Important Banks* (G-SIBs). O grupo adotou uma estratégia em que as subsidiárias são financiadas de maneira autónoma

23


em termos de capital e liquidez. As posições de capital e liquidez do Grupo são coordenadas nos comités corporativos. As exposições *intragrupa* são limitadas, transparentes e a preços de mercado. O Grupo conta com subsidiárias em vários países, detendo sempre uma participação de controlo.

A autonomia das subsidiárias limita o contágio de problemas entre as diferentes entidades do Grupo, o que reduz consideravelmente o risco sistémico.

IX. RISCO DE CRÉDITO – AJUSTAMENTOS

1) Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas nas demonstrações financeiras podem ser consultadas nas notas às contas do Relatório e Contas de 2016.

O Banco desenvolveu um modelo de apuramento de perdas por imparidade da sua carteira de crédito concedido, tendo em conta os requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro, nomeadamente no que respeita aos princípios previstos no âmbito do IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração. Mensalmente avalia a existência de imparidade, encontrando-se um crédito em imparidade quando exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais acontecimentos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e quando esse acontecimento tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, que possa ser estimado com razoabilidade.

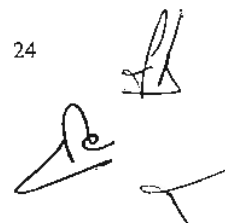
A metodologia de análise de imparidade adotada pelo Banco prevê numa primeira fase a identificação de créditos com indícios de imparidade. Esta identificação é efetuada individualmente para ativos financeiros relativamente aos quais se considere que o valor agregado da exposição é individualmente significativo, e coletivamente para grupos homogêneos de ativos de montante individual não significativo. Para este efeito, a carteira de crédito do Banco encontra-se segmentada de acordo com os seguintes critérios:

Tipo de negócio

- Operações de “factoring”
- Crédito a empresas (apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de stocks)
- Aluguer de longa duração (ALD)
- Crédito ao consumo
- Operações de leasing mobiliário
- Cartões de Crédito
- Crédito Pessoal

Natureza do bem financiado (ALD, crédito ao consumo e leasing mobiliário)

- Aquisição de automóvel em estado Novo
- Aquisição de automóvel em estado Usado



- Aquisição de outros bens e serviços
- Empréstimos pessoais
- Créditos reestruturados

Origem

- Ex-Interbanco
- Ex-Sucursais (carteiras de crédito provenientes das anteriores Sucursais em Portugal do Santander Consumer Finance, S.A. e do Santander Consumer, E.F.C., S.A., as quais foram integradas no Banco com referência a 1 de Janeiro de 2007).
- Banque PSA Finance S.A

De referir que as novas operações de crédito para aquisição de automóvel, angariadas após a concentração de atividades das Sucursais do Santander Consumer no Banco, são classificadas para efeitos de modelo de imparidade na categoria "Ex-Interbanco", e as operações de crédito para aquisição de bens e serviços são classificadas na categoria "Ex-Sucursais".

No âmbito da aplicação desta metodologia, são objeto de análise individual pelo Banco os devedores por operações de factoring e crédito concedido a empresas para apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de *stocks*, sendo os restantes créditos analisados numa base coletiva.

No que respeita a ativos analisados individualmente para os quais sejam identificados indícios de imparidade, o Banco estima o respetivo valor de recuperação. O valor da imparidade corresponde ao diferencial entre o valor de balanço destes créditos e o valor estimado de realização, sempre que este seja inferior ao primeiro.

Para ativos analisados coletivamente, os fluxos de caixa futuros que se espera receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de ativos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro das operações. No âmbito do modelo desenvolvido pelo Banco, foram identificados critérios de classificação das operações para os segmentos definidos acima, assim como condições representativas de níveis de risco diferenciados a considerar para efeitos da determinação de imparidade. Conforme segue:

- Sem Indícios: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 15 dias;
- Com Indícios: créditos com saldos vencidos entre 16 dias e 90 dias;
- Default: créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias.

O valor da imparidade estimada resulta assim da diferença entre o valor de balanço e o valor actual dos cash flows futuros estimados, descontados à taxa de juro das operações na data de referência da análise.

Em 31 de Dezembro de 2016 as perdas por imparidade foram calculadas através da metodologia atrás referida. A atividade desenvolvida pelo Banco leva a uma elevada granularidade da carteira de crédito. Ainda assim, dada a natureza do negócio automóvel em que o Banco apoia o financiamento de *stocks* de viaturas nas parcerias que estabelece, existem valores de exposição a uma contraparte individual ou a um grupo de contrapartes relacionadas que se enquadram como Grandes Riscos de acordo com o definido no art.º 395 do regulamento (EU) 575/2013. As cinco maiores exposições verificam-se sobre os Grupos Santogal (20.9% dos fundos próprios), PCR Grupo Comercial (16,54% dos fundos próprios), LENA

25

(14,56% dos fundos próprios), Gamobar (14,41% dos fundos próprios), e Salvador Caetano (11,4% dos fundos próprios). As restantes exposições não ultrapassam os 10%. Para mitigar este risco o Banco recorre a garantias adicionais.

Risco de Crédito – Método Padrão

Desde 2008, que o Banco utiliza o Método Padrão para cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco de crédito. Para o efeito, as posições em risco originais são segmentadas de acordo com as classes de risco identificadas no capítulo 2 da Parte III do regulamento (EU) 575/2013.

A Dezembro de 2016 o valor do crédito em risco, sem ter em conta o fator PME, é 1 082 406 060 euros. O valor do crédito em Risco Total é 1 053 210 656 euros.

MÉTODO PADRÃO									
		Ponderadores de Risco						TOTAL	
		0%	20%	50%	75%	100%	150%	250%	
1. Posição em risco original por classe de risco:	CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	24 228 834	0	0	0	0	0	7 324 125	31 552 959
	CL VI - Instituições	0	15 637 244	10 380 167	0	0	0	0	26 017 411
	CL VII - Empresas	0	0	0	0	512 579 353	0	0	512 579 353
	CL VIII - Carteira de retalho	0	0	0	1 105 295 284	0	0	0	1 105 295 284
	CL X - Elementos vendidos	0	0	0	0	75 125 437	501 200	0	576 326 637
	CL XIII - Outros elementos	22 651	2 121 136	0	0	19 532 413	0	0	21 673 200
TOTAL posições em risco original:		24 251 487	17 758 380	10 380 167	1 105 295 284	488 237 204	501 200	7 324 125	1 573 747 904
2. Posição em risco por classe de risco (base de incidência dos ponderadores):	CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	24 228 834	0	0	0	0	0	7 324 125	31 552 959
	CL VI - Instituições	0	15 637 244	10 276 365	0	0	0	0	25 913 608
	CL VII - Empresas	0	0	0	0	273 706 481	0	0	273 706 481
	CL VIII - Carteira de retalho	0	0	0	1 015 096 580	0	0	0	1 015 096 580
	CL X - Elementos vendidos	0	0	0	0	4 642 057	477 125	0	5 119 182
	CL XIII - Outros elementos	22 654	2 121 136	0	0	15 015 222	0	0	17 160 017
TOTAL posições em risco:		24 251 487	17 758 380	10 276 365	1 015 096 580	282 364 765	477 125	7 324 125	1 388 548 829
3. TOTAL posições ponderadas pelo risco (a):		0	3 551 676	5 138 183	781 322 435	292 364 765	715 688	18 310 313	1 082 406 060
Posição em risco deduzida aos fundos próprios por classe de risco:	CL I - Administrações centrais ou bancos centrais								
	CL VI - Instituições								
	CL VII - Empresas								
	CL VIII - Carteira de retalho								
	CL X - Elementos vendidos								
	CL XIII - Outros elementos								
TOTAL posições em risco deduzidas aos fundos próprios:									

(a) Produto de "Total das posições em risco" por "ponderadores de risco".

Euros
31/12/2016

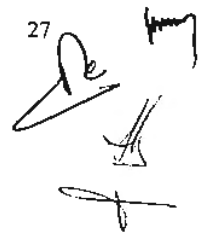
2) Risco de Crédito – Informação quantitativa

Modelo "Distribuição Geográfica das Posições em Risco"

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS POSIÇÕES EM RISCO
(em % da posição em risco original)

Classes de Risco	Portugal / Norte		Portugal / Sul	Portugal / Ilhas
	dezembro 16	dezembro 16	dezembro 16	dezembro 16
CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	0,00%	2,00%	0,00%	0,00%
CL VI - Instituições	0,00%	1,65%	0,00%	0,00%
CL VII - Empresas	7,05%	10,07%	1,62%	1,12%
CL VIII - Carteira de retalho	24,21%	36,59%	5,57%	3,86%
CL X - Elementos vencidos	0,58%	4,02%	0,15%	0,11%
CL XIII - Outros elementos	0,00%	1,38%	0,00%	0,00%
% do total da posição em risco original	31,84%	55,72%	7,34%	5,10%

27



Modelo "Distribuição Sectorial das Posições em Risco"

DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DAS POSIÇÕES EM RISCO (em % da posição em risco original)			
Classes de Risco	Sector Público	Particulares	Empresas
	dezembro 15	dezembro 15	dezembro 15
CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	2,00%	0,00%	0,00%
CL VI - Instituições	0,00%	0,00%	1,65%
CL VII - Empresas	0,00%	0,00%	19,86%
CL VIII - Carteira de retalho	0,00%	61,47%	8,76%
CL X - Elementos vencidos	0,00%	2,86%	2,01%
CL XIII - Outros elementos	0,00%	0,00%	1,38%
% do total da posição em risco original	2,00%	64,33%	33,66%

Modelo "Repartição das Posições em Risco Vencidas e Objeto de Imparidade"

REPARTIÇÃO DAS POSIÇÕES EM RISCO VENCIDAS E OBJECTO DE IMPARIDADE				
		Posições em risco vencidas	Posições em risco objecto de imparidade	Correcções de valor e Provisões
		dezembro 16	dezembro 16	dezembro 16
Total das posições:		76.626.693	76.619.144	94.850.663
Decomposição pelos principais Sectores Económicos:	Sector Público	0	0	0
	Particulares	45.056.750	46.935.976	52.376.384
	Empresas	31.569.943	29.683.169	42.474.279
Decomposição pelas principais Zonas Geográficas:	Portugal / Norte	9.176.478	8.368.687	11.678.631
	Portugal / Centro	63.288.724	64.510.223	78.063.421
	Portugal / Sul	2.407.355	2.143.843	3.080.313
	Portugal / Ilhas	1.754.136	1.596.391	2.028.297

Posições em risco vencidas e objecto de imparidade: posições em risco originais. Unidade: Euros

Modelo "Correções de Valor e Provisões"

CORRECÇÕES DE VALOR E PROVISÕES		
Correções de Valor e Provisões	dezembro 16	dezembro 15
Saldo Inicial	107.553.327	71.961.873
Dotações	28.249.119	70.743.471
Utilizações	-29.410.393	-68.367.583
Reposições/Anulações	-10.975.467	-3.904.381
Outros ajustamentos:	-565.921	37.139.946
- Ajustamentos por diferenças cambiais		
- Transferências de provisões	-2	37.139.947
- Combinações de actividades		
- Aquisições e alienações de filiais		
- Outros	-565.920	0
Saldo final	94.850.663	107.553.327

Unidade: Euros

2 Modelo "Prazo de Vencimento Residual"

PRAZO DE VENCIMENTO RESIDUAL (em % da posição em risco original)				
Classes de Risco	VR < 1 ano	1 ano < VR < 5 anos	5 anos < VR < 10 anos	VR > 10 anos
	dezembro 16	dezembro 16	dezembro 16	dezembro 16
CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	2,00%	0,00%	0,00%	0,00%
CL VI - Instituições	1,65%	0,00%	0,00%	0,00%
CL VII - Empresas	19,86%	0,00%	0,00%	0,00%
CL VIII - Carteira de relalho	21,47%	36,80%	11,97%	0,00%
CL X - Elementos vencidos	4,87%	0,00%	0,00%	0,00%
CL XIII - Outros elementos	1,38%	0,00%	0,00%	0,00%
em % do total da posição em risco original	51,24%	36,80%	11,97%	0,00%

VR: Vencimento residual.

X. ATIVOS ONERADOS E NÃO ONERADOS

Situação não aplicável ao Banco.

XI. EXPOSIÇÃO A RISCO DE MERCADO

Situação não aplicável ao Banco.

XII. RISCO OPERACIONAL

1.1 Descrição da metodologia de cálculo dos requisitos de fundos próprios:

Por Risco Operacional entende-se o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de eventos externos, incluindo os riscos jurídicos descrito no ponto 52 do art.º 2 do regulamento (EU) 575/2013. O método de cálculo dos requisitos de fundos próprios para a cobertura de risco operacional é o do indicador básico que consta no art.º 315 do mesmo regulamento.

1.2 Indicação dos elementos contabilísticos considerados para cálculo do indicador relevante, no caso de utilização do método do Indicador Básico:

Os elementos contabilísticos considerados para cálculo do indicador relevante são os definidos no quadro 1 do ponto 4 da Parte 1 do Anexo I do Aviso do Banco de Portugal n.º 9/2007. Adicionalmente são tidas em consideração as condições expressas no ponto 5.

XIII. POSIÇÕES EM RISCO SOBRE AÇÕES DA CARTEIRA

Situação não aplicável ao Banco.

XIV. RISCO DE TAXA DE JURO NA CARTEIRA

O Banco mede, em base mensal (ou pontualmente, quando necessário), a sensibilidade do valor atualizado do somatório dos cash-flows futuros da carteira de negócio (ativos de natureza comercial e financeira), com os cash-flows do respetivo passivo associado a uma subida paralela de 1% na curva de taxas de juro do mercado interbancário.

Para mitigar o risco de subida das taxas de juro, o Banco Santander Consumer Portugal privilegia a utilização de instrumentos financeiros derivados – swaps de taxa de juro – por montantes e prazos que possibilitam a imunização dos cash-flows da carteira de taxa fixa (ativo), a movimentos adversos na estrutura temporal de taxas de juro no mercado interbancário. A utilização dos instrumentos derivados permitiu otimizar a liquidez, uma vez que o financiamento da atividade pode ser feito a prazos mais reduzidos, facto especialmente relevante atendendo às condições do nível do custo dos fundos nos mercados financeiros.

Com referência a 31 de Dezembro de 2016, o risco de taxa de juro do balanço do Banco, medido de acordo com a Instrução 19/2005 do Banco de Portugal, que assume, entre outros fatores, um movimento de 200 pontos básicos paralelo na estrutura de taxas de juro, era de 4.943 milhares de euros de impacto negativo nos capitais próprios, representando apenas cerca de 4% dos seus fundos próprios elegíveis.

XV. RISCO ASSOCIADO A POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

No dia 15 de Julho de 2015 ocorreu a amortização antecipada da operação de titularização de créditos Silk Finance No.3 Limited.

Na sequência do acima exposto, o Banco efetuou, em 16 de Novembro de 2016, uma nova operação de titularização de créditos Silk Finance No.4 com o propósito único de maximização dos seus níveis de liquidez e financiamento da atividade corrente, onde o Banco atua como cedente e gestor dos créditos cedidos. Decorrente desta operação foi contratada uma Sociedade de Titularização de Créditos (STC), Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., com sede em Portugal, emitente da dívida da transação.

O período de *revolving* desta operação vai decorrer até Janeiro de 2019, ou seja, por um período de 3 anos nos quais será mantido o nível da operação. Com referência a 31 de Dezembro de 2016, a carteira securitizada perfazia um total de 610 928 330 Euros.

Para efeitos prudenciais, a operação de titularização Silk Finance nº4 não configura uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente o risco de crédito dado que o Banco não transferiu as posições em risco e tendo adquirido a totalidade da estrutura de capital resultante da transação.

Na data de constituição da operação e a 31 de Dezembro de 2016, a estrutura de capital do Silk Finance nº4 era a seguinte:

<u>Obrigações</u>	<u>Montante emitido</u>	<u>Data de reembolso</u>	<u>Rating S&P/DBRS</u>	<u>Remuneração</u>
Classe A	509.400.000	Janeiro de 2031	A / A	1,20%
Classe B	101.500.000	Janeiro de 2031	N.A.	2,40%
Classe C	3.700.000	Janeiro de 2031	N.A.	Residual
V. F. N.	1	Janeiro de 2031	N.A.	N.A.

Para efeitos de relevação contabilística o Banco nas suas contas individuais não desreconheceu do ativo os créditos cedidos na operação de titularização dado que:

- i. Mantém o controlo sobre as operações;
- ii. Continua a receber parte substancial da sua remuneração;
- iii. Mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos;
- iv. Detém a totalidade da dívida emitida por parte do Silk Finance nº4.

Para efeitos das contas individuais, os créditos objeto da operação de titularização estão registados na rubrica de Ativos Titularizados não Desreconhecidos, sujeitos a critérios contabilísticos idênticos aos das restantes operações de crédito. Os fundos recebidos pelo Banco no âmbito destas operações estão registados na rubrica Passivos por Ativos não Desreconhecidos em Operações de Titularização. As obrigações emitidas no âmbito da operação de titularização estão registadas como Ativos Detidos até à Maturidade pelo seu custo amortizado.

Nas contas individuais, cumprindo o disposto das Normas Internacionais de Contabilidade, o Banco consolida integralmente o Silk Finance nº4, ajustando e anulando as posições contabilísticas comuns, resultando na eliminação completa da transação nas demonstrações financeiras.

Conforme anteriormente referido, o Banco não desreconhece os ativos cedidos na operação de titularização Silk Finance nº4, pelo para efeitos de determinação de requisitos de capital os ativos titularizados não são relevados no apuramento de requisitos de fundos próprios, conforme no ponto 3 do nº7 do Aviso nº7/07.



Secção A – Informação Qualitativa

OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO	
Titularização tradicional	SILK FINANCE Nª4
Instituição(ões) Cedente(s)	Banco Santander Consumer Portugal, S.A.
Instituição(ões) Patrocinadora(s)	Sociedade Titularização de Créditos (Tagus)
Informação sobre as operações:	
Data de início:	16 de Julho de 2015
Maturidade legal	25 de Janeiro de 2031
Cláusula de <i>step-up</i> (data)	Não aplicável
<i>Revolving</i> (anos)	3 anos
Activos titularizados (em milhões de euros)	611
Valor em dívida (em milhões de euros)	611
Informação sobre o envolvimento da(s) Instituição(ões) cedente(s):	
Existência de situações de "apoio implícito"	Não aplicável
Activos cedidos (por instituição)/Activos titularizados (total) (%)	100%
Mais-valia/Valor das posições de primeira perda readquiridas	Não aplicável
Observações	

As posições de créditos titularizados, na ótica do cedente e as posições de dívida emitida no âmbito da operação de titularização podem ser analisadas da seguinte forma nas seguintes datas de referência:

Em euros

Data	Saldo de Créditos Titularizados	Saldo da Dívida Emitida
31/12/2015	611.007.729	614.600.001

Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left and several smaller initials on the right.

XVI. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES COM FUNÇÕES DE CONTROLO OU COM RESPONSABILIDADE NA ASSUNÇÃO DE RISCOS, DO BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 115.º-C, do Regime Geral das Instituições de Crédito (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro), no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro, é divulgada a política de remuneração para 2016 dos trabalhadores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o "Banco"), exercem a sua actividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, ou desempenham funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco (os "Dirigentes")

São assim considerados para este efeito os Diretores responsáveis pela Direcção de Legal e Compliance do Banco e pela Área de Controlo Interno, bem como os responsáveis pelas Direcções Risco e Recuperação, Comercial de Retalho, Parcerias Consumo e Cliente Final, Financeira, Recursos Humanos e de Tecnologia e Operações.

Em concretização das relações de grupo existentes, a responsabilidade pela auditoria do Banco encontra-se cometida ao Diretor de Auditoria do Banco Santander Totta, o qual suporta o valor da respetiva retribuição.

I. Enquadramento

A política remuneratória do Banco Santander Consumer Portugal enquadra-se nas directrizes definidas pelo accionista de referência do Banco para todo o Grupo Santander, as quais são formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existentes no sector. O Grupo Santander detém 100% do capital social do Banco.

A Política de Remuneração dos Dirigentes é anualmente revista e aprovada pelo Conselho de Administração, no exercício de competência delegável na respectiva Comissão Executiva. Na sua definição participou a Direcção de Recursos Humanos do Banco, formulando recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são as adequadas e reflectem o perfil de risco e os objectivos de longo prazo do Banco e do Grupo Santander.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'De' with a flourish, and there are other initials and a small mark above it.

As remunerações dos Dirigentes encontram-se ainda sujeitas a aprovação ao nível da Divisão do Santander Consumer Finance e do Grupo Santander.

II. A Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância da concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave na organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo Santander e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

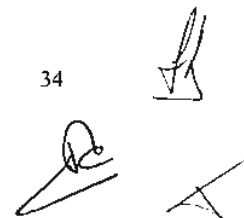
Consequentemente, a política de remuneração deste grupo de colaboradores tem, como já no passado tinha, os seguintes objectivos:

- assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto e médio prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à concretização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas.

Em 2010, foi criado ao nível do Grupo Santander o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, designadamente afectas às áreas financeira e controlo de gestão, risco, auditoria interna, riscos operativos, recursos humanos e compliance, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos, aspectos com impacto nas retribuições.

Acresce que o Grupo contou com a assistência de consultores externos especialistas na análise, definição e avaliação de políticas de remuneração.

Assim, o Grupo, prossequindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.



III. Princípios orientadores da política de remuneração no Banco Santander Consumer Portugal

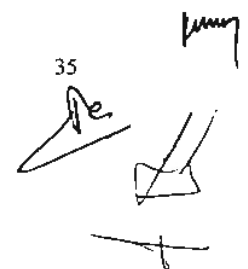
Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da política de remuneração têm sido e devem ser os seguintes:

- a) Simplicidade, clareza, transparência e alinhamento com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficazes para evitar a exposição excessiva ao risco e a conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objectivos, valores e interesses de longo prazo do Banco, cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios se preserva, e dos seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e a equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente através: i) da criação de limites máximos para as componentes da remuneração, que devem ser equilibradas entre si; e ii) do pagamento de parte da remuneração variável em instrumentos financeiros;
- e) Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respectivo, com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados do Banco, também por comparação com outras entidades internacionais do sector;
- f) Para os colaboradores que exerçam funções de controlo, na acepção do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, e para além de benefícios de natureza não remuneratória que porventura lhe sejam devidos, a componente variável da respetiva remuneração tem em conta a avaliação do desempenho individual e, concretamente, os objetivos específicos relacionados com as funções que exercem, não estando dependente do desempenho das áreas de negócio;
- g) Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
- h) Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adoptadas.

IV. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

35

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'De' and there are several other scribbles and initials below it.

- a) Esta Política de Remuneração dos Dirigentes enquadra-se nas directrizes do Grupo, que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b) Das referidas directrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos Dirigentes. Tal avaliação é realizada anualmente pelo Presidente da Comissão Executiva. Sempre que estes Dirigentes estejam sujeitos a obrigação de duplo reporte, a avaliação é também feita por responsável do Grupo pela área em causa. Na sua qualidade de trabalhador do Banco Santander Totta, o responsável pela auditoria interna do Banco é avaliado pelo respectivo empregador;
- c) Independentemente de as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a poderem tornar de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não sendo assim possível predeterminar a proporção entre as componentes fixas e variáveis da remuneração, mas tendo em consideração o definido no Grupo, o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode, em qualquer circunstância, ser superior a 200%.

1. Retribuição Fixa

- a) A Retribuição Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Retribuição Fixa é composta pela retribuição base; alguns Dirigentes auferem retribuição especial por isenção de horário de trabalho;
- c) A Retribuição Fixa é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo Santander, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- d) A Retribuição Fixa dos Dirigentes tem os limites de referência que forem fixados anualmente pela Comissão Executiva, tendo esta retribuição representado, em média, em 2016, 76% da Remuneração Total do correspondente universo de beneficiários.

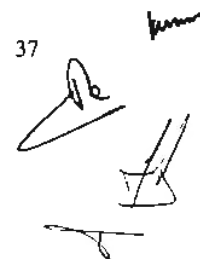
2. Remuneração variável

- a) Em função da aplicação das orientações e política do Grupo relativamente a estas matérias à Divisão do Santander Consumer Finance, a remuneração de todos ou alguns dos Dirigentes poderá comportar igualmente uma componente variável, incluindo um elemento anual e um elemento plurianual, ambos de atribuição não garantida;
- b) Tendo presente o definido no ponto IV, alínea c), a remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;

- c) De forma a objectivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objectivos quantitativos e qualitativos do Banco, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- d) A ponderação da consecução dos objectivos estratégicos definidos pelo e para o Banco, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo do Banco e dos seus accionistas;
- e) No caso de serem imputados ao Banco, por accionistas ou por terceiros, responsabilidade por actos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos accionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respectiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.
- f) A totalidade da componente variável, incluindo tanto o elemento de atribuição anual como o elemento de atribuição plurianual, poderá ser objecto de redução ("malus") ou reversão ("clawback") que resultem da definição dos critérios de atribuição da remuneração variável e dos termos legais aplicáveis à responsabilidade dos administradores.

2.1. . Remuneração variável anual

- a) Como elemento da remuneração variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objectivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e atribuídas acções do Banco Santander;
- b) A determinação do valor do prémio de desempenho tem por base os seguintes critérios:
 - b)1. Critérios definidos para a Unidade: i) 70% dependem de métricas financeiras, em concreto de risco (com um peso de 10%), tendo como indicadores os rácios do custo de crédito e de *NPL*; de capital (com um peso de 10%) tendo como indicador o *RWA Cap* (métrica binária); de Rentabilidade (com um peso de 50%), tendo como indicadores os resultado após impostos da Sociedade e o *RoRWA* ii) 15% dependem de métricas de fidelização e satisfação dos clientes iii) 10% de métricas de satisfação dos colaboradores iv) 5% de métricas estabelecidas no âmbito da responsabilidade social da Sociedade.
 - b)2. O resultado obtido na alínea b)1. é ajustado em função dos resultados obtidos pelo Grupo por comparação destes com os resultados obtidos pela unidade, através de um fator multiplicador que poderá assim majorar ou reduzir o resultado obtido na alínea b). Este fator multiplicador é determinado discricionariamente pelo Grupo.
 - b)3.ao resultado obtido em b)2. poderá ser aplicado um ajuste excepcional decorrente de uma avaliação de factores qualitativos adicionais, designadamente por uma deficiente avaliação feita pelos

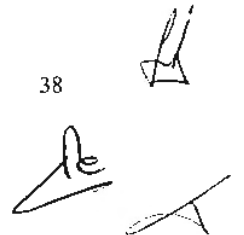


supervisores ou funções de controlo, de um evento extraordinário materialmente relevante, do balanço e de outros indicadores críticos da atividade e fatores relevantes de gestão;

- c) O prémio de desempenho destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em função do grau de cumprimento dos objetivos, entre 0% e um valor que em 2016 se estima não superior a 150% do valor do prémio de desempenho da Empresa pago no ano anterior;

2.2. Remuneração variável plurianual

- a) capital tangível ("ROTE" na sigla em inglês – Return on Tangible Equity) do ano do Grupo Santander em relação ao projetado para esse exercício;
- b) O valor previsto será diferido integralmente por 3 anos e a sua atribuição e valor estarão vinculados ao cumprimento de determinados objetivos definidos para o período (os "Objectivos Plurianuais"), e às restantes condições do plano;
- c) Os "Objectivos Plurianuais" têm as seguintes métricas: (i) Comportamento relativo do crescimento do lucro por ação (LPA) do Grupo Santander no período em relação com um grupo de referência de entidades de crédito no mesmo período; (ii) ROTE do exercício do Grupo Santander (iii) Satisfação dos clientes, medida pela inclusão no "Top 3" dos melhores bancos no índice de satisfação dos clientes nos principais mercados onde o grupo atua, (iv) Satisfação dos colaboradores, medida pela inclusão no "Top 3" dos melhores bancos para trabalhar nos principais mercados em que o Grupo actua, (v) Vinculação de clientes, levando em conta que os objetivos do Grupo Santander;
- d) A determinação concreta do ILP será feita pela Divisão do Santander Consumer Finance de acordo com os critérios gerais aplicáveis no quadro do Grupo Santander;
- e) A atribuição do ILP não poderá em nenhuma circunstância implicar que as componentes variáveis da remuneração sejam superiores a 200% da componente fixa da remuneração;
- f) A entrega do Incentivo de Longo Prazo individual fica ainda sujeita à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na Empresa durante o dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo durante o prazo de diferimento; iii); cumprimento das normas internas, especialmente as relativas a riscos; iv) ausência de reformulação material dos elementos financeiros do Grupo imposta pelos auditores externos, exceto se em resultado da modificação de normas contabilísticas; v) inexistência de variações significativas do capital económico ou do perfil de risco do Grupo;
- g) No limite, pode não haver lugar a atribuição de quaisquer ações;
- h) As ações atribuídas no âmbito do Incentivo de Longo Prazo não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam sujeitas a condição de manutenção, até que o seu valor perfaça duas vezes o montante da remuneração total (sem prejuízo da possibilidade da alienação de ações necessária ao pagamento de impostos decorrentes do benefício inerente a essas ações).

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page. There are three distinct marks: a large signature, a smaller signature, and a set of initials.

2.3. Identificação da parcela diferida e da já paga

Em 2016 não serão pagos quaisquer valores por conta da remuneração variável diferida uma vez que, à data, não são devidos quaisquer montantes atribuídos a esse título.

3. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com o Banco

Não se prevê que venham a existir, durante o exercício de 2016, montantes pagos aos Dirigentes por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com o Banco.

V. Benefícios

A atribuição dos benefícios é feita de modo a assegurar a compatibilidade com a estratégia empresarial, os objectivos, os valores e os interesses a longo prazo do Banco.

Alguns dos Dirigentes gozam dos seguintes benefícios:

- a) Seguro de Saúde, contratado para todos colaboradores, com comparticipação correspondente a 0,75% da respectiva retribuição fixa;
- b) Seguro de vida, aplicável a todos os colaboradores, cujo capital corresponde a 42 vezes o valor da respectiva retribuição fixa mensal;
- c) O Banco suporta o custo da diferença entre a taxa de juro praticada no mercado pela concessão de crédito à habitação e a que é cobrada por crédito da mesma natureza concedido a trabalhadores nos termos da regulamentação colectiva do sector bancário.

Não há benefícios de pensão atribuídos numa base discricionária.

VI. Aspectos complementares

Não se prevê a atribuição de planos de opções em 2016.

VII. Cumprimento das políticas de remuneração definidas no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

Esta política de remuneração dos Dirigentes do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios insitos no Decreto-lei n.º 157/2014, de 24 de Outubro, que veio alterar o Regime Geral das Instituições de

Crédito e Sociedades Financeiras ("RGICSF"), pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo do Banco.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos Dirigentes, composta por parte fixa e parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das regras constantes do art. 115º-C e seguintes do RGICSF, os quais constituem manifestamente o seu núcleo base.

Ao abrigo das orientações emitidas pela Autoridade Bancária Europeia, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 22.º da Directiva n.º 2006/48/CE, que permitem a neutralização de algumas regras na definição da política de remuneração em instituições não-complexas e não cotadas em mercado regulamentado, como é o caso do BSCP, não foram implementados mecanismos de diferimento da remuneração variável.

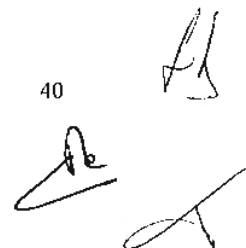
Por último, a circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém 100% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais, por sua vez e atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Neste sentido, salientem-se os critérios aprovados para o Grupo Santander para definição do seu "coletivo identificado" e consequentemente, de aplicação, entre outras, da obrigatoriedade de implementação local de remuneração variável diferida, segundo os quais tal diferimento apenas se aplica (i) a unidades em que o seu capital económico represente mais de 1% da totalidade do capital económico do Grupo, (ii) se algum membro da administração remunerado em Portugal aufera uma remuneração total anual superior a € 487.000 ou (iii) se algum membro da administração tem sob sua responsabilidade a aprovação de operações cujo montante por transação represente pelo menos 0,5% da Common Equity Tier 1 capital do Grupo Santander. Nenhuma dessas condições se verificam no caso do Banco.

Remuneração atribuída aos Dirigentes em 2016

A presente informação é prestada em cumprimento do disposto no artigo 17.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2.ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), correspondendo à divulgação, em termos agregados, do montante anual da remuneração auferida pelos colaboradores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o "Banco"), desempenham funções de topo, são responsáveis por funções de controlo ou desempenham funções com responsabilidade na assunção de riscos ou outras equivalentes com impacto material no perfil de risco do Banco (doravante, os "Dirigentes").

Remuneração Anual

Montante da retribuição fixa: 609 877,13 €

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page.

Montante da retribuição variável: 187 643,00 €
Número de beneficiários: 8

Acções: O Grupo Santander, no qual está inserido o Banco, tem também, a nível mundial, um plano de incentivos a longo prazo em acções, que está dividido em ciclos.

Contudo, em 2016 não foram atribuídas quaisquer acções a Dirigentes do Banco no âmbito deste plano.

Novas Contratações

Em 2016, foram contratados dois novos colaboradores para funções que o qualificam como Dirigente. Em virtude destas contratações, para além da remuneração inerente às funções assumidas, foi atribuído um subsídio de 36.597,50 €.

Igualmente passou a ser qualificado como dirigente, um novo colaborador que já era quadro do banco.

Cessações Contratuais

Em 2016, não cessaram contratos de trabalho com Dirigentes.

XVII. TÉCNICAS DE REDUÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

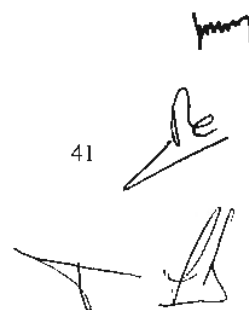
De acordo com os melhores princípios de gestão de risco o Banco utiliza várias formas de mitigação do risco de crédito, exigindo diferentes tipos de garantias, consoante o produto financeiro e o perfil de risco dos clientes:

- Reserva de propriedade ou hipotecas - Crédito Auto;
- Propriedade dos bens – Locação Mobiliária, ALD;
- Livranças e Avals;
- Cauções financeiras ALD;

A utilização de garantias é uma componente incontornável da política de risco e do processo de decisão de crédito, influenciando os critérios de aceitação, os níveis de decisão e o juro a pagar pelo cliente.

No que respeita à carteira de retalho, os instrumentos utilizados para redução do risco de crédito são as cauções financeiras, a reserva/ hipoteca dos veículos financiados e as garantias pessoais avalizadas.

O quadro seguinte procura apresentar o montante das cauções existentes pelo Banco por classe de risco enquanto técnica de redução de risco:



TÉCNICAS DE REDUÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO: MÉTODO PADRÃO

	Posição em risco líquida	Técnicas de redução do risco de crédito com efeito de substituição na posição em risco original líquida				Posição ajustada (E*)		
		Proteção pessoal de crédito: valor da proteção totalmente ajustado (G _a)		Proteção real de crédito			Efeito de substituição na posição em risco (líquido de saída e entradas)	
		Garantias	Derivados de crédito	Método simples: Cauções Financeiras	Outras formas de proteção real de crédito			
	40	50	60	70	80	110	150	
Total das posições								
CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	Classe Risco I	31.552.959						31.552.959
CL VI - Instituições	Classe Risco VI	25.913.609			0			25.913.609
CL VII - Empresas	Classe Risco VII	300.898.754			24.890.317			276.008.436
CL VIII - Carteira de retalho	Classe Risco VIII	1.093.678.187			18.467.182			1.075.211.005
CL X - Elementos vencidos	Classe Risco X	5.177.528			58.346			5.119.182
CL XIII - Outros elementos	Classe Risco XIII	17.160.017			0			17.160.017

(a) Método integral sobre cauções financeiras. Por montante da posição em risco entende-se a posição em risco líquida, após efeito de substituição.



**TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E
VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS**

Conselho de Administração

Exercício de 2016

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2017

1. TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS

ÍNDICE

Introdução

I – Modelo de Negócio

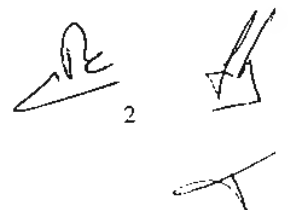
II – Riscos e Gestão de Riscos

III – Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

IV- Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização

VI. Outros aspectos relevantes na divulgação

Handwritten signatures and a small number '2'.

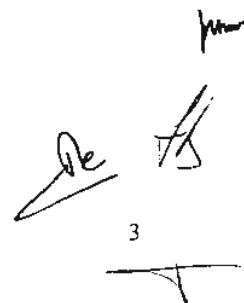
Introdução

Em cumprimento do estabelecido pelas Cartas Circulares nº 46/2008/DSB, nº 97/2008/DSB e nº 58/2009/DSB emitidas pelo Banco de Portugal relativas a "Transparência da Informação e à Valorização de Ativos" no âmbito das atividades e produtos afetados pelo período de turbulência nos mercados financeiros, o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o "Banco" ou "BSCP"), apresenta, em termos consolidados, a informação requerida sobre os eventuais impactos na sua atividade daí decorrentes.

Importa desde já salientar que, no decurso do exercício do ano 2016, ou presentemente, o Banco não mantém, sob alguma forma, em balanço ou fora de balanço, operações de alto risco associadas a mercados de "sub-prime"/ativos tóxicos, pelo que não registou qualquer impacto patrimonial com esta tipologia de operações.

Este anexo pode ser consultado em conjunto com o Relatório e Contas do ano de 2016, sendo disponibilizada a sua consulta ao público em geral por meio do acesso ao website www.santanderconsumer.pt

O conteúdo deste documento tem subjacente uma ótica predominantemente prudencial, procurando disponibilizar aos agentes económicos um leque alargado de informação que sustente de forma mais eficaz a tomada de decisões.



Handwritten signatures and a horizontal line at the bottom right of the page.

I – Modelo de Negócio

1. Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das atividades/negócios e respetiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efetuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);

O Banco desenvolve a sua atividade assente na concessão de crédito ao consumo a cliente final através do ponto de venda, nomeadamente crédito automóvel e bens duradouros, e de forma direta através de cartões de crédito ou crédito pessoal. Resultado da oferta de valor e da posição de relevância no mercado de financiamento automóvel, o Banco financia igualmente os interlocutores do ciclo de valor acrescentado desta atividade (importadores e concessionários) através de produtos de Factoring e financiamento de stocks.

Decorrente do enquadramento macro económico e da turbulência registada nos mercados financeiros, o Banco procedeu a diversas acções de ajustamento pontual na sua política de admissão e concessão de crédito, como resultado da deterioração das condições socioeconómicas das famílias portuguesas e de alguns sectores de atividade.

O financiamento da atividade por capitais alheios é maioritariamente suportado pela casa-mãe (Banco Santander S.A.), sendo as necessidades de liquidez monitorizadas de forma tempestiva e de acordo com os regulamentos corporativos existentes para o efeito. Do ponto de vista dos capitais próprios, a estratégia é alicerçada em níveis confortáveis de solvabilidade decorrentes do perfil de risco de cada linha de negócio, com o rácio de solvabilidade a cifrar-se no final do ano 2016 em 11,47%.

2. Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);

O Banco Santander Consumer Portugal S.A. procedeu à liquidação antecipada da operação de titularização de créditos Silk Finance nº3 em 15 de Julho de 2015 e concretizou, em 16 de Novembro de 2015, uma nova operação de titularização de créditos com o propósito único de maximização dos seus níveis de liquidez e financiamento da actividade corrente, onde o Banco atua como cedente e gestor dos créditos cedidos.

Para efeitos prudenciais, a nova operação de titularização Silk Finance nº4 não configura uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente o risco de crédito.

Para efeitos de relevação contabilística, o Banco não desreconheceu do activo, os créditos cedidos na operação de titularização dado que:

- (i) mantém o controlo sobre as operações;
- (ii) continua a receber parte substancial da sua remuneração;
- (iii) mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos objeto da operação de titularização estão registados na rubrica de Activos Titularizados não Desreconhecidos, sujeitos a critérios contabilísticos idênticos aos das restantes operações de crédito. Os fundos recebidos pelo Banco no âmbito destas operações estão registados na rubrica Passivos por Activos não Desreconhecidos em Operações de Titularização.

3. Descrição da importância das atividades desenvolvidas e respetiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos);

A operação de titularização realizada em 2015 – Silk Finance nº4 – permitiu ao Banco alargar o leque e continuar, assim, a diversificar as suas fontes de financiamento da atividade do banco. Esta

4




operação obedece aos requisitos de ativos elegíveis para as operações de financiamento junto do Banco Central Europeu (BCE) tendo permitido eleger 509,4 milhões de euros, correspondentes a rating A (notação atribuída pela agências de rating DBRS e Standard & Poors) para operações de absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu (BCE).

A 31 de Dezembro de 2016, o Banco tinha contratado 405 milhões de euros de passivo financeiro junto BCE em duas operações de refinanciamento de prazo alargado direccionada (*TLTRO*).

Ao longo do Relatório e Contas do exercício de 2016, com especial ênfase nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras, apresenta-se informação detalhada sobre as atividades desenvolvidas nas diversas áreas de negócio, bem como a sua respetiva evolução e desempenho.

4. Descrição do tipo de atividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;

Conforme anteriormente referido e na sequência da operação de titularização Silk Finance No.4, o Banco cedeu os créditos à TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, SA (STC) com sede em Portugal, emitente da dívida da transacção.

A operação de titularização implicou a cedência à STC de conjuntos de contratos representativos da carteira de crédito do Banco a cada momento, tendo a STC financiado a aquisição destes créditos emitindo dívida, tendo esta sido adquirida pelo Banco, incluindo os títulos *first lost position*.

Na data de constituição da operação, a estrutura de capital da operação de titularização Silk Finance nº4 era a seguinte:

Obrigações	Montante Emitido	Data do Reembolso	Rating (S&P e DBRS)	Remuneração
A	509 400 000,00	Janeiro de 2031	A / A	1,20%
B	101 500 000,00	Janeiro de 2031	N/A	2,40%
C	3 700 000,00	Janeiro de 2031	N/A	Residual
VFN	1,00	Janeiro de 2031	N/A	Residual

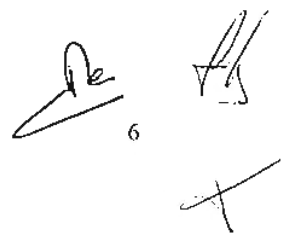
A 31 de Dezembro de 2016, a estrutura de capital da operação de titularização Silk Finance nº4 era a seguinte:

Obrigações	Montante Emitido	Data do Reembolso	Rating (S&P e DBRS)	Remuneração
A	509 400 000,00	Janeiro de 2031	A / A	1,20%
B	101 500 000,00	Janeiro de 2031	N/A	2,40%
C	3 700 000,00	Janeiro de 2031	N/A	Residual
VFN	1,00	Janeiro de 2031	N/A	Residual

No início da operação, foi alienada uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária com valor vincendo àquela data de 611.022.648,68 Euros. Deste montante de capital vincendo foram excluídos da transacção os montantes relativos a cauções e valores residuais de contratos de locação financeira mobiliária. Estas operações foram alienadas à TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, SA (STC). Com referência a 31 de Dezembro de 2016, a carteira securitizada perfazia um total de 610.928.329,83 Euros.

5. Descrição do objetivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada atividade desenvolvida;

Tal como salientado, além do referido no ponto anterior, o objectivo do Banco ao realizar a operação de titularização na condição de Originador foi o de obter financiamento para o desenvolvimento da sua actividade. Para além da posição de Originador, o Banco assume ainda a função de Gestor dos créditos.

Handwritten signatures and a small number 6.

II – Riscos e Gestão de Riscos

6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a atividades desenvolvidas e instrumentos utilizados;

No âmbito da operação de titularização, o Banco incorre em risco de crédito dado que os ativos cedidos na operação não foram desconhecidos uma vez que o Banco possui parte substancial dos riscos e benefícios envolvidos, uma vez que detém a titularidade da dívida emitida, incluindo as classes representativas da *first lost position*,

Uma vez que os créditos cedidos na operação representam uma amostra representativa da carteira de crédito do Banco, o risco de crédito inerente aos ativos cedidos é avaliado e representado de acordo com a metodologia dos restantes ativos de características semelhantes, nomeadamente através da determinação da sua imparidade.

7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na atual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as atividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas;

No âmbito das recomendações do FSF e CEBS sobre o impacto e dimensão dos riscos incorridos derivados do atual enquadramento de turbulência dos mercados financeiros, a política de gestão do risco de liquidez nos princípios da prudência e do Banco é definida e revista periodicamente pela Administração. Esta encontra-se definida no Manual de Gestão de Riscos de Mercado do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. e reflete a estratégia de gestão, que permite ao Banco garantir que dispõe de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que estas se vencem, em função do grau de risco passível de ser assumido.

A gestão de liquidez é efetuada de acordo as necessidades de tesouraria constantes do orçamento anual e preferencialmente junto da tesouraria do seu accionista Santander Consumer Finance, S.A., que assegura as necessidades de financiamento do Banco e atribui, de acordo com políticas de *rating* interno, aprovado pela Deloitte a nível corporativo, spreads aditivos à taxa de mercado em função da maturidade das transações.

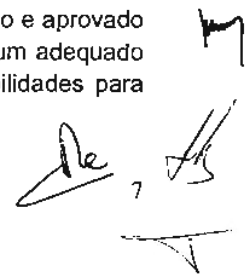
Por um lado, a gestão de curto prazo é realizada pela área de Gestão de Meios Pagamento da Direção de Operações, baseada na informação diária de liquidez assente nas contas de descoberto autorizado e na adequação tempestiva dos respetivos limites estabelecidos.

No que respeita à gestão de médio e longo prazo, esta é assegurada pela Direção Financeira, avaliada periodicamente, tendo como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras do Banco no médio e longo prazo e monitorizar a sua evolução e adequação face ao orçamentado.

O processo de acompanhamento da exposição a este risco é efetuado a 2 níveis.

Por um lado, a gestão de curto prazo é realizada pela área de Gestão de Meios Pagamento da Direção de Operações, baseada na informação diária de liquidez assente nas contas de descoberto autorizado e na adequação tempestiva dos respetivos limites estabelecidos.

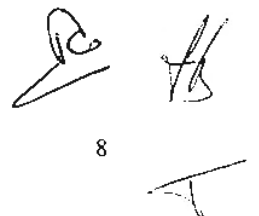
No que respeita à gestão de médio e longo prazo, esta é assegurada pela Direção Financeira, com periodicidade mínima bimestral nas reuniões do ALCO - Comité de Gestão de Activos e Passivos e integrada no orçamento geral da empresa analisado mensalmente em Comité de Direção e aprovado pela Comissão Executiva, assegurando-se deste modo a permanente manutenção de um adequado nível de capital interno, tendo como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para



fazer face às necessidades financeiras do Banco no médio e longo prazo e monitorizar a sua evolução e adequação face ao orçamentado.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco, são ainda elaborados relatórios a partir da aplicação ALM 2 Torken que permite não só identificar os *mismatches* negativos para diversas maturidades e para diversos horizontes temporais, como efetuar a cobertura dinâmica dos mesmos. Face ao grau de exposição ao risco de liquidez, é elaborada pela Direção Financeira, uma proposta à Administração com as operações de financiamento, não só adequadas às necessidades de tesouraria, mas que permitam também mitigar o grau de exposição a este risco.

Estas têm ainda em linha de conta, não só o limite mínimo de 70% imposto a nível corporativo pelo Santander Consumer, como também o limite mínimo requerido, de 70% durante 2016, pela European Banking Authority (EBA) no que respeita ao cumprimento do LCR – Liquidity Coverage Ratio.



Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left, initials 'AB' in the middle, and a signature on the right.

III – Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos “write-downs” nos resultados;

Não aplicável.

9. Decomposição dos “write-downs”/perdas por tipos de produtos e instrumentos afetados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS);

Não aplicável. O Banco não sofreu quaisquer perdas/“write-downs” por via da operação de titularização Silk Finance nº4.

10. Descrição dos motivos e fatores responsáveis pelo impacto sofrido;

Não aplicável.

11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;

Não aplicável.

12. Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados;

Não aplicável.

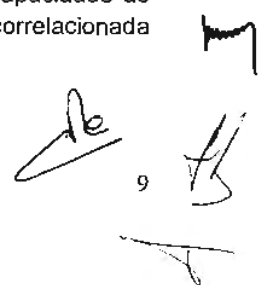
13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das ações da entidade;

Não aplicável.

14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afetada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;

O prolongamento do período de turbulência nos mercados financeiros que se sente com particular relevância em Portugal, poderá afetar a situação patrimonial do Banco de forma indireta, através do:

- Aumento da sinistralidade da carteira de crédito, por força da diminuição da capacidade de cumprimento do serviço da dívida por parte dos clientes, que está fortemente correlacionada com o comportamento das taxas de juro;
- Aumento ou diminuição do custo de financiamento dos capitais alheios.



15. Divulgação do impacto que a evolução dos “spreads” associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;

O impacto da valorização das responsabilidades pode ser consultado nas Notas Anexas às Demonstrações Financeira, no ponto do Justo Valor.

IV. Níveis e tipos das exposições afetadas pelo período de turbulência

16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições “vivas”;

Não aplicável dado não existirem operações com produtos estruturados ou activos ‘tóxicos’ no período de referência de 31 de Dezembro de 2016.

17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respetivo efeito nas exposições existentes;

Não aplicável.

18. Divulgação detalhada sobre as exposições;

Não aplicável.

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, “write-downs”, compras, etc.)

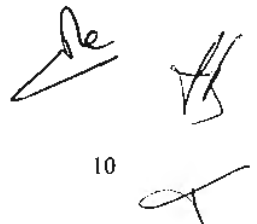
Não aplicável.

20. Explicações acerca das exposições (incluindo “veículos” e, neste caso, as respetivas atividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;

Como anteriormente referido a operação Silk Finance nº 4 é integralmente consolidada no património do Banco.

21. Exposição a seguradoras de tipo “monoline” e qualidade dos activos segurados:

Não aplicável.

Handwritten signatures and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. There are three distinct marks: a large signature, a set of initials, and another signature below them.

V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização

22. Classificação das transações e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respetivo tratamento contabilístico;

Não aplicável dado não existirem operações com produtos estruturados ou activos 'tóxicos' no período de referência de 31 de Dezembro de 2016.

23. Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência;

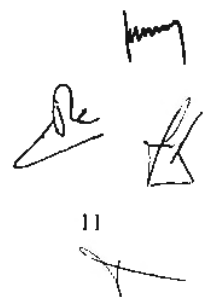
Não aplicável. Vide pontos os 2, 3, 4 e 5 deste documento.

24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros;

Consultar o ponto de Justo Valor das Notas Anexas às Demonstrações Financeiras de 2016.

25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros;

Não aplicável.



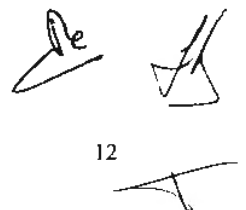
Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left, a smaller signature on the right, and the number '11' below them.

VI. Outros aspectos relevantes na divulgação Documento

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander Consumer S.A. foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco e das suas filiais, mantidos em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) N° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei n° 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n°1/2005 do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras encontram-se publicadas no sítio da internet do Banco (www.santanderconsumer.pt), dando cumprimento ao Aviso n°6/2006 do Banco de Portugal, podendo ser consultadas por qualquer entidade interessada, pessoa individual ou coletiva.



12



**RELATÓRIO ESTRUTURA E PRÁTICAS DE
GOVERNO SOCIETÁRIO**

Conselho de Administração

Exercício de 2016

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2017

1. RELATÓRIO ESTRUTURA E PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

O presente Relatório de Estrutura e Práticas de Governo Societário foi preparado nos termos e para os efeitos do disposto no Art. 70.º, n.º 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais (de ora em diante, o "CSC").

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (de ora em diante, o "Banco") dispõe actualmente de órgãos sociais estruturados de acordo com o modelo latino reforçado: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Sociedade Revisora Oficial de Contas (Cfr. Art. 278.º, n.º 1 alínea a) do CSC).

O Conselho de Administração tem competência para gerir o Banco e é composto por cinco, sete, nove ou onze vogais, um dos quais será o Presidente, todos eleitos por mandatos de três anos (Art.º 11º, Art. 19.º e seguintes dos Estatutos, na sequência das alterações aprovadas na acta nº 47 da Assembleia Geral do Banco, datada de 19.05.2016, que se encontram pendentes de registo).

Os membros do Conselho de Administração são designados pela Assembleia Geral, de acordo com o n.º 1 do Art. 19 dos Estatutos e com o n.º 1 do Art. 391.º do CSC.

A gestão corrente do Banco encontra-se delegada numa Comissão Executiva, constituída no seio do Conselho de Administração, conforme previsto no n.º 3 do Art. 407.º do CSC e no artº 22º dos Estatutos.

Na Assembleia Geral, os accionistas deliberam sobre as matérias que lhes são especialmente atribuídas pela lei e pelos Estatutos e sobre as que não estejam compreendidas nas atribuições do Conselho de Administração, designadamente:

- Aprovação do relatório de gestão e restantes documentos de prestação do Banco;
- Deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Eleição dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas;
- Apreciação geral da administração e fiscalização do Banco;
- Alterações aos Estatutos.

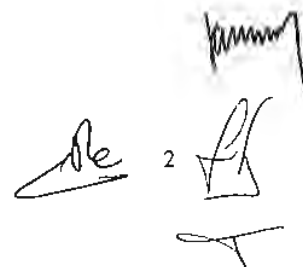
A fiscalização do Banco encontra-se confiada ao Conselho Fiscal (Art. 24.º e seguintes dos Estatutos, na sequência das alterações aos estatutos aprovadas na acta nº 47 da Assembleia Geral do Banco, datada de 19.05.2016, que se encontram pendentes de registo), constituído por um mínimo de três membros efectivos e um suplente, eleitos por mandatos de três anos (art.º 11º dos Estatutos, na sequência das alterações aos estatutos aprovadas na acta nº 47 da Assembleia Geral do Banco, datada de 19.05.2016, que se encontram pendentes de registo), e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do Art. 413.º do CSC.

O Conselho Fiscal é eleito pela Assembleia Geral, em conformidade com o n.º 1 do Art. 415.º do CSC.

O revisor oficial de contas é igualmente designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal, de acordo com o n.º 5 do Art. 24.º dos Estatutos e com n.º 1 do Art. 446.º do CSC.

1. ASSEMBLEIA GERAL

1.1 Membros da mesa da Assembleia Geral



Handwritten signatures and initials of the members of the Board of Directors, including a large signature at the top right, a signature with the number '2' next to it, and another signature at the bottom right.

A Mesa da Assembleia Geral é constituída, de acordo com o Art. 16.º, n.º 1 do Estatutos, por um Presidente e um Secretário.

Estas funções são exercidas, actualmente, pelos membros que abaixo se discriminam:

Presidente: Dr. Henrique Trocado
Secretária: Dra. Sara Larcher

1.2 Data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral para o triénio 2016/2018, foi objecto de deliberação na Assembleia Geral do Banco que teve lugar a 19.05.2016, a que corresponde a acta número quarenta e sete.

1.3 Antecedência exigida para o bloqueio das acções para a participação na assembleia-geral

De acordo com o disposto no Art. 15.º, n.º 1 do Estatutos, só podem estar presentes e participar na Assembleia Geral do Banco os accionistas que tiverem averbadas em seu nome no livro de registo do Banco, ou comprovem ter depositadas em instituições de crédito, até 10 (dez) dias antes da data marcada para a reunião, o número mínimo de acções necessário para conferir voto.

De acordo com o Art. 15, n.º 2 do Estatutos, os accionistas devem manter as acções de que são titulares averbadas ou registadas em seu nome, pelo menos, até ao encerramento da reunião da Assembleia Geral.

1.4 Número de acções a que corresponde um voto

Nos termos do disposto no n.º 3 do Art. 15.º do Estatutos, a cada 5.000 (cinco) mil euros de capital corresponde um voto sendo todavia aplicáveis, enquanto vigorarem de forma imperativa, os limites inferiores que forem fixados em lei.

Não obstante, de acordo com o n.º 4 do Art. 15.º do Estatutos, os accionistas titulares de acções em número inferior ao exigido para conferir um voto poderão agrupar-se de forma a completar o mínimo exigido, fazendo-se então representar por qualquer dos agrupados.

1.5 Accionistas titulares de direitos especiais

O capital social do Banco está integralmente realizado e está representado por 66.592.947 (sessenta e seis milhões quinhentos e noventa e dois mil novecentos e quarenta e sete) acções ordinárias com o valor nominal de 1 (um) euro cada uma.

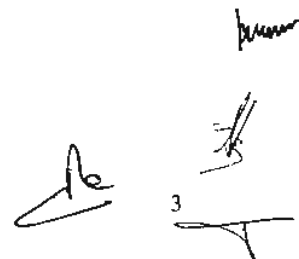
Não existem accionistas titulares de direitos especiais.

1.6 Regras estatutárias especiais ou outras restrições em matéria de direitos de voto

Para além do supra referido, não existem regras estatutárias que prevejam a existência de acções que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados, nem outras regras que possam ser consideradas como restringindo os direitos de voto dos accionistas do Banco.

1.7 Regras estatutárias sobre o quóruns constitutivos e deliberativos

Quórum constitutivo



De acordo com o Art. 17.º, n.º 1 do Estatutos, em primeira convocação, a Assembleia Geral só pode funcionar quando estiverem presentes ou representados titulares de mais de metade das acções correspondentes ao capital social. De acordo com o Art. 17.º, n.º 2, em segunda convocação a Assembleia pode deliberar validamente, qualquer que seja o número de accionistas presentes e o capital representado.

Quórum deliberativo

De acordo com o Art. 17.º, n.º 3 do Estatutos, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos emitidos, salvo disposição legal ou estatutária que exija maioria qualificada. De acordo com o Art. 17.º, n.º 4 do Estatutos, as deliberações sobre a alteração do Estatutos devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, sendo que, nos termos do n.º 5, se, porém em Assembleia reunida em segunda convocação estiverem presentes ou representados accionistas detentores de, pelo menos, metade do capital social a deliberação sobre os assuntos referidos no anterior pode ser tomada pela maioria dos votos emitidos.

É aplicável subsidiariamente o regime legal em matéria de quórum constitutivo e deliberativo, *maxime* o Art. 383.º e o Art. 386.º do CSC.

1.8 Regras estatutárias sobre destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Não existem regras estatutárias sobre destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

1.9 Exercício do direito de voto por correspondência ou por meios electrónicos

De acordo com o Art. 18.º, n.º 4 do Estatutos, não é permitido o voto por correspondência. Os Estatutos não prevêm o exercício do direito de voto por meios electrónicos.

1.10 Intervenção da assembleia-geral no que respeita à política de remuneração do Banco

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é estabelecida por uma Comissão de Remunerações composta por accionistas, cujos membros são eleitos directamente pela Assembleia Geral, nos termos do Art. 12.º dos Estatutos e do Art. 399.º, n.º 1 do CSC. Nos termos do mesmo preceito, compete à Comissão de Remunerações dispor sobre o regime de previdência aplicável aos administradores executivos.

A Assembleia Geral poderá anualmente fixar uma percentagem de lucros a serem distribuídos pelos empregados e membros dos corpos sociais, definindo previamente os critérios dessa atribuição (Art. 27.º, n.º 2 do Estatutos).




Em conformidade com o disposto no Art. 115.º-C, n.º 4 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a Comissão de Remunerações e o Conselho de Administração submetem anualmente à apreciação da Assembleia Geral, a declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização e dos Dirigentes com Funções de Controlo e Assunção de Riscos, respectivamente.

1.11 Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

De acordo com o Art. 17.º, n.º 4 do Estatutos e o Art. 386.º, n.º 3 do CSC, as deliberações sobre a alteração do Estatutos devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos.

1.12 Participações Qualificadas no capital do Banco

O Santander Consumer Finance, S.A., com sede em Ciudad Grupo Santander – Edif. Dehesa – 4 Norte, Avenida de Cantábria, s/n, 1ª Planta – Boadilla del Monte, Madrid, é titular de 53.331.647 acções ordinárias representativas de 80,09% do capital social do Banco.

 4 


O Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A., com sede em Ciudad Grupo Santander – Edif. Dehesa – 4 Norte, Avenida de Cantábria, s/n, 1ª Planta – Boadilla del Monte, Madrid, é titular de 13.261.300 acções ordinárias representativas dos restantes 19,91% do capital social do Banco.

2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2.1 Membros do Conselho de Administração

Presidente: Dr. David Turiel Lopez
Vogal: Eng. Henrique Salema de Carvalho e Silva
Vogal: Dr. Pedro Elejabeita (vd. ponto 2.2 infra)
Vogal: Dr. Gonzalo Basagoiti Pastor
Vogal: Sr. Luís Filipe Pires Ferreira

2.2 Data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros do Conselho de Administração para o triénio de 2016 – 2018, foi objecto de deliberação na Assembleia Geral do Banco de 19.05.2016, a que corresponde a acta número quarenta e sete, que se encontra pendente de registo, uma vez que que o Dr. Pedro Elejabeita foi nomeado *ex novo* como vogal do Conselho de Administração, só podendo exercer funções uma vez obtida a autorização do Banco de Portugal para o efeito.

2.3 Poderes do Conselho de Administração

As competências do Conselho de Administração encontram-se previstas no Art. 20.º do Estatutos.

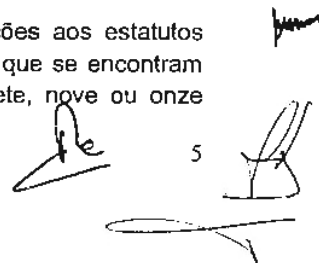
De acordo com este preceito estatutário, compete ao Conselho de Administração gerir e representar o Banco com os mais amplos poderes que a lei lhe confere, e designadamente:

- Elaborar as propostas relativas à definição das políticas gerais do Banco e dos planos e orçamentos anuais plurianuais;
- Estabelecer a organização interna do Banco e delegar os poderes ao longo da cadeia hierárquica;
- Conduzir as actividades do Banco, praticando todos os actos que a lei ou estes estatutos não reservem a outros órgãos sociais;
- Executar as deliberações da Assembleia Geral;
- Representar o Banco em juízo ou fora dele, comprometendo-se em arbitragens, propondo pleitos judiciais ou defendendo-se deles, podendo confessar, desistir ou transigir em quaisquer processos judiciais;
- Apresentar à Assembleia Geral nas épocas legalmente determinadas, os relatórios, balanços e contas dos exercícios sociais;
- Adquirir, alienar e onerar quaisquer direitos ou bens móveis ou imóveis, incluindo participações em sociedades com qualquer objecto, em agrupamentos complementares de empresas e outras sociedades reguladas por leis especiais, devendo, porém, quanto aos imóveis e às participações estáveis, obter o parecer favorável do Conselho Fiscal;
- Contratar e rescindir contratos com empregados e outros prestadores de serviços.

De acordo com o Art. 5.º, n.º 2 do Estatutos, o Conselho de Administração pode ainda aumentar o capital social até EUR 80.000.000 (oitenta milhões de euros), mediante entradas em numerário, na época e modalidades que considerar mais conformes aos interesses sociais.

2.4 Designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

De acordo com o Art. 19.º, n.º 1 e 2 do Estatutos (na sequência das alterações aos estatutos aprovadas na acta nº 47 da Assembleia Geral do Banco, datada de 19.05.2016, que se encontram pendentes de registo), o Conselho de Administração é composto por cinco, sete, nove ou onze



vogais, um dos quais será o Presidente, eleitos pela Assembleia Geral, podendo ser ainda eleito um administrador suplente.

Os membros do Conselho de Administração são designados pela Assembleia Geral para o exercício de um mandato de três anos (art.º 11º n.º 1 dos Estatutos, (na sequência das alterações aos estatutos aprovadas na acta nº 47 da Assembleia Geral do Banco, datada de 19.05.2016, que se encontram pendentes de registo), sem prejuízo da sua reeleição.

De acordo com o Art. 19.º, n.º 4 do Estatutos, se um administrador faltar 3 (três) vezes a reuniões do Conselho de Administração, seja de forma seguida ou interpolada, sem justificação aceite pelo Conselho de Administração, tal equivalerá a uma falta definitiva desse administrador.

A substituição de administradores processa-se nos termos do disposto no Art. 393.º do CSC.

3. COMISSÃO EXECUTIVA

3.1 Membros da Comissão Executiva

A Comissão Executiva será constituída por deliberação do Conselho de Administração.

Para o triénio 2016/2018, foram designados os seguintes membros da Comissão Executiva:

Presidente: Eng. Henrique Salema de Carvalho e Silva

Vogal: Dr. Gonzalo Basagoiti Pastor

Vogal: Sr. Luís Filipe Pires Ferreira

3.2 Poderes da Comissão Executiva

A Comissão Executiva do Conselho de Administração exerce competências delegadas deste órgão, nos termos da deliberação de delegação de competências aprovada em reunião do Conselho de Administração.

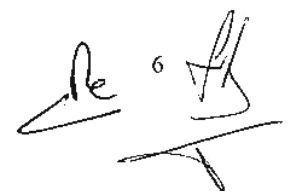
Na Comissão Executiva são delegados os seguintes poderes:

- Preparar propostas para o Conselho de Administração – planos e orçamentos, relatório e contas, políticas gerais e executar as suas deliberações;
- Distribuir responsabilidades funcionais (Pelouros);
- Gerir o desenvolvimento dos negócios;
- Definir a organização interna;
- Recrutamento, formação e desenvolvimento de colaboradores;
- Concretizar a política salarial e de prémios variáveis;
- Aprovar acordos comerciais e contratos com prestadores de serviços;
- Definir a política de pricing, fiscal, de marketing, de produtos, de recuperação e de gestão de clientes;
- Aprovar os processos e procedimentos do Banco;
- Nomear mandatários internos;
- Garantir as relações com autoridades e o cumprimento de normas prudenciais.

3.3 Designação e substituição dos membros da Comissão Executiva

A Comissão Executiva é constituída pelo número de Administradores que for deliberado pelo Conselho de Administração, não se encontrando previsto qualquer regime estatutário específico para a designação ou substituição dos respectivos membros.

4. CONSELHO FISCAL

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'Re' followed by a stylized mark, and the initials are 'AB'.

4.1 Membros do Conselho Fiscal

Membros do Conselho Fiscal nomeados para o mandato 2016/2018:

Presidente: Prof. Doutor Diogo José Paredes Leite de Campos
Membro efectivo: Dra. Susana Teresa Baptista Nunes Cirera Soutelinho
Membro efectivo: Dr. Manuel António Amaral Franco Preto
Membro suplente: Dra. Patrícia Isabel Guerra Carvalho (vd. ponto 4.2. infra)

4.2 Data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros do Conselho Fiscal para o triénio 2016-2018, foi objecto de deliberação na Assembleia Geral do Banco de 19.05.2016, a qual se encontra pendente de registo, uma vez que a Dra. Patrícia Isabel Guerra Carvalho foi nomeada ex-novo como suplente do Conselho Fiscal, só podendo exercer funções uma vez obtida a autorização do Banco de Portugal.

4.3 Designação e substituição dos membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três membros efectivos e um suplente designados pela Assembleia Geral (Art. 24.º do Estatutos). Na mesma deliberação, os accionistas designam aquele dos membros efectivos que servirá como Presidente (Art. 415.º, n.º 2 do CSC).

O Conselho Fiscal deve ser constituído com respeito pelo regime de composição qualitativa e proibição de incompatibilidades previstos nos Arts. 414.º e 414.º-A do CSC.

Os membros efectivos do Conselho Fiscal que se encontrem temporariamente impedidos ou cujas funções tenham cessado são substituídos pelos suplentes (Art. 415.º, n.º 3 do CSC).

Os suplentes que substituam membros efectivos cujas funções tenham cessado mantêm-se no cargo até à primeira Assembleia anual, que procederá ao preenchimento das vagas. Não sendo possível preencher uma vaga de membro efectivo por faltarem suplentes eleitos, os cargos vagos, tanto de membros efectivos como de suplentes, são preenchidos por nova eleição (Art. 415.º, n.ºs 4 e 5 do CSC).

4.4 Possibilidade de o Conselho Fiscal propor à assembleia-geral a destituição do auditor com justa causa

De acordo com o Art. 24.º, n.º 5 do Estatutos, o revisor oficial de contas é designado pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

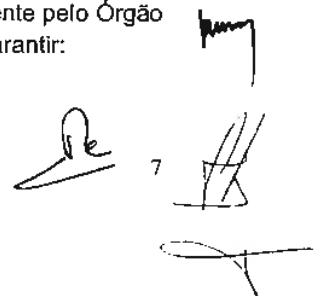
O Conselho Fiscal pode propor à Assembleia Geral a destituição do revisor oficial de contas, sempre que houver justa causa.

4.5 Relatório anual do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal elabora o Relatório Anual de acordo com a legislação em vigor.

5. CONTROLO INTERNO

Tendo presente a reconhecida importância que a existência de um sistema de controlo interno adequado e eficaz assume, no exercício de 2016, o Banco prosseguiu a estratégia de contínuo fortalecimento do seu Sistema de Controlo Interno, definido e acompanhado directamente pelo Órgão de Administração e monitorizado pelo Conselho Fiscal, designadamente com vista a garantir:



- Um desempenho eficiente e rentável da actividade no médio e longo prazo, que assegure a utilização eficaz dos activos e recursos e a continuidade do negócio, nomeadamente através de uma adequada gestão e controlo de riscos inerentes à actividade desenvolvida;
- A existência de informação financeira e de gestão, completa, pertinente, fiável e tempestiva, que suporte as tomadas de decisão e os processos de controlo;
- O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as relativas à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com clientes, das orientações dos órgãos sociais e demais regras, recomendações e boas práticas internacionalmente reconhecidas, de modo a proteger a reputação da instituição e evitar que esta seja alvo de sanções.

O sistema implementado prevê uma organização que assegure a conformidade com o Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, nomeadamente através da existência das funções de Gestão de Risco, Compliance e Auditoria Interna, cujos responsáveis foram designados e reportam directamente ao Órgão de Administração. Em articulação com as demais unidades de estrutura, estas funções desenvolvem as suas actividades de forma independente, permanente e efectiva contribuindo para a solidez do sistema de controlo interno do Banco.

No sentido de atingir os objectivos propostos, foram adoptados os princípios e orientações reconhecidos e aceites internacionalmente em matéria de controlo interno, nas suas diversas componentes, e que visam assegurar a existência de:

- Um adequado ambiente de controlo, de forma a disseminar uma cultura de controlo e de disciplina por parte de toda a estrutura organizacional, que favoreça uma gestão sã e prudente da actividade desenvolvida;
- Um sólido sistema de gestão de riscos, que permita identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e objectivos definidos, bem como assegurar a implementação de acções para responder a desvios não desejados;
- Um eficiente sistema de informação e comunicação, que garanta a captação, tratamento e troca de informação relevante, abrangente e consistente, que suporte uma tomada de decisão eficaz e tempestiva e o cumprimento de obrigações perante terceiros;
- Um efectivo sistema de monitorização, através da implementação de acções e avaliações de controlo com vista identificar eventuais insuficiências e/ou oportunidades de melhoria de forma garantir a contínua eficácia e a adequação do Sistema de Controlo Interno.

Para o efeito, na concretização dos objectivos acima descritos, o Banco prossegue activamente no sentido de fomentar um apropriado ambiente de controlo sustentado numa adequada definição e segregação de funções e no estabelecimento de políticas e procedimentos de controlo, integrados na sua actividade diária. Por sua vez, de forma a promover elevados padrões profissionais o Banco adopta um código de conduta que reflecte os padrões de comportamento ético e de rigor pelos quais todos os colaboradores se devem reger na execução das suas tarefas.

No que respeita ao sistema de gestão de riscos, este encontra-se baseado em processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo, que visam assegurar, de forma permanente:

- O desenvolvimento sustentado da actividade creditícia, pela gestão prudente da sua solvabilidade, decorrente do exercício dos objectivos estratégicos;
- A gestão criteriosa dos capitais alheios, com o objectivo último da maximização do valor do Banco para os seus accionistas.

O processo de avaliação de riscos instituído, baseado em políticas e procedimentos que visam garantir que a estratégia e os objectivos da instituição, previamente estabelecidos, são atingidos, tem em consideração a natureza e magnitude dos riscos subjacentes à actividade do Banco e encontra-se suportado em análises qualitativas e quantitativas que permitem, de forma sustentada e tempestiva, monitorizar e aferir sobre a adequabilidade do capital interno.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature on the left and a smaller one with the number '8' on the right.

Por sua vez, o sistema de comunicação e informação promovido assegura a existência de informação objectiva, inteligível, consistente e correcta de forma a possibilitar uma visão global e abrangente acerca da situação financeira, do desenvolvimento da actividade e do perfil de risco do Banco. Este encontra-se sustentado nas políticas e procedimentos internamente estabelecidos e oportunamente difundidos, que preveem a produção e divulgação atempada de informação a nível interno e externo.

O processo de informação financeira, que integra o sistema de comunicação e informação da instituição, sustenta-se nos sistemas contabilísticos e de apoio à gestão que, de forma completa e sistematizada, registam e armazenam a informação relativa às operações efectuadas. Adicionalmente, o modelo de governo estabelecido assenta numa estrutura transversal e descentralizada que define, de forma rigorosa, os responsáveis, as competências e a periodicidade das sedes de decisão consoante a matéria em causa.

Por último, a contínua monitorização do sistema da adequação e eficácia do sistema de controlo Interno, permite avaliar a prossecução dos procedimentos de controlo interno ao nível das diferentes áreas funcionais e aferir a sua adequabilidade e efectividade face às políticas, planos, instruções internas, bem como a sua conformidade com a legislação e regulamentação aplicável.

Ciente da importância que um adequado e eficaz sistema de controlo interno assume, o Órgão de Administração tem vindo a promover de forma reforçada a incorporação dos objectivos e dos princípios de controlo, na estratégia e nas políticas da instituição, assegurando a existência de meios materiais e humanos necessários à sua prossecução e garantindo que as insuficiências identificadas neste âmbito são alvo de acompanhamento contínuo por parte de todos os órgãos de gestão, sempre no sentido de se implementarem as medidas necessárias à sua sanção. Por sua vez, o Conselho Fiscal aprecia anualmente o funcionamento do Sistema de Controlo Interno, face aos requisitos definidos nos Avisos nº 5/2008 e nº 9/2012 do Banco de Portugal e com excepção da parte subjacente ao processo de preparação e divulgação de informação financeira, a qual é alvo de parecer emitido pelo Auditor Externo/ROC, recomendando quando aplicável as melhorias que considera pertinentes.

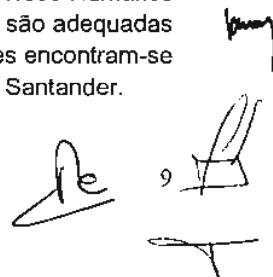
6. Política de Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 115.º-C, do Regime Geral das Instituições de Crédito (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro), no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro, é definida a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o "Banco"), a vigorar no ano 2016, a aprovar pela Assembleia Geral, mediante proposta da Comissão de Remunerações, nos termos seguintes:

I. Enquadramento

A política remuneratória do Banco Santander Consumer Portugal enquadra-se nas directrizes definidas pelo accionista de referência do Banco para todo o Grupo Santander, as quais são formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existentes no sector. O Grupo Santander detém 100% do capital social do Banco.

A política de remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização é anualmente revista e aprovada. Na respectiva definição participou a Direcção de Recursos Humanos do Banco, formulando recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são adequadas e reflectem o perfil de risco e os objectivos de longo prazo do Banco. As remunerações encontram-se sujeitas a aprovação ao nível da Divisão do Santander Consumer Finance e do Grupo Santander.



II. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objetivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções-chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem os seguintes objetivos:

- assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à realização de objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função. No entanto, no caso do Banco, as funções não executivas não são remuneradas, sendo os seus titulares remunerados pelas funções que desempenham noutras sociedades do Grupo.

Já em 2010, foi criado, ao nível do Grupo Santander, o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objetivos.

Acresce que o Grupo contou com a assistência de consultores externos especialistas na análise, definição e avaliação de políticas de remuneração.

Assim, o Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

III. Princípios orientadores da política de remuneração no Banco Santander Consumer Portugal

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- a) Simplicidade, clareza, transparência e alinhamento com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficazes para evitar a exposição excessiva ao risco e a conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo do Banco, cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios se preserva, e dos seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e a equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos,

- nomeadamente através: i) da criação de limites máximos para as componentes da remuneração, que devem ser equilibradas entre si (e.g. limitação estatutária a que Remuneração Variável exceda 5% dos lucros de exercício); ii) do diferimento no tempo de uma parcela da remuneração variável cuja aplicação depende dos critérios de elegibilidade do Grupo em cada ano ii) do pagamento de parte da remuneração variável em instrumentos financeiros cuja atribuição depende dos critérios de elegibilidade do Grupo em cada ano;
- e) Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respectivo, com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados do Banco, também por comparação com outras entidades internacionais do sector;
 - f) Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
 - g) Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adoptadas.

IV. Componentes da política de remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

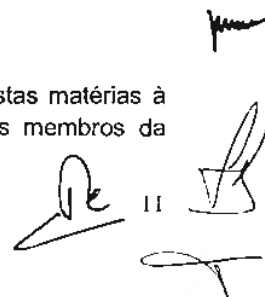
- a) A política de remuneração dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas diretrizes do Grupo, as quais foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b) Das referidas diretrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos administradores executivos.
- c) Relativamente aos administradores não executivos, a um administrador executivo e o Presidente do Conselho de Administração, estes não auferem qualquer remuneração em Portugal, sendo remunerados pela sua atividade nas entidades do Grupo Santander Consumer Finance onde se encontram afetos.
- d) Os membros do órgão de fiscalização auferem apenas remuneração fixa, cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal. No entanto, uma vez que um dos membros do órgão de fiscalização do BSCP, é colaborador e desempenha funções no Banco Santander Totta, S.A., a sua remuneração é definida e paga nesse banco;
- e) Independentemente de as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a poderem tornar de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não sendo assim possível predeterminar a proporção entre as componentes fixas e variáveis da remuneração, mas tendo em consideração o definido no Grupo, o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode, em qualquer circunstância, ser superior a 200%.

1. Remuneração fixa

- a) A remuneração fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A remuneração fixa dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- c) A remuneração fixa dos administradores executivos remunerados em Portugal tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão de Remunerações, tendo representado em 2016, uma parcela de em média 65% da remuneração total.

2. Remuneração variável

- a) Em função da aplicação das orientações e política do Grupo relativamente a estas matérias à Divisão do Santander Consumer Finance, a remuneração de todos ou alguns membros da



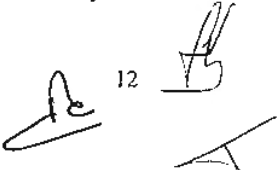
Comissão Executiva poderá comportar igualmente uma componente variável, incluindo um elemento anual e um elemento plurianual, ambos de atribuição não garantida, visando o equilíbrio entre o curto e médio prazo

- b) Tendo presente o definido, a remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;
- c) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objectivos quantitativos e qualitativos do Banco, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- d) A ponderação da consecução dos objectivos estratégicos definidos pelo e para o Banco, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo do Banco e dos seus accionistas;
- e) No caso de serem imputados ao Banco, por accionistas ou por terceiros, responsabilidade por actos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos accionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respectiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.
- f) A totalidade da componente variável, incluindo tanto o elemento de atribuição anual como o elemento de atribuição plurianual, poderá ser objecto de redução ("malus") ou reversão ("clawback") que resultem da definição dos critérios de atribuição da remuneração variável.

2.1. Remuneração variável anual

- a) Como elemento da remuneração variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objectivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e poderão ser atribuídas acções do Banco Santander;
- b) A determinação do valor do prémio de desempenho tem por base os seguintes critérios:
 - b)1. Critérios definidos para a Unidade: i) 70% dependem de métricas financeiras, em concreto de risco (com um peso de 10%), tendo como indicadores os rácios do custo de crédito e de *NPL*; de capital (com um peso de 10%) tendo como indicador o *RWA Cap* (métrica binária); de Rentabilidade (com um peso de 50%), tendo como indicadores os resultado após impostos da Sociedade e o *RoRWA* ii) 15% dependem de métricas de fidelização e satisfação dos clientes iii) 10% de métricas de satisfação dos colaboradores iv) 5% de métricas estabelecidas no âmbito da responsabilidade social da Sociedade.
 - b)2. O resultado obtido na alínea b)1. é ajustado em função dos resultados obtidos pelo Grupo por comparação destes com os resultados obtidos pela unidade, através de um fator multiplicador que poderá assim majorar ou reduzir o resultado obtido na alínea b). Este fator multiplicador é determinado discricionariamente pelo Grupo.
 - b)3. ao resultado obtido em b)2. poderá ser aplicado um ajuste excepcional decorrente de uma avaliação de factores qualitativos adicionais, designadamente por uma deficiente avaliação feita pelos supervisores ou funções de controlo, de um evento extraordinário materialmente relevante, do balanço e de outros indicadores críticos da atividade e fatores relevantes de gestão;
- c) O prémio de desempenho destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em função do grau de cumprimento dos objetivos, entre 0% e um valor que em 2016 não é superior a 150% do valor do prémio de desempenho da Empresa pago no ano anterior;
- d) Para alguns membros da Comissão Executiva, o pagamento do prémio de desempenho poderá ser sujeito ao diferimento de 40% do seu valor.
- e) Para esses casos, o valor da parte não diferida é pago, metade em acções e metade em dinheiro;
- f) O pagamento da parte diferida é determinado em função dos resultados obtidos num período de três anos e sujeito à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na Empresa durante um dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo Santander durante o triénio de referência; iii) não ocorrência de variações

12



- significativas do capital económico ou do perfil de risco do Grupo; iv) cumprimento das normas internas, incluindo as relativas a riscos, aprovadas anualmente pelo Grupo;
- g) Metade do montante do diferimento é pago em ações e outra metade em dinheiro, sendo o pagamento desta parte feito em três parcelas, durante os três anos subsequentes, em função do montante, ficando dependente do preenchimento das condições referidas supra;
 - h) As ações atribuídas aos membros da Comissão Executiva não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, até ao termo dos seus respetivos mandatos, sujeitas a condição de manutenção, até que o seu valor perfaça duas vezes o montante da remuneração total (sem prejuízo da possibilidade de alienação de ações necessária ao pagamento de impostos resultantes do benefício inerente a essas mesmas ações);

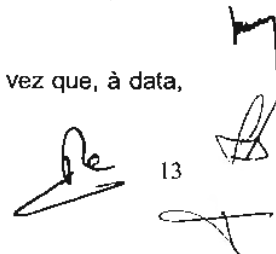
2.2. Remuneração variável plurianual

- a) Como elemento da remuneração variável plurianual, o Banco poderá fixar um Incentivo de Longo Prazo individual, sendo este determinado pela aplicação de uma percentagem, que poderá ir até 20%, do valor de referência do prémio de desempenho do ano, considerando (i) o lucro por ação (LPA) do Grupo do ano por comparação com o previsto em orçamento, (ii) taxa de retorno sobre o capital tangível ("ROTE" na sigla em inglês – Return on Tangible Equity) do ano do Grupo Santander em relação ao projetado para esse exercício.
- b) O valor previsto será diferido integralmente por 3 anos e a sua atribuição e valor estarão vinculados ao cumprimento de determinados objetivos definidos para o período (os "Objectivos Plurianuais"), e às restantes condições do plano.
- c) Os "Objectivos Plurianuais" têm as seguintes métricas: (i) Comportamento relativo do crescimento do lucro por ação (LPA) do Grupo Santander no período em relação com um grupo de referência de entidades de crédito no mesmo período; (ii) ROTE do exercício do Grupo Santander (iii) Satisfação dos clientes, medida pela inclusão no "Top 3" dos melhores bancos no índice de satisfação dos clientes nos principais mercados onde o grupo atua, (iv) Satisfação dos colaboradores, medida pela inclusão no "Top 3" dos melhores bancos para trabalhar nos principais mercados em que o Grupo actua, (v) Vinculação de clientes, levando em conta que os objetivos do Grupo Santander
- d) A atribuição do ILP não poderá em nenhuma circunstância implicar que as componentes variáveis da remuneração sejam superiores a 200% da componente fixa da remuneração.
- e) A entrega do Incentivo de Longo Prazo individual fica ainda sujeita à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na Empresa durante o dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo durante o prazo de diferimento; iii); cumprimento das normas internas, especialmente as relativas a riscos; iv) ausência de reformulação material dos elementos financeiros do Grupo imposta pelos auditores externos, exceto se em resultado da modificação de normas contabilísticas; v) inexistência de variações significativas do capital económico ou do perfil de risco do Grupo;
- f) No limite, pode não haver lugar a atribuição de quaisquer ações;
- g) As acções atribuídas no âmbito do Incentivo de Longo Prazo não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, até ao termo dos mandatos dos respectivos beneficiários, sujeitas a condição de manutenção, até que o seu valor perfaça duas vezes o montante da remuneração total (sem prejuízo da possibilidade da alienação de ações necessária ao pagamento de impostos decorrentes do benefício inerente a essas acções).

2.3. Identificação da parcela diferida e da já paga

Da remuneração variável de 2015 para um administrador executivo remunerado em Portugal, foi paga em 2016 a parte não sujeita a diferimento. O pagamento do remanescente encontra-se diferido por três anos. Para este da remuneração variável de 2015, encontram-se por pagar dois terços da remuneração variável diferida.

Não foram pagos valores de remuneração variável diferida de anos anteriores, uma vez que, à data, não são devidos quaisquer montantes atribuídos a esse título.



Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some appearing to be initials.

3. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com o Banco

Não se prevê que venham a existir, durante o exercício de 2016, montantes pagos aos administradores executivos remunerados pela unidade em Portugal, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com o Banco.

V. Benefícios

A atribuição dos benefícios é feita de modo a assegurar a compatibilidade com a estratégia empresarial, os objectivos, os valores e os interesses a longo prazo do Banco:

- a) A generalidade dos administradores executivos beneficiam de um seguro de vida, cujo capital coberto é equivalente a quarenta e duas vezes o valor da Remuneração Fixa mensal do titular em causa.
- b) Com excepção de dois dos administradores executivos, os demais administradores executivos beneficiam de um seguro de saúde contratado para todos os colaboradores com comparticipação correspondente a 0,75% da respectiva Remuneração Fixa.
- c) O Presidente da Comissão Executiva beneficia do Seguro de Saúde complementar ao Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) de acordo com o regime estabelecido no Banco Santander Totta, S.A. (onde tem contrato de trabalho suspenso).
- d) Relativamente a um dos Administradores, o Banco suporta o custo da diferença entre a taxa de juro praticada no mercado pela concessão de crédito à habitação e a que é cobrada por crédito da mesma natureza concedido a trabalhadores nos termos da regulamentação colectiva do sector bancário.

VI. Aspectos complementares

Não se prevê a atribuição de planos de opções em 2016.

Atento o disposto no número 5 do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não é previsível que, durante o ano 2016, venham a ser pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

VII. Cumprimento das políticas de remuneração definidas no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

Esta política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios insitos no Decreto-lei n.º 157/2014, de 24 de Outubro, que veio alterar o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ("RGICSF"), pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo do Banco.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por parte fixa e parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das regras constantes dos art. 115º-C e seguintes. do RGICSF, os quais constituem manifestamente o seu núcleo base.

Ao abrigo das orientações emitidas pela Autoridade Bancária Europeia em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 22.º da Directiva n.º 2006/48/CE, que permitem a neutralização de algumas regras na definição da política de remuneração em instituições não-complexas e não cotadas em mercado

14



regulamentado, como é o caso do BSCP, não foram implementados em 2016 mecanismos de diferimento da remuneração variável.

Por último, a circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém 100% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais, por sua vez e atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Neste sentido, salientem-se os critérios aprovados para o Grupo Santander para definição do seu "coletivo identificado" e conseqüentemente, de aplicação, entre outras, da obrigatoriedade de implementação local de remuneração variável diferida, segundo os quais tal diferimento apenas se aplica (i) a unidades em que o seu capital económico represente mais de 1% da totalidade do capital económico do Grupo, (ii) se algum membro da administração remunerado em Portugal auferir uma remuneração total anual superior a € 487.000 ou (iii) se algum membro da administração tem sob sua responsabilidade a aprovação de operações cujo montante por transação represente pelo menos 0,5% da *Common Equity Tier 1 capital* do Grupo Santander. Nenhuma dessas condições se verificam no caso do Banco.

Remuneração Atribuída aos Órgãos de Administração e Fiscalização em 2016

A presente informação é prestada para dar cumprimento ao disposto no artigo 3.º da Lei 28/2009, de 19 de Junho, e no artigo 17.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2.ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), na parte que se refere à divulgação do montante anual de remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

As remunerações fixas e variáveis, em termos agregados de 2016 no conjunto dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, foram, respetivamente de Euros 494.626 para as fixas e de Euros 252.855 para as variáveis.

A remuneração individual paga e diferida relativa a 2016 consta igualmente do quadro abaixo.

A remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal durante o exercício de 2016 é apresentada de seguida:

Remuneração Fixa

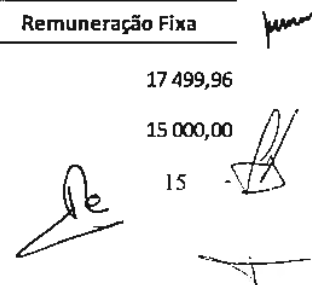
Conselho de Administração

Nome	Cargo	Remuneração Fixa
David Turiel Lopez	Presidente do Conselho de Administração	-
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Presidente da Comissão Executiva	222 404,06
Luís Filipe Pires Ferreira	Vogal	116 799,20
José Maria Martin Prada (1)	Vogal	122 923,03
Gonzalo Basagoiti Pastor	Vogal	-

Valores: Euros

Conselho Fiscal

Nome	Cargo	Remuneração Fixa
Diogo José Paredes Leite de Campos	Presidente do Conselho Fiscal	17 499,96
Susana Teresa Baptista Nunes Sírera Soutelinho	Membro Efectivo do Conselho Fiscal	15 000,00
Manuel António Amaral Franco Preto	Membro Efectivo do Conselho Fiscal	15



Remuneração Anual Variável

1. Parcela pecuniária paga relativa ao prémio desempenho do exercício de 2016:

Nome	Cargo	Prémio Desempenho 2016 (pecuniário)
David Turiel Lopez	Presidente do Conselho de Administração	-
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Presidente da Comissão Executiva	151 065,00
Luís Filipe Pires Ferreira	Vogal	39 900,00
José Maria Martin Prada (1)	Vogal	39 813,00
Gonzalo Basagoiti Pastor	Vogal	-

Valores: Euros

2. Acções:

O Grupo Santander, no qual está inserido o Banco, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, que está dividido em ciclos.

Não se verificou relativamente ao exercício de 2016 a entrega de acções junto dos membros do Conselho de Administração, em concreto aqueles que são remunerados em Portugal pelo BSCP.

Remuneração Variável Diferida

Na presente data, encontram-se diferidos dois terços da remuneração variável diferida relativa a 2015, tendo sido pago um terço dessa remuneração.

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho entregue em Fevereiro de 2017			
		Juros	Dividendos	Pecuniário	Ações
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Presidente da Comissão Executiva	-	569,9	11 038,31	11038,31

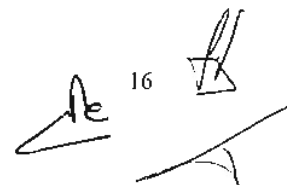
O valor das acções corresponde a 2.780 acções do Banco Santander, S.A., ao valor por acção de 3,971 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Nome	Cargo	Prémio Desempenho de 2015			
		2018	2019	Pecuniário	Ações
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Presidente da Comissão Executiva	11 038,31	2 780	11 038,31	2 780

Novas Contratações

Os membros dos órgãos de administração e fiscalização do Banco em 2016 foram os seguintes:

16



Nome	Cargo
David Turiel Lopez	Presidente do Conselho de Administração
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Presidente da Comissão Executiva
Luís Filipe Pires Ferreira	Vogal
Gonzalo Basagoiti Pastor	Vogal
José Maria Marín Prada	Vogal (que entretanto renunciou ao cargo em Julho de 2016)
Diogo José Paredes Leite de Campos	Presidente do Conselho Fiscal
Susana Teresa Baptista Nunes Sirera Soutelinho	Membro Efectivo do Conselho Fiscal
Manuel António Amaral Franco Preto	Membro Efectivo do Conselho Fiscal

Cessações Contratuais

Durante o ano 2016, o Banco não efectuou quaisquer pagamentos de indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

Handwritten signatures and initials, including a signature that appears to be 'Benny' at the top right, and other illegible signatures below it.